

ALEX DE SOUZA IVO

**UMA HISTÓRIA EM VERDE, AMARELO E NEGRO:**

CLASSE OPERÁRIA, TRABALHO E SINDICALISMO NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO  
(1949-1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cecília Velasco e Cruz

Salvador

2008

IVO, Alex de Souza.

*Uma história em verde, amarelo e negro: classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do petróleo (1949-1964)* / Alex de Souza Ivo. – 2008.

183 f. il.

Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, Salvador, 2008.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Cecília Velasco e Cruz

1. Sindicalismo. 2. Indústria do petróleo. I. Cruz, Maria Cecília Velasco e. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDU: 331.105.446

ALEX DE SOUZA IVO

UMA HISTÓRIA EM VERDE, AMARELO E NEGRO:  
Classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do petróleo (1949-1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Cecília Velasco e Cruz (orientadora)  
Universidade Federal da Bahia

---

Prof. Dr. Aldrin Armstrong Silva Castellucci  
Universidade Estadual da Bahia

---

Prof. Dr. Luís Flávio Reis Godinho  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

**A minha mãe Iracy.**



## AGRADECIMENTOS

Nenhum trabalho acadêmico é resultado do esforço de uma única pessoa. Por isso, agradecer torna-se uma forma de lembrar e reconhecer a colaboração daqueles que não assinam a obra mas que sem eles o caminho teria sido no mínimo mais difícil. Quando um negro trilha o caminho acadêmico o imperativo do agradecimento é ainda maior, pois somos ainda muito poucos os que seguimos esse caminho, já que, na verdade, a grande maioria de nós é obrigada a desistir de jogar antes mesmo da partida começar. Por isso mesmo, esse importante detalhe nunca deve “passar em branco”. Lembrarei nesse curto espaço de algumas pessoas que foram importantes na caminhada que culminou com a redação desta dissertação. Corro o risco de me alongar um pouco, mas entre o pecado do excesso e o da omissão prefiro ficar com o primeiro.

Algumas instituições merecem ter seu apoio lembrado, são elas: o Programa de Pós-Graduação em História Social, que acolheu minha pesquisa; a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que através da concessão de uma bolsa de estudos, permitiu-me custear os dois anos de curso; a Fundação Clemente Mariani, entidade da qual fui estagiário por dois anos, ainda antes de minha entrada no mestrado, e que cumpriu um importante papel na minha formação profissional; e o Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico e Petrolero da Bahia, que permitiu o livre acesso a toda a documentação guardada em seu arquivo

Nos lugares onde pesquisei, contei com a colaboração de muitos profissionais. Agradeço a Aldemar Júnior e a amiga Davilene Santos (Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico e Petrolero); Marina, Dilza e Maria Lúcia (Biblioteca da FFCH); Graça, Lúcia e Érica (Fundação Clemente Mariani).

Com a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cecília Velasco e Cruz tenho uma dívida impagável. Primeiro preciso lembrar da forma gentil com que assumiu minha orientação, para depois ressaltar o seu profundo conhecimento sobre meu campo de pesquisa, sua sensibilidade e sua capacidade de indicar caminhos e possibilidades para a execução do trabalho, respeitando em todas as oportunidades minha liberdade final de escolha. Os professores Muniz Gonçalves Ferreira e Luís Flávio Reis Godinho participaram do exame de qualificação e ajudaram a elucidar

questões e corrigir possíveis falhas deste trabalho. Franklin Oliveira Junior, pioneiro no estudo sobre os petroleiros na Bahia, dialogou fraternalmente comigo e ainda cedeu-me gentilmente parte de seu material de pesquisa.

Aos verdadeiros donos dessa história, os pioneiros do trabalho e do sindicalismo petroleiro, fica a reverência de quem aprendeu muito com eles. Sou inteiramente grato a todos os que concordaram em conversar sobre “aqueles tempos” com uma pessoa quase desconhecida, compartilhando lembranças, alegrias, tristezas e frustrações. Os companheiros da Associação Brasileira de Anistiados Políticos da Petrobrás e demais Estatais (ABRASPET) foram o ponto de partida para a coleta dos depoimentos orais, tão importantes para este trabalho.

Na busca por depoentes, contei ainda com o apoio de Daniela Nascimento, que me guiou pelas ladeiras de Candeias e compartilhou comigo boas e divertidas histórias de petroleiros. Rebeca Vivas me “emprestou” seu pai e cedeu parte do seu álbum de família para essa dissertação. Miguel Conceição, com seu olhar de operário e historiador, conversou comigo e ofereceu-me segurança num dos momentos mais complicados da realização deste trabalho.

Registro a importante convivência e minha gratidão a importantes amigos da graduação e da militância estudantil. São eles: Aline Farias, Ana Livia, Daniel Rebouças, Denise Silva, Pedro Burger, Roberto Lacerda, Roberto Lordelo, Wesley Francisco e Zélia Neto. Todos grandes amigos que não poderiam ser esquecidos nesse momento.

Aos colegas de estágio da minha geração na Fundação Clemente Mariani, testemunhas das apreensões iniciais dessa pesquisa, que, além de incentivadores, tornaram-se bons amigos. Registro minha gratidão a Érica Brandão, Graciene Rocha e Haroldo Barbosa; e aos historiadores Luís Henrique Sant’ana, Fábio Baqueiro, Bruno Pessoti e Rogério Luiz. Todos sempre muito dispostos a dialogar sobre “nossas pesquisas”. Os dois últimos, além disso, volta e meia apareciam com importantes dicas de livros, verdadeiros “brindes”, bem como ajudaram-me todas as vezes que estive às voltas com a língua estrangeira.

Agradeço aos companheiros da coordenação e do corpo docente dos Quilombos Educacionais Instituto Cultural Steve Biko e Centro de Cultura, Orientação e Estudos Quilombos. Àqueles com quem mais aprendo do que ensino, os nossos estudantes, resta-me

agradecer e continuar aquilombado, lutando para que façamos parte de outras estatísticas, muito mais felizes do que as que nos são impostas atualmente.

Jônea França e Moisés Cerqueira – *kiriris* em terras alheias – receberam-me com uma hospitalidade tipicamente baiana nas duas oportunidades em que realizei pesquisas nos arquivos da “cidade maravilhosa”.

Outro casal amigo merece uma menção especial. Marta Lícia e Paulo de Jesus prestaram um apoio incalculável em boa parte dessa trajetória. É difícil resumir em palavras a amizade e carinho que sinto por ambos, bem como a contribuição por eles prestada para a finalização deste trabalho. Paulo foi ainda uma espécie de irmão mais velho, que sempre esteve pronto para conversar sobre as dificuldades do mundo acadêmico e da pesquisa em História.

Para finalizar essa longa seção, passarei à parte mais pessoal, destinada a lembrar do carinho e do apoio dos familiares. Os meus sobrinhos Otávio, Gabriela e Lorena foram garantia de descontração e alegria nos momentos mais tensos da redação. Minhas irmãs – Tatiane e Luciana – sempre estiveram prontas para contribuir. Os tios Pedro e Milza são pessoas que sempre estiveram presentes e com quem posso contar a qualquer momento. À memória de minha tia e madrinha Raimunda do Socorro ,deixo saudosas lembranças.

Daniele mereceria um capítulo a parte. Amiga, cúmplice e companheira. Foi com ela que compartilhei os problemas, as histórias, a ansiedade e os conflitos de todo o processo de construção desse trabalho. Foi marcante o desprendimento e o interesse com que atendeu todos os meus pedidos de ajuda. Ademais, demonstrou na maioria das vezes paciência com os meus momentos de desânimo e mau humor.

Finalmente, lembro a importância de meus pais. O “seu” Jeovah não pôde chegar até aqui. Sei que estaria muito feliz. “Dona” Iracy, sem dúvida, pelo seu amor incondicional por tudo que ela fez e faz por seu filho merece muito mais do que qualquer outra pessoa a dedicatória desta dissertação.

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.

*Friedrich Engels.*

## RESUMO

A presente dissertação pretende discutir a trajetória dos petroleiros baianos nos primeiros anos de sua história. Nossa análise partiu do início da exploração do petróleo no estado e foi concluída no ano de 1964, momento emblemático para entendermos a importância que a categoria de trabalhadores e seus sindicatos adquiriram para a sociedade local e nacional. A nossa atenção voltou-se, principalmente, para as relações de trabalho e as hierarquias e tensões sociais nela existentes. Observamos como a questão foi abordada e internalizada pelos principais atores da trama e, por fim, analisamos as intervenções sindicais nessa trama, marcada pelo dilema da crescente demanda pelos chamados “interesses baianos” e pela emergência da transformação da Petrobrás no grande símbolo de proteção nacional e de seus trabalhadores em seus principais defensores.

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to discuss the Bahian petroleum workers during the first years of their history. Our analysis starts in the early days of petroleum exploration in Bahia and ends in 1964. This year is a landmark for the comprehension of how workers and their unions became important both locally and nationally. Our focus was on labor relations with their hierarchies and social tensions. We looked at how workers internalized and dealt with these matters. Finally, we analyzed the union interventions, marked by the growing demand of the so-called “Bahian interests” and by the transformation of PETROBRAS into the major symbol of national protection and its employees as its main defenders.

## LISTA DE IMAGENS

<b>FIGURA 1</b>	Mapa da Baía de Todos os Santos e do Recôncavo.....	24
<b>FIGURA 2</b>	Aspecto da construção da Refinaria de Mataripe em 1949.....	27
<b>FIGURA 3</b>	A Refinaria de Mataripe e no alto a bandeira nacional.....	35
<b>FIGURA 4</b>	Petroleiros em seu momento de lazer.....	62
<b>FIGURA 5</b>	O Petrolinho.....	72
<b>FIGURA 6</b>	Aspecto interno de uma sala de operações de Mataripe.....	75
<b>FIGURA 7</b>	Rua da Vila de Mataripe.....	88
<b>FIGURA 8</b>	Casa da Vila de Mataripe.....	92
<b>FIGURA 9</b>	Trabalhadores da extração de petróleo.....	105
<b>FIGURA 10</b>	Trabalhadores da extração comendo no capacete.....	117
<b>FIGURA 11</b>	Oswaldo Marques de Oliveira.....	122
<b>FIGURA 12</b>	Trabalhadores de Mataripe mobilizados na greve.....	138
<b>FIGURA 13</b>	Reunião entre Mário Lima, Francisco Mangabeira e Wilton Valença.....	154
<b>FIGURA 14</b>	Jairo José Farias.....	156

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b>	Empregados por unidade da Petrobrás na Bahia (05/1964).....	56
<b>TABELA 2</b>	Divisão por sexo dos associados do Sindipetro/Refino e Sindipetro/Extração.....	58
<b>TABELA 3</b>	Distribuição de mulheres por função na indústria do petróleo.....	59
<b>TABELA 4</b>	Estado de nascimento dos trabalhadores da indústria do petróleo.....	63
<b>TABELA 5</b>	Nível de instrução dos Associados do Sindipetro/Refino.....	69
<b>TABELA 6</b>	Distribuição dos filiados ao Sindipetro – Refino segundo a categoria cor.....	71
<b>TABELA 7</b>	Relação de escolaridade entre os operadores da indústria do refino do petróleo.....	79
<b>TABELA 8</b>	Nível de escolaridade dos trabalhadores lotados na Divisão de Obras.....	85
<b>TABELA 9</b>	Nível de instrução dos moradores das Vilas de Niterói, Mataripe e de todos os associados do Sindipetro/Refino.....	97
<b>TABELA 10</b>	Ano de entrada na empresa e filiação ao Sindipetro/Refino.....	129



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1:</b>	
<b>A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E A BAHIA: PROJETOS EM DISPUTA</b>	
1.1 A extração e a indústria petrolífera até a fundação da Refinaria de Mataripe.....	18
1.2 Petróleo como questão nacional: “O petróleo é nosso” e a Petrobrás.....	31
1.3 Petróleo como questão local: o regionalismo baiano.....	39
<b>CAPÍTULO 2:</b>	
<b>OS TRABALHADORES DO PETRÓLEO</b>	
2.1 Para o bem do Brasil: o operário nacional e um projeto para sua formação.....	48
2.2 Os homens “a formar”: os petroleiros baianos.....	54
<b>CAPÍTULO 3:</b>	
<b>MORADIA, HIERARQUIAS E TENSÕES: O MUNDO DO TRABALHO PETROLEIRO</b>	
3.1 A Refinaria de Mataripe e suas hierarquias de trabalho.....	73
3.2 A face visível das diferenças: moradia, alojamentos e transporte.....	87
3.3 O paternalismo e o nacionalismo: estratégias invisíveis de dominação.....	101
<b>CAPÍTULO 4:</b>	
<b>A TRAJETÓRIA DO SINDICALISMO PETROLEIRO EM SUA ERA DE OURO</b>	
4.1 Antes dos sindicatos: a imprensa comunista e os petroleiros.....	113
4.2 O nascimento dos sindicatos petroleiros e a construção de sua legitimidade.....	120
4.3 O sindicalismo petroleiro e as brechas do regionalismo.....	131
4.4 O caminho para as intervenções sindicais no mundo do trabalho.....	147
4.5 Auge, contradições e fim da “era de ouro”.....	154
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>167</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>170</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>177</b>

## INTRODUÇÃO

As atividades da indústria do petróleo na Bahia, originadas com o início da extração do óleo ainda no Estado Novo e a instalação da Refinaria de Mataripe, em 1950, representaram um grande passo para o desenvolvimento econômico local. Elas traziam em seu bojo um incremento tanto na produção industrial quanto na arrecadação de impostos do estado e de seus municípios. Esse fato ampliou as expectativas locais em relação aos possíveis retornos que a prospecção e o refino do petróleo poderiam trazer à sociedade local e impulsionou um choque entre duas concepções, chamadas de regionalismo e nacionalismo.

Foi exatamente neste contexto que milhares de homens se incorporaram a um dos mais importantes projetos governamentais para a industrialização nacional entre as décadas de 1940 e 1950. Os trabalhadores do petróleo transformaram-se em poucos anos em um dos mais destacados segmentos da classe operária e do sindicalismo baiano. Se no alvorecer da década de 1950, eles eram uma força política praticamente ignorada pelas pessoas que pautavam o debate acerca dos rumos da indústria petrolífera brasileira, dez anos depois não era possível tratar do assunto sem levar em consideração os seus dois sindicatos. Os petroleiros viraram os principais defensores de uma política de valorização da estatal brasileira do petróleo, e conseqüentemente da atenção dessa empresa com o bem estar de seus funcionários.

O nosso trabalho tenta debater algumas questões concernentes à trajetória desses operários, tidos a princípio como pouco preparados para o trabalho para o qual haviam sido contratados. O que se passou durante aqueles quinze anos na Bahia, desde que principiaram as obras da Refinaria de Mataripe? Quem eram exatamente aqueles homens? Quais as relações entre o cotidiano de trabalho e a política sindical dos petroleiros? Como os trabalhadores lidaram com o discurso nacionalista da empresa, que dissimulava a exploração capitalista existente na indústria? Qual a posição do sindicalismo petroleiro diante das principais correntes políticas que rondavam a Petrobrás no estado da Bahia durante as décadas estudadas?

Partindo da perspectiva da história social do trabalho, concebemos que as ações políticas de qualquer sindicato são influenciadas de forma contundente pelas relações sociais estabelecidas nos locais de trabalho. Ao mesmo tempo, não desprezamos as articulações da chamada alta política, que estabelece uma tensa relação com as demandas vindas do “chão da

fábrica”. Realizamos um esforço no sentido de equacionar esses dois campos da atuação operária, tendo por base a formação da categoria petroleira na Bahia, e os primeiros anos de atuação desses órgãos de classe. Optamos pelas unidades da Petrobrás na Bahia, por considerarmos que as empresas estatais criadas entre as décadas de 1940 e 1950 formam um campo privilegiado para a compreensão dessa tensa relação.

Para compreender o fenômeno baiano, partimos, assim, da bibliografia produzida no âmbito das Ciências Sociais sobre o mundo do trabalho nas empresas estatais. Diferentemente dos casos da Companhia Mineradora Vale do Rio Doce, da Usina de Volta Redonda e da Fábrica Nacional de Motores, a indústria do petróleo na Bahia contou com um elemento adicional na sua trama: o forte crescimento de uma série de demandas e reivindicações que questionavam o papel da empresa estatal no desenvolvimento econômico do estado. O movimento regionalista competiu, portanto, com o nacionalismo como um definidor tanto da identidade dos petroleiros quanto da ação de seus órgãos de classe. Nossa análise da ação política dos sindicatos visa entender quais as relações entre o quadro político regional e nacional, as particularidades da força de trabalho petroleira local e o sistema de poder e privilégios montado na indústria em questão.

Para isso, levamos em consideração as especificidades do sindicalismo estatal, que evitava um conflito direto com a empresa, preferindo o diálogo com seus dirigentes, pois os sindicalistas entendiam que o fortalecimento das estatais resultaria numa ampliação dos direitos e conquistas dos trabalhadores. Essa postura, no caso específico analisado, trouxe tensões e novas responsabilidades para os seus sindicatos, que tiveram de persuadir suas bases acerca da eficácia da política que empregavam e ao mesmo tempo neutralizar a hostilidade dos órgãos de imprensa locais.

No primeiro capítulo, contamos de forma sucinta como foram os primeiros passos e os principais debates relacionados à exploração do petróleo no Brasil e o desenrolar dos fatos que resultaram na construção da Refinaria de Mataripe. Concentramos nossa atenção no clima político nacional das décadas de 1940 e 1950 para entendermos o motivo pelo qual foi tomada a opção do monopólio estatal do petróleo no país. Dentro deste debate, procuramos apontar qual era a posição de importantes sujeitos da política baiana com o objetivo de melhor compreender as expectativas dos políticos locais com relação às atividades ligadas à indústria petrolífera em terras baianas. Para fechar a seção, mapeamos as principais movimentações do movimento regionalista.

O segundo capítulo mergulha na composição da força de trabalho petroleira. Através dos registros de filiação sindical, conseguimos traçar um perfil dos petroleiros baianos, pondo os dados obtidos através dessa fonte em comparação com os relatos orais, memorialistas e observações feitas na época sobre esse grupo de trabalhadores. Apontamos, também, a preocupação dos governantes brasileiros com a formação de um novo trabalhador nacional, que precisaria ser preparado para a missão de construção de um Brasil grande, e como as empresas estatais eram ponta de lança nesse projeto de formação.

No capítulo seguinte, partindo das constatações iniciadas na análise feita sobre a composição social dos petroleiros, buscamos demonstrar que os gestores da empresa adotaram nas relações de trabalho um conjunto de diferenciações internas que tinham por base a origem social e regional dos funcionários. Para isso, descrevemos o espaço produtivo e as hierarquias de trabalho na indústria do refino do petróleo e avançamos em uma análise acerca do sistema de moradia e transporte montado para servir aos trabalhadores de Mataripe. A Vila Residencial de Mataripe e os alojamentos construídos para servir aos menos graduados são analisados à luz da bibliografia produzida sobre o tema no âmbito nacional. Com isso, tentamos perceber as semelhanças e diferenças entre o caso da refinaria e o de alguns outros instalados no território nacional. Por fim, examinamos os mecanismos ideológicos utilizados para garantir o controle dos gestores sobre os trabalhadores. Analisamos como práticas paternalistas e como um discurso de que o trabalho com o petróleo era fundamental para o engrandecimento do país puderam ser assumidos e ressignificados pelos servidores da Petrobrás.

No último capítulo fazemos uma análise da atuação sindical petroleira desde os primeiros esforços para a sua fundação até o golpe civil-militar de 1964. Dialogamos com o trabalho de Franklin Oliveira Junior<sup>1</sup> para tentar responder algumas questões relacionadas à inserção dos sindicalistas petroleiros, os quais – aproveitando as brechas do regionalismo – aproximaram-se das lideranças políticas do período. Aproveitamos o consistente relato factual feito pelo autor de *Usina dos Sonhos* para concentrar nossa atenção na interpretação da construção da legitimidade dos representantes sindicais do refino do petróleo, bem como a estratégia utilizada por eles para obter sucesso em seu primeiro movimento grevista; além das movimentações sindicais que levaram o jurista baiano Francisco Mangabeira ao posto máximo da estatal.

---

<sup>1</sup> OLIVEIRA JR., Franklin. **A usina dos sonhos**: sindicalismo petroleiro. Salvador: EGBA, 1996.

Terminamos a dissertação discutindo as possibilidades de enfrentamento e barganha abertas aos petroleiros durante o período de 1962 a 1964, quando estes, através de seu sindicato, estiveram muito próximo dos principais postos de mando da Petrobrás.

Por fim, cabe dizer que neste trabalho cruzamos diferentes tipos de fontes escritas com entrevistas de história oral. Ao longo do texto utilizamos livros, folhetos e informações colhidas na imprensa da época. Recorremos também aos documentos sindicais e nesse campo foi de grande importância as atas de reunião de diretoria e assembleia do Sindipetro/Refino, bem como os registros de associados deste sindicato e do Sindipetro/Extração. A maior dificuldade residiu, contudo, no acesso a fontes produzidas pela própria empresa, pois além do acervo do CNP ainda estar em fase de organização, a Petrobrás adota uma política de proibição do acesso dos pesquisadores ao seu acervo documental, permitindo aos estudiosos de sua história a possibilidade de pesquisa somente nos livros das suas bibliotecas. O caminho para a solução desse impasse foi a pesquisa em acervos pessoais e nesse caso além do apoio dos próprios militantes, merece destaque o arquivo do General Arthur Levy, disponível para pesquisa no acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), que forneceu boa parte das fontes primárias relacionadas à estatal que utilizamos em nossa dissertação.

Já as fontes orais foram relevantes principalmente para a análise de aspectos da vida operária que não são expressos em documentos escritos. O diálogo com diversos atores da trama social estudada nos possibilitou compreender com maior consistência as apreensões, perspectivas e sentimentos dos petroleiros. Ademais, elas ajudaram a preencher importantes lacunas, pois a memória, tanto a coletiva da categoria quanto a individual de cada operário, tem um valor ímpar para os estudos sobre a classe operária.

## CAPÍTULO 1:

### A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E A BAHIA: PROJETOS EM DISPUTA

Nossa Senhora da Penha, endireito o meu mulato  
E lhe tire da cabeça o ouro negro de Lobato  
Ele já não tira samba e só fala nome inglês  
Furou tanto que encontrou o rabicho de um chinês  
Gastou toda a minha grana com a sua engenharia  
Procurando em Cascadura o petróleo da Bahia...<sup>2</sup>

#### 1.1 A EXTRAÇÃO E A INDÚSTRIA PETROLÍFERA ATÉ A FUNDAÇÃO DA REFINARIA DE MATARIPE

Pouco mais de um ano após a sua fundação, a Refinaria de Mataripe era saudada pelo periódico *O Observador Econômico e Financeiro*. A usina, situada no Recôncavo baiano, foi a primeira experiência estatal com o refino do petróleo, utilizando o óleo extraído do próprio Recôncavo. Mataripe e os campos de extração da Bahia cumpriram um papel relevante tanto no cenário social, econômico e político do país quanto do território baiano, especialmente nas décadas de 1950 e 1960.

“No Recôncavo da Bahia de Todos os Santos, região que desde os primeiros tempos da colonização tem sido teatro de fatos marcantes da história nacional, foi erguida uma moderna fortaleza econômica, marco inicial de uma nova etapa de nossa atividade num dos mais importantes setores da atividade humana.

Uma fortaleza sem canhões e sem soldados, mas mesmo assim um baluarte. Ao invés dos uniformes militares encontramos lá os macacões dos operários e as roupas civis dos técnicos, dos jovens técnicos brasileiros. Todos eles, porém, sabem com segurança qual é a importância da tarefa que lhes cumpre executar e o que ela representa no quadro da própria segurança nacional.<sup>3</sup>”

O sentimento expresso acima consistia em uma relevante mudança quando comparado com a desconfiança reinante nos meses imediatos após a sua fundação. As atividades com o petróleo na Bahia deixavam de ser uma incógnita e tornavam-se uma realidade para todo o país. Contudo, para entendermos a sua história e a história de seus trabalhadores (o foco principal deste trabalho), é necessário observarmos – mesmo que de forma sintética – os

---

<sup>2</sup> PEPE, Kid; NASSER, David. **Candieiro**, samba lançado em julho de 1939 e gravado por Carmem Miranda. Apud: PETROBRÁS. **Almanaque Memória dos trabalhadores da Petrobrás**. Rio de Janeiro: Petrobrás; São Paulo: Museu da Pessoa, 2003, p. 107.

<sup>3</sup> A Refinaria de Mataripe. In: *O observador econômico e financeiro*, outubro de 1951, p. 3.

caminhos e os debates situados em torno da extração e do refino do petróleo no território nacional.

Essa história pode ser iniciada no momento em que o *ouro negro* adquiriu importância fundamental para qualquer país que desejasse empreender um processo de industrialização. As sucessivas mudanças ocorridas na produção industrial fizeram com que ele substituísse o carvão, tornando-se o combustível mais importante para as indústrias modernas. No caso brasileiro, a existência de uma empresa com as características da Petrobrás – monopolista, criada e controlada pelo Estado, e considerada por parte significativa da opinião pública como defensora da soberania nacional diante das potências capitalistas, mas também criticada por muitos grupos, e quase privatizada há alguns anos atrás – é um sinal concreto da constituição de uma arena política marcada por polêmicas e debates candentes em torno da questão energética nacional. Esses debates permearam toda a história da empresa, sobretudo nos seus primeiros anos, e envolveram os mais diversos tipos de interesses.

A primeira destas polêmicas antecede a exploração sob intervenção estatal propriamente dita, e esteve relacionada às discussões acerca da possível existência do petróleo no território brasileiro. Existem versões que apontam as primeiras descobertas do combustível ainda no século XIX, mas nenhum desses episódios fortuitos garantiu a sua exploração efetiva<sup>4</sup>. Tais esforços eram, porém, bastante esporádicos e incipientes, uma vez que não contavam com desenvolvimento técnico adequado e os recursos eram bastante escassos. A iniciativa governamental pioneira nessa área pode ser considerada a criação, no governo Afonso Pena (1906-1909), do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, chefiado pelo geólogo norte-americano Orville Derby. Mais tarde, no ano de 1917, foi criado um departamento específico para a pesquisa do petróleo, que não logrou êxito pois a sua existência não garantiu o aumento de verbas, contando ele com os mesmos recursos exíguos até então destinados ao Serviço Geológico e Mineralógico<sup>5</sup>.

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder reacendeu os debates, bem como representou uma mudança de orientação dos poderes públicos em relação à questão das reservas minerais brasileiras. A linha política centralizadora do novo governante transferiu esta discussão do terreno estadual para o campo nacional. Já em 1931, com a anulação da Carta Constitucional

---

<sup>4</sup> PIMENTEL, Petronilha. **Afinal quem descobriu petróleo no Brasil:** das tentativas de Allport no século passado às convicções científicas de Ignácio de Bastos. Rio de Janeiro: Graphos Industrial Gráfico, 1984. p. 14.

<sup>5</sup> SMITH, Peter Seaborn. **Petróleo e política no Brasil moderno.** Editora Artenova: s/l. Editora da UNB: Brasília, 1978, p.26.

de 1891, o governo trouxe para si o poder de autorizar a pesquisa e exploração dos recursos minerais do país. A reestruturação dos órgãos governamentais, iniciada em 1933, atingiu também o Ministério da Agricultura e conseqüentemente os setores responsáveis pela busca do petróleo. Nesse sentido, substituindo o Serviço Geológico e Mineralógico, foi criado em 1934, o Departamento Nacional de Produção Mineral, subordinado ao mesmo ministério. O novo órgão contou com as mesmas deficiências burocráticas e orçamentárias presentes nas experiências anteriores<sup>6</sup>.

O Código de Minas, promulgado em julho de 1934, reforçou as decisões centralizadoras de 1931. Segundo Cohn, essa reorientação representou uma novidade no padrão de administração da máquina pública brasileira, pois começou a ocorrer uma “separação, nas práticas e na consciência dos agentes sociais envolvidos, da atividade *burocrática* e da *técnica*”. Para o autor, os procedimentos anteriores da administração pública, voltados para a “sustentação de possibilidades de emprego para os membros da oligarquia dominante”, não se adequavam ao deslocamento do poder da zona rural para o pólo urbano-industrial, iniciado com a Revolução de 1930<sup>7</sup>. Tal novidade podia ser comprovada, conforme atesta Smith, pela contratação de uma significativa quantidade de geólogos para virem trabalhar no órgão recém criado<sup>8</sup>.

As reorientações da máquina pública e da postura governamental foram acompanhadas pelo acirramento das polêmicas acerca da existência do *ouro negro* no território brasileiro. A ausência de respostas satisfatórias relacionadas ao assunto, associada à ampliação do interesse de setores da sociedade civil sobre o tema, fez com que particulares e técnicos do governo travassem intensos debates. Neste contexto foram fundadas algumas companhias particulares, como por exemplo, a Companhia de Petróleo Nacional, pertencente a Edson de Carvalho, um engenheiro agrônomo que obteve concessão para perfurar a região de Riacho Doce, no estado de Alagoas. Entretanto, um dos mais célebres personagens envolvidos nessa celeuma foi o escritor Monteiro Lobato, diretor da referida empresa, que polemizou com os técnicos do governo, após os mesmos afirmarem a inexistência de petróleo na região por ele pesquisada.

Monteiro Lobato travou, então, uma luta franca contra as teses oficiais. Fundou, mais tarde, a Companhia Petróleos do Brasil e concentrou suas atenções na busca do óleo no interior paulista. O principal argumento do literato, bem como daqueles que procuravam

---

<sup>6</sup> COHN, Gabriel. **Petróleo e Nacionalismo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 14.

<sup>7</sup> Idem, p. 15.

<sup>8</sup> SMITH, op. cit., p. 40.



petróleo à revelia do governo federal, era de que os técnicos estrangeiros contratados pelo governo estavam ligados às grandes empresas petrolíferas internacionais, e boicotavam, portanto, a perfuração brasileira, já que não interessaria a elas abrir novos locais de exploração, pois as jazidas já existentes satisfaziam o mercado consumidor mundial. Além disso, a inércia dos órgãos governamentais impedia qualquer avanço na questão<sup>9</sup>. Para ele, os órgãos oficiais eram iludidos pela idéia da inexistência de petróleo no Brasil e acabavam não perfurando e não deixando que os outros perfurassem<sup>10</sup>. No auge da polêmica, em 1936, cinco anos antes de ser preso por questionar as posições do governo, Monteiro Lobato publicou *O escândalo do petróleo*. Para Whirth, este livro foi “um marco na história do nacionalismo brasileiro”. Seu estilo não se prendia a questões de ordens técnicas, recorrendo fundamentalmente ao apelo emocional. Com uma escrita firme utilizou um “vocabulário eficaz para interpretar os sentimentos do público a respeito das companhias de petróleo estrangeiras”<sup>11</sup>.

Um ponto de inflexão nessa celeuma foi a conjuntura política mundial nos anos que antecederam à Segunda Grande Guerra. Setores do governo, já sob o Estado Novo, entenderam que o Departamento Nacional de Pesquisas Minerais, em virtude do seu caráter excessivamente burocrático, não dava conta do empreendimento em questão. Círculos militares, que já vinham há algum tempo participando dos debates acerca da existência ou não de petróleo no Brasil, apontaram, através do chefe do Estado-Maior do Exército, General Góis Monteiro, para a possibilidade de suspensão do fornecimento de gasolina e óleo diesel por conta da guerra iminente. Esse problema aconteceria justamente num momento de incremento da malha rodoviária brasileira e da conseqüente ampliação do consumo de combustíveis. Com efeito, logo ficou evidente a necessidade da criação de um órgão livre das características burocráticas presentes naquele Departamento, que pudesse garantir o abastecimento nacional de petróleo, mesmo que em caráter emergencial, durante o conflito mundial que se prenunciava<sup>12</sup>. Em abril de 1938, foi criado, portanto, o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), órgão responsável por regular e decidir as principais questões relacionadas à extração, refino e abastecimento do combustível no território brasileiro. Seu principal trunfo era a autonomia administrativa e financeira, pois estava ligado de forma mais imediata ao próprio presidente da república, tendo financiamento próprio e independente das dotações

---

<sup>9</sup> Idem, p. 41-49.

<sup>10</sup> WHIRTH, John D. **A política do desenvolvimento na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973, p. 121.

<sup>11</sup> Idem, p. 126.

<sup>12</sup> COHN, op. cit., pp. 47-48.

orçamentárias ministeriais. Foi nessa conjuntura de centralização e racionalização das ações do poder federal no campo econômico que a Bahia passou a ocupar um lugar estratégico para a política nacional do petróleo.

No final de 1932, o engenheiro baiano Manoel Ignácio de Bastos, intrigado após saber que muitos moradores da região de Lobato, subúrbio de Salvador, utilizavam uma espécie de óleo, retirado do próprio quintal, para acender seus candeeiros, começou a pesquisar e localizou infiltrações de petróleo no bairro. Comunicou aos técnicos do Ministério da Agricultura a sua descoberta, mas estes a desqualificaram, chegando a acusá-lo de ter jogado óleo no poço. Desiludido com a posição do órgão oficial, Bastos procurou o presidente da Bolsa de Mercadorias da Bahia, Oscar Cordeiro. Apesar do apoio de Cordeiro, o Ministério continuou, baseado em um levantamento datado de 1932, rejeitando a suposta descoberta de Bastos, pois considerava a geologia do local “imprópria à ocorrência de petróleo”<sup>13</sup>.

Apesar dos reveses junto às autoridades oficiais, Bastos permaneceu insistindo na necessidade de se fazer um estudo mais detalhado da geologia do Lobato. Por conta disso, no início de 1934, foi enviado ao local o geólogo Victor Oppenheim, que reiterou a posição anterior do Ministério da Agricultura. O descrédito acerca das afirmações de Cordeiro só começou a ruir no ano de 1936, quando Glycon Paiva, Irnack Carvalho do Amaral e Sílvio Fróes Abreu fizeram um levantamento geológico do Recôncavo baiano e concluíram que o território era de fato favorável à acumulação do óleo<sup>14</sup>. Depois da longa insistência de Cordeiro e do apoio obtido junto aos profissionais acima citados, o recém criado CNP enviou equipes de perfuração ao Lobato, conseguindo, enfim, em janeiro de 1939 trazer petróleo à superfície.

A descoberta foi recebida com grande empolgação e animou as autoridades brasileiras. O chefe do Estado Novo visitou a Bahia no mesmo ano de 1939 e constatou a importante descoberta ocorrida no subúrbio de Salvador. A partir daí, o recém criado CNP começou a pesquisar a estrutura do subsolo do Recôncavo Baiano em busca de novos campos petrolíferos. Naquela mesma região, na cidade de Candeias, foi encontrado o primeiro poço brasileiro de caráter comercial, mas a deflagração da IIª Guerra Mundial dificultou as ações do poder público, comprometendo ao mesmo tempo o abastecimento de combustível, bem

---

<sup>13</sup> SMITH, op. cit., p. 39.

<sup>14</sup> Idem, p. 47.

como a importação de sondas e demais materiais necessários à pesquisa e exploração de petróleo no país.

Mesmo assim, o principal horizonte das atividades do CNP tornou-se, a partir de então, buscar a consolidação da Bahia como um ponto produtor de petróleo em grande escala. Turmas de Geologia e Geofísica, compostas por brasileiros e estrangeiros, empenharam-se neste trabalho. No final de 1941, por um lado, já havia sido constatado que o campo de Lobato não tinha caráter comercial, mas por outro, foram localizados, no Recôncavo da Bahia, três outros campos petrolíferos: Aratu, Candeias e Itaparica.

Contudo, seu desempenho a princípio não foi animador. Segundo Smith, no final de 1943, a produção nacional, concentrada exclusivamente em território baiano, atingiu a quantidade de 300 barris diários, cerca de 1% do consumo nacional<sup>15</sup>. Em dezembro de 1946, segundo relatório apresentado pelo geólogo Avelino Ignácio de Oliveira, a situação começava, no entanto, a melhorar, pois 93 poços haviam sido perfurados no estado e Candeias apareceu, então, como a principal produtora do óleo no país, com um total de 3.590 barris por dia, dos 4.200 produzidos em todo o Recôncavo<sup>16</sup>. Os resultados animaram a muitos e não tardaram a ocorrer visitas de diversas autoridades, sobretudo políticos e militares, para presenciar os trabalhos de extração. Desse aumento de produção, também, surgirá mais tarde o projeto de construção da primeira refinaria de petróleo administrada pelo CNP.

O Recôncavo baiano, região que passava a abrigar a indústria de extração de petróleo, havia sido fundamental no processo de colonização do Brasil. De acordo com Costa Pinto, tratava-se de um local dedicado tradicionalmente ao cultivo monocultor de gêneros tropicais, à pesca e à agricultura de subsistência, marcado por uma grande diversidade e que teve a Bahia de Todos os Santos e a cidade de Salvador – centro administrativo e consumidor – como pontos que garantiram à região o seu caráter unificado e uma certa identidade social e econômica<sup>17</sup>. Antes da exploração de petróleo, a região subdividia-se em cinco áreas: zona da pesca e do saveiro; zona do açúcar; zona do fumo; zona da agricultura de subsistência; zona urbana de Salvador. A descoberta do petróleo configurou, no entanto, um novo quadro, praticamente inesperado. Os terrenos antes ocupados pelos canaviais começaram a ceder

---

<sup>15</sup> Idem, p. 60.

<sup>16</sup> OLIVEIRA, Avelino Ignácio de. **Pesquisas de petróleo no Estado da Bahia**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 2ª ed, 1947, p. 14.

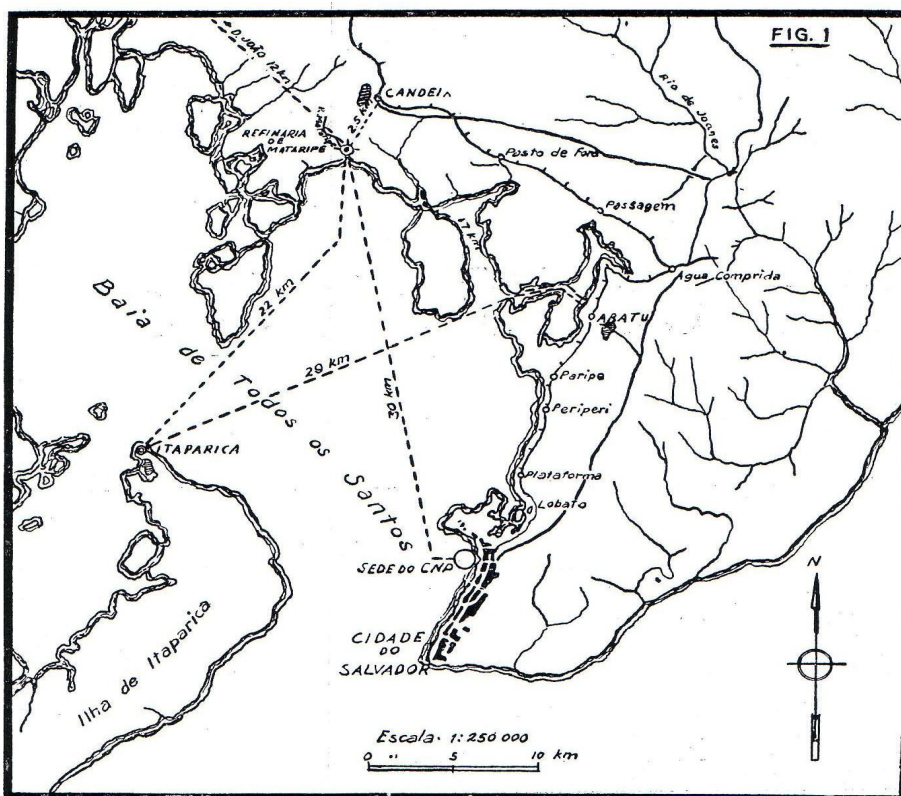
<sup>17</sup> PINTO, Luiz de Aguiar Costa. “Recôncavo: laboratório de uma experiência humana”. In: BRANDÃO, Maria Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, pp. 103-107.

espaço a tratores, sondas e tonéis, surgindo daí, ainda de acordo com a análise feita por Costa Pinto em 1953, a sexta subárea do Recôncavo: a zona do petróleo<sup>18</sup>.

Essa zona – o Recôncavo do Petróleo – era, no entanto, diferente geograficamente do Recôncavo tradicional. Tratava-se de uma área bem maior, que compreendia também as ilhas da Baía de Todos os Santos e chegava até as cidades de Coração de Maria e Inhambupe. Atingia, assim, além das cinco áreas demonstradas por Costa Pinto, fazendas de pecuária (Coração de Maria), entrepostos comerciais e de transportes (Alagoinhas e Catu) e até mesmo áreas de veraneio (Ilha de Itaparica)<sup>19</sup>.

Figura 1:

Mapa da Baía de Todos os Santos e do Recôncavo



Fonte: *O observador econômico e Financeiro – A Refinaria de Mataripe*, outubro de 1951, p. 04.

A introdução desse novo ramo econômico representou para a Bahia muito mais do que uma sutil mudança de produto cultivado, muito comum em zonas de agricultura exportadora.

<sup>18</sup> Idem, pp. 108-109.

<sup>19</sup> BARROSO, Geonísio de Carvalho. **A Petrobrás e o Recôncavo Baiano**. Rio de Janeiro: s/e, 1956, p. 14. AZEVEDO, Thales de. “O advento da Petrobrás no Recôncavo”. In: BRANDÃO, Maria Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1988, pp. 191-192.

Seu significado maior estava nas possibilidades abertas às elites baianas. Estas passaram a antever, a partir da exploração petrolífera, a possibilidade de deixarem de lado a decadência vivida nos últimos cem anos e voltarem à cena, no comando de uma das unidades estaduais mais ricas e prósperas do país. Na verdade, para alguns segmentos da sociedade local, a confirmação da existência de petróleo era uma espécie de retorno às origens gloriosas. A Bahia, berço do país, primeira capital da Colônia, tinha, agora, a honra da primazia na produção do tão sonhado *ouro negro*. Isso terá conseqüências políticas, conforme veremos adiante.

Voltando às iniciativas do Conselho Nacional do Petróleo, cabe ressaltar que nos anos de 1943 e 1944, ainda durante o Estado Novo, foram construídas duas pequenas destilarias, localizadas em Aratu e Candeias, com capacidade de refinar cada uma 150 barris de petróleo por dia. A construção de ambas pode ser explicada pelo aumento do consumo de combustíveis conjugado à queda na importação, decorrente da II Guerra Mundial.

Essas destilarias eram unidades acanhadas, com pouca tecnologia e operando em caráter experimental. Sua meta era suprir apenas as necessidades de consumo do CNP, fornecendo “combustível para as torres de sondagem e os caminhões que ali operavam”<sup>20</sup>. A construção foi, inclusive, improvisada. Eugênio Antonelli ao receber a incumbência de construir a destilaria disse ao seu chefe, o engenheiro Nélcio Passos, que sequer sabia por onde começar. A resposta do seu superior veio prontamente e foi a seguinte: “você já viu um alambique de cachaça, já? Pois é. É aquilo mesmo com algumas modificações”. Sem nenhuma experiência e contando ainda com materiais reaproveitados de “locomotivas adquiridas em Santo Amaro”, as destilarias foram construídas e entraram, de fato, em operação<sup>21</sup>. A unidade de Candeias atendia a uma demanda importante, pois em função da má qualidade das estradas e dos atoleiros nas pistas era muito comum os campos de produção pararem por causa dos atrasos no recebimento de combustível. Segundo Eunápio Costa, após a construção da destilaria de Candeias, não houve mais nenhuma parada nos campos por falta de combustível<sup>22</sup>.

Não sabemos exatamente quando a destilaria de Candeias deixou de funcionar, mas em 1949 a pequena unidade de Aratu ainda estava em funcionamento, processando durante

---

<sup>20</sup> SMITH, op. cit., p. 63.

<sup>21</sup> COSTA, Eunápio Cavalcanti. **No rio dos papagaios: história, casos e causos mataripenses**. Salvador: Gráfica e Editora Areembepe, 1990, p. 45.

<sup>22</sup> Idem, p. 48.

tudo aquele ano cerca de 10.660 barris de petróleo<sup>23</sup>. Essa experiência com a destilação, pode ser considerada como o primeiro contato com o refino e o processamento de petróleo sob controle estatal em território brasileiro. Entretanto ela seria logo suplantada por iniciativas mais ambiciosas.

Após o fim do Estado Novo, sob o governo do General Eurico Gaspar Dutra, decidiu-se criar a primeira refinaria estatal de petróleo de grande porte. De forma ainda muito tímida, uma vez que a meta traçada pelo presidente privilegiava a atração de capitais privados – nacionais ou estrangeiros –, foi instituída, em outubro de 1946, a Comissão de Constituição da Refinaria, presidida por Mário Leão Ludolf, engenheiro e membro do plenário do Conselho Nacional do Petróleo, órgão responsável por viabilizar e construir a “Refinaria Nacional de Petróleo S/A”. Um ano depois, em novembro de 1947, o CNP e a empresa estadunidense M. W. Kellogg assinaram contrato para a construção de uma refinaria com capacidade inicial de processamento de 2.500 barris por dia, a mesma produção comprovada dos campos do Recôncavo.

De acordo com o contrato, a Kellogg ficaria responsável por projetar e supervisionar a construção e operação inicial da refinaria<sup>24</sup>. Ficou estabelecido ainda que alguns técnicos e engenheiros brasileiros seriam enviados aos Estados Unidos para serem preparados a auxiliar a obra e comandar a operação da refinaria após o término do trabalho da empresa contratada<sup>25</sup>. O primeiro profissional enviado foi o químico Carlos Eduardo Paes Barreto, responsável por tomar parte, durante dois anos, de todos os detalhes do projeto de montagem da refinaria, acompanhar a produção dos equipamentos que estavam sendo construídos, e conhecer os métodos de refino de petróleo realizados por importantes refinarias norte-americanas. Pouco tempo depois, Paes Barreto recebeu a ajuda de mais quatro funcionários enviados pelo CNP<sup>26</sup>.

Inicialmente os planos traçados não deslancharam. Devido à demora na liberação de recursos federais, o ano de 1948 foi pouco proveitoso para as obras, fato que acabou impedindo a efetivação dos planos traçados no ano anterior. Esse descompasso entre os

---

<sup>23</sup> Conselho Nacional de Petróleo. **Relatório de 1949**. Rio de Janeiro. S/e, 1950, pp 146-147.

<sup>24</sup> Carta da Comissão Constituição da Refinaria Nacional de Petróleo endereçada, em junho de 1947, a Bennet Archambault (diretor da Kellogg).

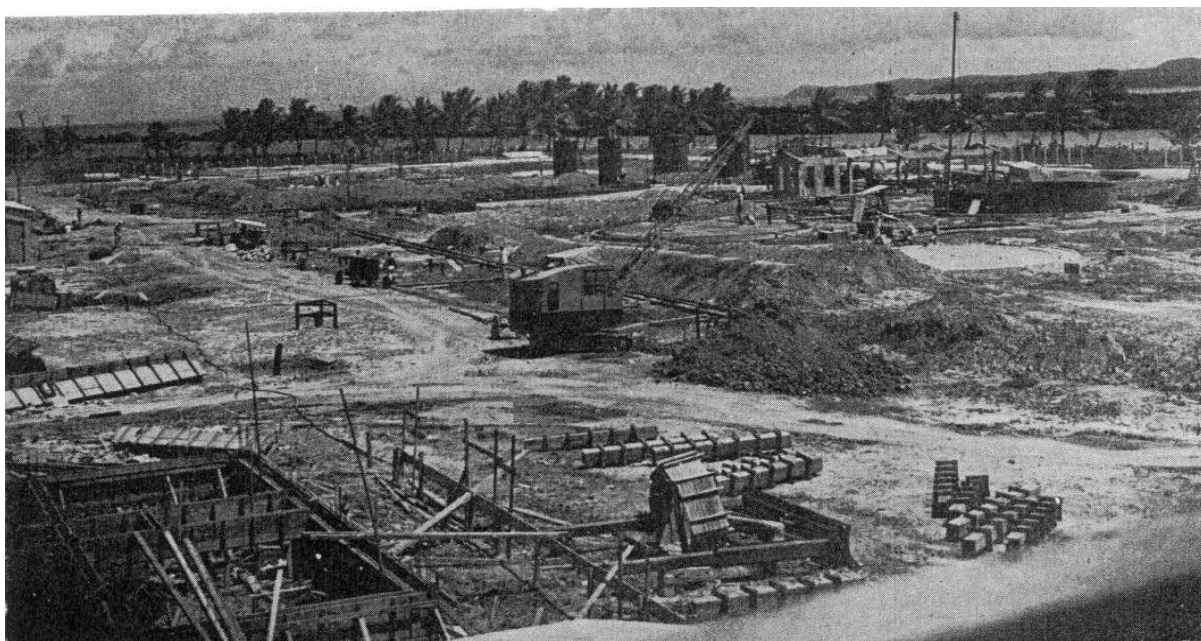
<sup>25</sup> MATTOS, Wilson Roberto. “O sonho da autonomia energética”. In: MATTOS, Wilson Roberto (et. alli). **Uma luz na noite do Brasil: Refinaria Landulpho Alves 50 anos de história**. Salvador: Solisluna Design e Editora, 2000, p. 54.

<sup>26</sup> BARRETO, Carlos Eduardo Paes. **A saga do petróleo brasileiro: “a farra do boi”**. São Paulo: Nobel Editora, 2001, p. 23.

planos e a ação pode ser explicado pela já mencionada prioridade do governo Dutra em buscar capitais privados para a construção de refinarias. No entanto, a oposição de vários setores a essa orientação governamental, e ao mesmo tempo, a timidez com que os empresários se voltavam para tal negócio, obrigaram o presidente a, através do plano SALTE (Saúde, alimentação, transporte e energia), dedicar, enfim, maior atenção e também maiores investimentos à questão do refino do petróleo<sup>27</sup>.

Figura 2:

Aspecto da construção da Refinaria de Mataripe em 1949



**Fonte:** *O observador econômico e Financeiro – A Refinaria de Mataripe*, outubro de 1951, p. 07.

Isso fez com que o ano seguinte fosse decisivo para as obras de edificação da Refinaria Nacional de Petróleo. De acordo com o Relatório do CNP de 1949, a situação no referido ano era a seguinte: o projeto de construção estava praticamente elaborado; os projetos de “edifícios, vila operária, instalações elétricas, adutora de água, tanques, etc” haviam sido iniciados; tinham começado a ser comprados nos Estados Unidos os materiais projetados pela Kellogg; os primeiros materiais especializados haviam chegado; a drenagem e o preparo do terreno estavam concluídos<sup>28</sup>. Podemos, a partir dessas informações, inferir que existiam vários projetos em andamento, mas que nenhum deles – a exceção da terraplanagem – já tivera a sua execução iniciada naquele momento.

<sup>27</sup> COHN, op. cit., pp. 125-126.

<sup>28</sup> Conselho Nacional de Petróleo. **Relatório de 1949**. Rio de Janeiro: S/e, p 60.

As obras começaram efetivamente após a compra da Fazenda Barreto, situada entre as localidades de Candeias e São Francisco do Conde. Segundo Eunápio Costa, o terreno escolhido atendia a três necessidades: localização próxima aos campos de produção; facilidade de transportes, por conta de um pequeno porto situado em suas proximidades; e abastecimento de água doce<sup>29</sup>. Entretanto, um fato chama atenção, pois se a refinaria em construção tinha um acesso tranqüilo à área de produção, não podemos dizer o mesmo em relação à cidade de Salvador. As distâncias de 40 km por via marítima e 60 km por via terrestre eram relativamente pequenas, mas a falta de estradas e de meios de transportes eficientes transformavam a ida a Mataripe uma grande e problemática aventura<sup>30</sup>.

Para enfrentar este problema, a empresa construiu vilas operárias e alojamentos para os trabalhadores. Tal iniciativa não foi realizada apenas junto às obras da refinaria, já que nos campos de extração também foram feitos diversos alojamentos e alugadas casas pela empresa, em virtude da chegada de trabalhadores de variados pontos do estado e que não tinham onde morar. Esse fato imprimiria às relações de trabalho na indústria do petróleo no estado da Bahia uma característica marcante, pois – conforme veremos adiante – a presença da vila operária e a concessão de tipos diferenciados de moradia influenciaram de modo marcante os conflitos cotidianos e a própria ação dos sindicatos que serão fundados um pouco mais tarde.

A construção da refinaria certamente não foi um empreendimento fácil. Em minuta enviada por Mário de Leão Ludolf à Companhia Brasileira de Engenharia no dia 3 de novembro de 1949, o CNP manifestou seu temor de não conseguir concluir o projeto no final do ano seguinte<sup>31</sup>. Parece-nos que a Companhia foi responsabilizada pelos atrasos na obra, uma vez que os dirigentes da Comissão fizeram questão de assinalar que após a saída da empresa, a construção acabou sendo acelerada, ocorrendo um “grande surto [...] no desenvolvimento das obras após novembro de 1949”<sup>32</sup>. Foi o momento em que os homens do CNP e da Comissão decidiram trazer para si o controle dos rumos da construção. Encontraram como alternativa a revisão do acordo com a Companhia e buscaram profissionais especializados junto à Kellog “a fim de tornar possível a conclusão da montagem da Refinaria de Mataripe até fins de 1950”<sup>33</sup>. Com isso, após a realização dos entendimentos, que

---

<sup>29</sup> COSTA (1990), op. cit., p. 64.

<sup>30</sup> MATTOS, op. cit., p. 55.

<sup>31</sup> Apesar do projeto de montagem da Refinaria de Mataripe ter sido confiado à Kellog, o Conselho Nacional do Petróleo abriu uma licitação para a execução das obras de engenharia civil. A Companhia Brasileira de Engenharia ganhou a licitação, mas enfrentou vários problemas na realização dos trabalhos.

<sup>32</sup> Conselho Nacional de Petróleo. **Relatório de 1949**. Rio de Janeiro: S/e, p 61.

<sup>33</sup> Minuta enviada à CBE em 03/11/1949. CPDOC: AL cnp 1945.07.31, documento III22, folha1.



resultaram na rescisão do contrato, o CNP assinou com a Kellogg, no mesmo mês de novembro, um ajuste adicional ao contrato de 1947 que garantiu a chegada de mais 13 técnicos à Bahia, todos eles vindos dos Estados Unidos<sup>34</sup>.

Apesar dos problemas relacionados à falta de mão-de-obra especializada, 1949 foi considerado um ano proveitoso. De acordo com o já citado relatório, todo o material de montagem e funcionamento da refinaria já se encontrava em Mataripe, boa parte das unidades já estava em adiantado estágio de construção e os serviços de apoio (refeitório, alojamento de pessoal, e ambulatório) já estavam concluídos<sup>35</sup>. Por outro lado, na outra frente de industrialização do petróleo na Bahia, a área de extração, comandada pelo Serviço Regional da Bahia, também aconteciam avanços consideráveis. No final do ano, haviam sido perfurados um total de 170 poços de petróleo, a produção atingia a cifra de pouco mais de 109 mil barris, e ao mesmo tempo existiam expectativas de que ao fim de 1950 a capacidade total de produção fosse ampliada à casa de 12.000 barris diários<sup>36</sup>. Essa previsão otimista não se confirmou no ano seguinte, pois embora a produção total daquele ano tivesse triplicado, ainda estava muito longe de atingir sequer os 2.500 barris diários necessários ao funcionamento de Mataripe<sup>37</sup>.

Cerca de mil e cem pessoas trabalhavam nas obras de Mataripe, no início de 1950. No momento de maior concentração de pessoal, entre os meses de fevereiro e junho, chegaram a trabalhar na construção cerca de mil e quatrocentos homens<sup>38</sup>. Na extração os números atingidos entre mensalistas, diaristas e pessoal para obras ao final do mesmo ano eram de mil quinhentos e setenta e cinco, superando os mil duzentos e setenta e sete homens presentes ao final de 1949<sup>39</sup>. Eram eles funcionários do CNP e de firmas brasileiras por ele contratadas para acelerar os trabalhos de extração de petróleo bem como a construção daquela que era considerada a primeira refinaria moderna do país, pois as unidades de refino particulares existentes em São Paulo e no Rio Grande do Sul não contavam com o aporte tecnológico presente em Mataripe. Ressaltava então o CNP, antecipando em certa medida o tom

---

<sup>34</sup> Conselho Nacional de Petróleo. **Relatório de 1949**. p 61. As funções dos técnicos eram as seguintes: 2 topógrafos, 2 montadores de tubulações, 1 especialista em assentamento de tubulações, 1 mestre soldador, 1 especialista em eletricidade e instrumentos de controle, 1 especialista em refratários, 3 especialistas em elevação de carga e estruturas pesadas, 1 encarregado de materiais especializados e 1 especialista em guindaste.

<sup>35</sup> Conselho Nacional de Petróleo. **Relatório de 1949**. p 60.

<sup>36</sup> Idem, pp. 12-13.

<sup>37</sup> Conselho Nacional de Petróleo. **Relatório de 1950**. Rio de Janeiro: S/e, 1951, p 11.

<sup>38</sup> Idem, p. 71.

<sup>39</sup> Idem, p. 210. Estavam computados também dentre os servidores do Serviço Regional da Bahia os homens envolvidos nos trabalhos no Maranhão e em Alagoas. Deduzimos, porém, pela timidez dos trabalhos realizados naqueles estados, que estes não representavam sequer 10% do total de empregados.

triumfalista e nacionalista que se tornaria marcante no discurso oficial sobre as atividades do petróleo, que todos estes técnicos e operários – brasileiros e estrangeiros – trabalharam sob a coordenação de “engenheiros, químicos e técnicos nacionais”, cabendo aos “elementos da M. W. Kellog Company” somente a função de assistentes do trabalho<sup>40</sup>.

Esse grupo de técnicos e engenheiros pioneiros, exaltado pelo CNP, ficou conhecido como a “turma do murro”, termo que faz alusão direta à dedicação que este grupo “demonstrou na inédita tarefa de construção de uma moderna refinaria de petróleo”<sup>41</sup>. Eram eles: o químico Carlos Eduardo Paes Barreto, primeiro superintendente da refinaria; Roque Consane Perroni, engenheiro químico que viria a substituir Barreto no cargo de superintendente em 1953; Derek Herbert, engenheiro da Escola Politécnica; Edgard Azevedo Moreira, militar da reserva, responsável pela segurança industrial e pelo setor de vigilância da refinaria; Petrônio Area Leão, especializado em mecânica fina; Nivaldo Prado Fontes, Mário Lisboa Sampaio e Anísio Lage Filho, todos eles engenheiros chefes de setor<sup>42</sup>.

Apesar do clima de otimismo apresentado no relatório de 1950, as autoridades brasileiras não se mostraram muito confiantes no sucesso do empreendimento que estava sendo realizado em Mataripe. A primeira prova disso é que a duplicação da capacidade de refino da usina, prevista desde o início de sua construção, só foi oficialmente confirmada em dezembro de 1950, com a assinatura de mais um termo aditivo ao contrato original de 1947. Além do mais, é importante notar que não houve uma inauguração oficial da refinaria. No início do mês de setembro, ao ser entrevistado pela equipe do jornal *Diário de Notícias*, Pedro Moura, responsável pela supervisão da obra, desconversou acerca da inauguração, dizendo que muito embora a refinaria estivesse com certeza pronta ainda naquele mês, a data da inauguração oficial estava a critério das conveniências do CNP<sup>43</sup>. Na verdade, a operação da usina principiou sem alarde, quase às escondidas, não suscitando maior atenção sequer da imprensa baiana, que vinha saudando a sua construção como fator preponderante no impulso que seria dado à economia tanto da Bahia quanto de outros estados do Nordeste<sup>44</sup>. Sobre o evento o silêncio foi mesmo total. Nenhum dos órgãos da imprensa escrita soteropolitana noticiou o início dos trabalhos da Refinaria de Mataripe, que passou batido, ignorado por quase todos.

---

<sup>40</sup> Conselho Nacional de Petróleo. **Relatório de 1950**. p. 72.

<sup>41</sup> MATTOS, op. cit., p. 55.

<sup>42</sup> BARRETO, op. cit., pp. 28-29.

<sup>43</sup> *Diário de Notícias*: 05/09/1950, p. 08.

<sup>44</sup> *Diário de Notícias*: 02/09/1950, p. 02.

A única manifestação festiva por conta do evento ocorreu na cidade de São Francisco do Conde. De acordo com Paes Barreto, na antevéspera do início da operação da refinaria, bateu em sua porta “um desconhecido de chapéu de palha, trajado simplesmente de calça e camisa”. Tratava-se do funcionário responsável pela coleta do imposto único sobre combustíveis produzidos no Brasil. Indagou ao químico, enquanto tomava “o tradicional cafezinho”, se o mesmo estava ciente da existência do imposto e de que forma realizaria o pagamento, caso os trabalhos começassem, realmente, naquele mês de setembro. Sem pestanejar, Paes Barreto lhe respondeu que a refinaria entraria em operação. Além disso, que o pagamento do imposto seria feito em cheque e que, “em apreço à visita”, fazia questão de entregá-lo pessoalmente. Em 19 de setembro, dois dias após o início da produção de combustíveis da Refinaria de Mataripe, ele saiu, então, “a cavalo, com o chefe da segurança industrial e dois guardas da refinaria”. Chegando em São Francisco do Conde, foi recebido “com banda no coreto e fogos de artifício”<sup>45</sup>.

Em dezembro, os derivados de petróleo produzidos pela recém-construída refinaria foram entregues às distribuidoras, e 8.935 barris de gasolina e 900 de óleo diesel foram remetidos ao Rio de Janeiro através de um navio pertencente ao Ministério da Marinha<sup>46</sup>. Esse combustível serviu, certamente, à solenidade oficial de inauguração, enfim realizada na capital da República, no dia 15 do mesmo mês, quando dois contra-torpedeiros da Marinha de Guerra brasileira demonstraram o aproveitamento dos produtos de Mataripe. Na ocasião, o engenheiro João Carlos Barreto, presidente do CNP, ressaltou a importância do feito e a dedicação dos técnicos envolvidos no trabalho<sup>47</sup>. Estava, assim, inaugurada a Refinaria de Mataripe. Os incrédulos haviam se convencido de que ela funcionava de fato.

## **1.2 PETRÓLEO COMO QUESTÃO NACIONAL: “O PETRÓLEO É NOSSO”, E A CRIAÇÃO DA PETROBRÁS**

A campanha em defesa do monopólio estatal do petróleo esteve diretamente relacionada à reorientação dos rumos do Conselho Nacional do Petróleo, iniciada ainda em

---

<sup>45</sup> BARRETO, op. cit., p. 29-30.

<sup>46</sup> Conselho Nacional de Petróleo. **Relatório de 1950**. p. 72.

<sup>47</sup> Ata da 612ª sessão ordinária do Conselho Nacional do Petróleo, realizada em 28/12/1950. CPDOC: AL cnp 1945.07.31, Doc. IV5, folhas 1-3.

1943, e que teve seu auge no governo do general Dutra. A troca do general Horta Barbosa – um notório defensor do monopólio estatal do petróleo – pelo general João Carlos Barreto na direção do CNP foi um importante ponto de inflexão na postura do órgão. A tendência acentuou-se ainda mais nos anos pós Estado Novo.

Como já referido, o governo Dutra procurou atrair o capital privado e se afastar da solução estatal para o problema do petróleo. Essa orientação, anunciada em 1943 e reforçada pelo novo texto constitucional brasileiro, aprovado em 1946, teve o seu argumento central apresentado por João Carlos Barreto, através da Exposição de Motivos nº 2558 de 6 de maio de 1945. Segundo nos aponta Cohn, os dirigentes do órgão acreditavam que nem o Estado nem a burguesia brasileira possuíam o capital, a tecnologia e os recursos humanos necessários para resolver o problema nacional do petróleo. Além do mais, existiria uma tendência de investimentos estrangeiros diretos serem feitos em países com grande potencial natural, como era o caso do Brasil. Desse modo, a principal diretriz sugerida pelo CNP foi a abertura do direito de exploração e refino do petróleo a particulares, não havendo restrição à presença de capitais estrangeiros nas empresas que obtivessem permissão do governo federal para participar das atividades petrolíferas<sup>48</sup>.

Ainda segundo Cohn, as idéias apresentadas no documento evidenciaram o fortalecimento da influência dos empresários privados – locais e estrangeiros – e mesmo de homens que de dentro do aparelho do Estado advogavam a necessidade de uma liberalização da política do petróleo. Esses pressupostos, como veremos a partir de agora, ficarão melhor definidos no Anteprojeto do Estatuto do Petróleo, enviado ao Congresso por Dutra em fevereiro de 1948. Neste documento, o presidente da república buscou adaptar a política de exploração mineral do país aos preceitos garantidos na Constituição de 1946, entregando as diretrizes dessa mudança à decisão do Legislativo, que deveria, através do debate político, escolher qual seria a melhor solução para o problema.

Devemos apontar, entretanto, que o quadro político do governo Dutra abriu pouco espaço para as discussões entre os parlamentares, uma vez que o forte apoio construído pelo governo, através da coligação PSD-UDN, diminuiu consideravelmente a possibilidade de expressão das divergências políticas no legislativo. Assim, o que na verdade obrigou o presidente a ter mais cautela, foi o contorno que a questão do petróleo acabou adquirindo fora

---

<sup>48</sup> COHN, op. cit., pp. 75-77.

dos círculos políticos convencionais, sobretudo, após a divulgação das discussões entre Juarez Távora e Horta Barbosa, patrocinada pelo Clube Militar.

Essa instituição, como demonstra Martins Filho, democratizou suas discussões, após 1945, transformando-se em verdadeira “válvula de escape para os debates dos grandes temas nacionais”. Entre estes estava, evidentemente, a questão do petróleo, primeiro “grande tema” por ele discutido, numa demonstração clara de que os militares não circunscreviam suas polêmicas aos seus círculos mais fechados, mas, pelo contrário, procuravam sensibilizar outros setores sociais em prol das causas por eles defendidas. Os debates do Clube Militar demonstraram, ainda, que havia duas tendências disputando o controle da instituição: os “nacionalistas”, entre os quais é possível enquadrar o General Horta Barbosa, e os “antinacionalistas”, grupo que contava com a participação de Juarez Távora. Martins Filho distingue estas duas correntes do seguinte modo:

“A primeira (...) tinha como marca registrada a defesa da industrialização do país com características autônomas, posicionando-se de forma abertamente crítica contra o papel dos ‘trustes internacionais’ e contra uma política externa de alinhamento com os Estados Unidos. O segundo grupo (...) defendia uma postura favorável tanto em relação à participação do capital estrangeiro na industrialização do país, quanto à aliança com os Estados Unidos no plano da guerra fria.”<sup>49</sup>

Juarez Távora foi o primeiro conferencista convidado. Sua análise partia do pressuposto de que a estratégia até então adotada pelo CNP fora mal sucedida, o que mostrava a necessidade de se buscar a colaboração do capital internacional. O militar entendia que a nova conjuntura política e econômica internacional aproximava o país dos Estados Unidos, e que esta grande potência dispunha exatamente daquilo que faltava aos brasileiros: recursos financeiros e técnicos para a exploração do petróleo. Além disso, os Estados Unidos temiam a falta de petróleo no caso de uma guerra. Assim, da mesma forma que fizeram em relação ao aço, quando da conjuntura da II Guerra Mundial, teriam grande interesse estratégico em explorar as reservas petrolíferas brasileiras. Portanto, para o Brasil, restava a opção de se aliar ao capital privado norte-americano, pois só através dessa aliança poderia garantir a sua segurança nacional.

A posição nacionalista diversa de Horta Barbosa já era em grande medida conhecida da sociedade brasileira, desde a sua participação no comando do CNP. Não foi por acaso a sua

---

<sup>49</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. “Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano (vol.3): o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 112-113.

escolha para refutar os argumentos de Távora. Para o ex-presidente daquele órgão governamental era quase impossível a conciliação dos interesses nacionais de um país subdesenvolvido com os das grandes empresas multinacionais de petróleo, então chamadas de trustes. A seu ver, a solução para o problema passava, inevitavelmente, pelo monopólio estatal do petróleo.

Se a idéia dos dirigentes do Clube Militar era levar o debate à sociedade, eles foram muito bem sucedidos. Em abril de 1948 foi criado na cidade do Rio de Janeiro, em cerimônia realizada na sede do Automóvel Clube o Brasil, o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional<sup>50</sup>. Militares, jornalistas, políticos, intelectuais, comunistas e estudantes participaram dessa organização, que tinha por objetivo dar maior organicidade à *Campanha do Petróleo*, iniciada com as conferências do General Horta Barbosa, um de seus presidentes de honra. Rapidamente foram fundadas seções municipais, responsáveis pela organização de comícios, conferências e passeatas em defesa do monopólio estatal do petróleo<sup>51</sup>. Enquanto o Centro se organizava e a participação popular no movimento crescia, aumentava a rejeição ao anteprojeto de Dutra e este era gradativamente abandonado no Congresso. De acordo com Wirth, o principal motivo da perda de espaço da proposta de associação com o capital estrangeiro foi a capacidade de organização do Centro, que comandou “uma campanha genuinamente nacional, uma mobilização quase sem paralelo na história do país”, na qual “a capacidade (...) de mobilizar o povo e concentrá-lo nas ruas estreitas do Rio, especialmente junto à Câmara e aos ministérios” acabou constituindo forte fator de pressão sobre as decisões do legislativo<sup>52</sup>.

É importante mencionarmos ainda que alguns segmentos da imprensa abriram espaço para a polêmica do petróleo, merecendo destaque o *Jornal de Debates, Imprensa popular*<sup>53</sup>, *Panfleto e Emancipação*<sup>54</sup>. Além disso, chamou bastante atenção a participação dos militantes do PCB, não obstante a recente proscrição do partido e a perda dos mandatos parlamentares de seus membros. A presença dos comunistas no movimento foi, inclusive, pretexto para atos de perseguição, perpetrados pelos órgãos de repressão política do governo Dutra e de alguns

---

<sup>50</sup> O nome utilizado na fundação foi Centro de Estudos e Defesa do Petróleo. A mudança para Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional aconteceu em setembro do ano seguinte, por sugestão do general Raimundo Sampaio. Para fins práticos, usaremos neste texto sempre o segundo nome, em virtude do mesmo ter sido o mais difundido na sociedade e na academia brasileira.

<sup>51</sup> Ver: Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional. In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Cd-Rom: CPDOC/FGV.

<sup>52</sup> WHIRT, op. cit., p. 153.

<sup>53</sup> Órgão de imprensa do PCB.

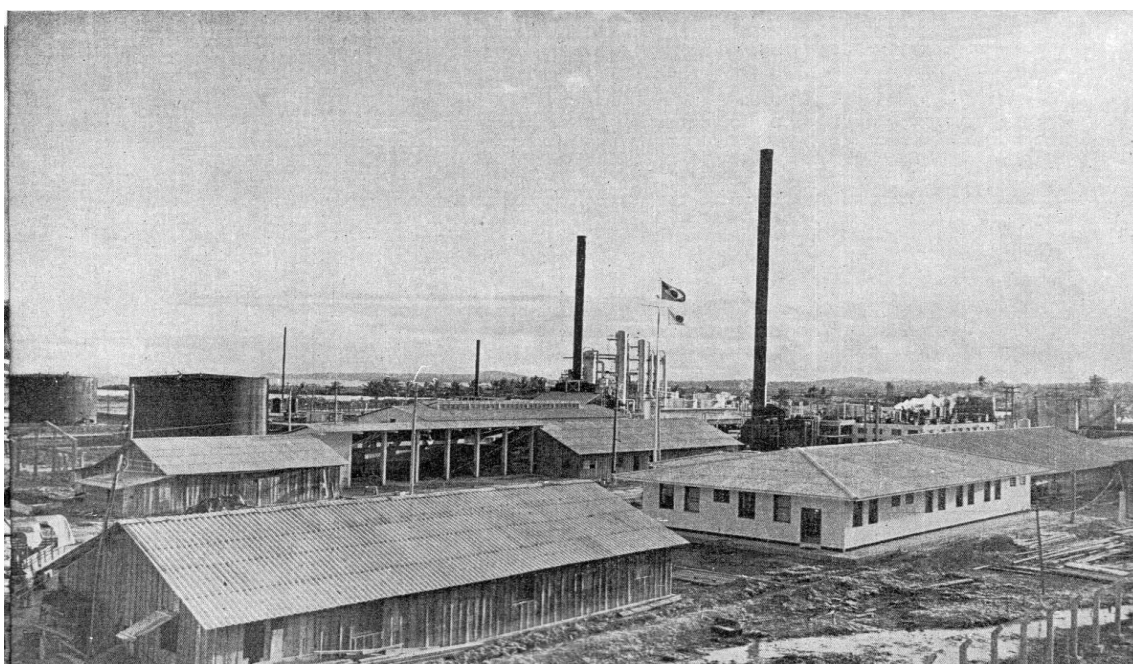
<sup>54</sup> COHN, op. cit., p. 118.

governos estaduais. Mas nada disso adiantou. O clima político no Brasil da década de 1950 era propício ao nacionalismo, e ajudados pela pressão vinda das ruas, os parlamentares foram, majoritariamente, favoráveis aos argumentos de Horta Barbosa, rejeitando o Estatuto do Petróleo, ainda sob o governo Dutra.

As dimensões atingidas pela *Campanha do Petróleo* e a rejeição do anteprojeto de Dutra transformaram as eleições presidenciais de 1950 num fato estratégico para os rumos da questão petrolífera. A eleição de Getúlio Vargas, motivada pelo seu imenso carisma, e pela identificação que as camadas populares tinham para com ele, bem como o discurso nacionalista empreendido pelo então candidato, colocaram novamente o ex-chefe do Estado Novo no centro das decisões sobre o assunto.

Figura 3:

A Refinaria de Mataripe e no alto a bandeira nacional



**Fonte:** *O observador econômico e Financeiro – A Refinaria de Mataripe*, outubro de 1951, p. 11.

Empossado, o presidente decidiu, no entanto, empreender um movimento de desmobilização da *Campanha do Petróleo*, buscando equilibrar os diferentes interesses em conflito. Para Vargas, o Brasil tinha agora um governo nacionalista. Portanto, a solução do monopólio estatal do petróleo não tardaria a acontecer, não havendo mais necessidade da mobilização popular em torno do tema. Com este pensamento solicitou ao Ministério da Justiça a suspensão das atividades do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia

Nacional e utilizou a polícia política para dissolver a II Convenção Nacional do Petróleo, realizada em meados de 1951<sup>55</sup>. Mas não deixou de agir para pôr um ponto final na questão.

No final de 1951, enviou ao Congresso Nacional a proposta de criação de uma empresa de capital misto, com controle da União sobre 51% de suas ações. Na Câmara dos Deputados, o projeto inicial sofreu diversas emendas que visaram impedir o controle das empresas estrangeiras sobre as reservas petrolíferas nacionais. A própria UDN, partido identificado com os projetos liberalizantes e de aproximação política com os Estados Unidos, defendeu o monopólio estatal do petróleo e um controle mais direto da União sobre a Petrobrás, motivada pela necessidade de se opor a Vargas, e para não perder prestígio junto à população<sup>56</sup>. Não nos parece exagero supor, ainda, que a postura da UDN pode ter sido impulsionada pelo fato de seus membros acreditarem que seria inevitável o fracasso de uma iniciativa de tal porte, sem o capital privado internacional. Desse modo, o naufrágio das atividades da Petrobrás, com participação exclusiva do capital nacional, abriria espaço para uma experiência de cunho liberal, com a presença de capitais estrangeiros, como prezavam os seus principais membros e a sua inclinação político-ideológica.

Se na Câmara dos Deputados os maiores esforços foram para aumentar as prerrogativas nacionalistas do projeto, não podemos dizer que aconteceu o mesmo no Senado. Lá, ele sofreu, então, as primeiras oposições nitidamente direcionadas contra o seu caráter nacionalista. O senador Othon Mäder comandou um grupo de parlamentares interessados em impedir a criação de um órgão estatal controlador da indústria do petróleo<sup>57</sup>. Tais senadores contaram, ainda, com o apoio das Associações Comerciais de importantes capitais como, por exemplo, São Paulo, Recife e Porto Alegre. Outro membro do Senado engajado na luta contra a política de cunho nacionalista foi Assis Chateaubriand, detentor da rede de jornais Diários Associados, e que utilizou seus meios de comunicação para fazer oposição ao projeto.

O projeto de Vargas, conforme afirma Wirth, “era flexível, aberto às contingências e conciliatório”<sup>58</sup>. Ou seja, a intenção do presidente era a execução de uma iniciativa economicamente viável, sem se incomodar, inclusive, com a participação do capital estrangeiro, desde que este seguisse os ditames do poder federal. Essa não era, entretanto, a

---

<sup>55</sup> DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLIANO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás**. Rio de Janeiro: CPDOC/Petrobrás, 1993, pp. 99-100.

<sup>56</sup> COHN, op. cit., p. 154.

<sup>57</sup> Idem, p. 164.

<sup>58</sup> WHIRT, op. cit., p. 161.



visão dos membros da *Campanha do Petróleo*. Para eles, a presença, mesmo que minoritária e sem poder efetivo de decisão, do capital internacional nas atividades envolvendo o petróleo brasileiro era uma séria ameaça à segurança nacional e à sua emancipação. Assim, a despeito do esforço do presidente, a mobilização não cessou, e até mesmo parlamentares ligados ao PTB – Euzébio Rocha, por exemplo – fizeram esforços para modificar o projeto inicial, aumentando as salvaguardas nacionalistas.

Em meio a todas essas atribulações o projeto tramitou no legislativo e foi aprovado em meados de 1953. Permaneceu nele a proposta de constituição de uma empresa de economia mista e executora do monopólio estatal de exploração do petróleo. Foram feitas, entretanto, modificações que impediram a presença de capital estrangeiro na empresa. O único setor que não ficou regido pelo monopólio estabelecido foi a distribuição; para alguns, a parte mais lucrativa do negócio. Os dois projetos de refinarias particulares já autorizadas a se instalar (uma em São Paulo e outra no Rio de Janeiro) tiveram um prazo limite de dois anos para começarem a funcionar; caso contrário, sua permissão seria cancelada.

Assim, em 3 de outubro de 1953, dia do 23º aniversário da Revolução de 1930, uma data de forte conotação simbólica para o getulismo, o presidente assinou a lei que criou a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás – empresa que, por vários motivos, marcará a história política recente do país. A sua criação representou, segundo Sulamis Dain, o fim do primeiro ciclo de investimentos, e o fato mais marcante dessa era de intervenção do Estado no setor produtivo, através da criação de companhias atuantes em setores estratégicos da produção industrial<sup>59</sup>. A Petrobrás figurou, junto com a Companhia Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores e a Companhia Mineradora Vale do Rio Doce, como uma *empresa estatal de primeira geração*. Estas empresas guardavam semelhanças entre si, tanto no que dizia respeito aos interesses motivadores de sua criação, quanto na forma de lidar com a sua força de trabalho, conforme poderemos notar mais adiante neste trabalho.

O CNP, que até então cuidava de toda a extração e produção de derivados de petróleo, passou a ser um órgão de regulação e fiscalização. Sua principal tarefa, imediatamente após a promulgação da lei de criação da Petrobrás, foi organizar a transferência do controle daqueles encargos para as mãos da nova empresa, fato concretizado em maio do ano seguinte. Foi a partir dessa data que ela passou de fato a existir e a controlar a produção petrolífera nacional.

---

<sup>59</sup> DAIN, Sulamis. “Empresa estatal e política econômica no Brasil”. In: MARTINS, Carlos Estevam (Org.). **Capitalismo e Estado no Brasil**. São Paulo, HUCITEC, 1977, pp. 141-165.

Getúlio escolheu para exercer a presidência da estatal um velho aliado da Revolução de 1930, que havia, por algum tempo passado para a oposição – o Coronel Juracy Magalhães. Cearense de nascimento, este participante do movimento tenentista e da Revolução de 1930, enraizado desde aquele momento em terras baianas, representava o desejo do presidente de estabelecer alianças com setores considerados mais conservadores, tanto no plano nacional quanto nos estados. A reaproximação dessas lideranças configurou uma reorganização do cenário político baiano, que garantiria, inclusive, a viabilidade da execução de um projeto de modernização local, tendo por base a Petrobrás<sup>60</sup>. A presença de Juracy Magalhães no comando da empresa foi, no entanto, tão curta quanto a de Vargas na presidência. Três meses após o início dos trabalhos da estatal, com o suicídio do presidente, o antigo interventor da Bahia deixou a presidência da Petrobrás e os projetos desenvolvimentistas baianos sofreram então um duro revés por conta do desmanche forçado da aliança de Vargas com as elites conservadoras locais.

A primeira aparição contundente desse projeto baiano no cenário nacional se deu já durante a tramitação da lei de criação da Petrobrás no Congresso. Fato que chama bastante atenção naquele processo foi a postura adotada pelos parlamentares baianos. Quando o projeto estava sendo votado na Câmara ele sofreu duas mudanças diretamente relacionadas às necessidades políticas e econômicas defendidas pelos políticos do estado, ambas fáceis de serem entendidas se lembrarmos que o Recôncavo continuava a essa época como o único local de produção petrolífera no território nacional. A primeira alteração dizia respeito à participação dos estados produtores do óleo sobre os rendimentos auferidos pela empresa. A segunda estava relacionada à forma de distribuição entre os estados da receita proveniente do Imposto Único sobre Combustíveis Líquidos e Lubrificantes<sup>61</sup>. As emendas propostas pela bancada baiana, comandada pelo deputado Aliomar Baleeiro, visavam a mudança nas regras de distribuição de impostos, com o fito de garantir maiores receitas aos estados produtores, retirando, assim, parte considerável dos rendimentos dos estados mais industrializados e, portanto, maiores consumidores de combustíveis e lubrificantes.

Os parlamentares baianos articularam ao seu redor deputados e senadores de estados menos industrializados e conseguiram impor uma derrota aos estados do sul e ao próprio

---

<sup>60</sup> DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Tradição, autocracia e carisma:** a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974). Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006, Capítulo II.

<sup>61</sup> COHN, op. cit., p. 162.

governo<sup>62</sup>. O argumento utilizado pelos baianos consistiu na relevância de se superar os desníveis regionais entre norte e sul do país com o intuito de impedir disputas políticas de ordem maior. Conseguiram impor, também, o pagamento de *royalties* no valor de 3% sobre o preço total do óleo aos estados e municípios produtores, percentual que garantiu uma arrecadação extra de 6 mil dólares por dia à economia local, mas que mesmo assim foi considerado pelo político e empresário Clemente Mariani, três anos depois, quantia mesquinha, quando comparada às possibilidades de retorno, caso o negócio fosse realizado em associação com o capital estrangeiro, conforme o exemplo da Bolívia<sup>63</sup>. As emendas baianas tinham, porém, raízes mais profundas e diziam respeito à situação econômica e política do estado naquele período. A descoberta do petróleo e sua exploração local foram um grande alento e importante fonte de esperança para as classes dominantes locais.

### 1.3 PETRÓLEO COMO QUESTÃO LOCAL: O REGIONALISMO BAIANO

A Bahia teve durante a década de 1950 um sentimento praticamente consensual de que era imprescindível superar o atraso econômico em que vivera durante os últimos cem anos. Muito se discutiu acerca das causas do chamado *enigma baiano*. Como e por que a outrora rica e opulenta província havia atingido níveis tão pífios de desenvolvimento e faturamento econômico<sup>64</sup>?

As principais fontes geradoras de recursos para a Bahia haviam se desgastado desde a segunda metade do século XIX. O fim do tráfico de africanos e a decadência da economia açucareira foram duros golpes para as classes dominantes locais. Por outro lado, as indústrias têxteis, ancilares à economia açucareira, não se firmaram no cenário econômico local<sup>65</sup>. O surgimento da lavoura cacaueteira no sul do estado não conseguiu recriar o fausto de outros tempos. Para piorar as coisas, segundo Francisco de Oliveira, não obstante os altos índices de exportação do cacau, a taxa de câmbio adotada pelo governo republicano minava as defesas

---

<sup>62</sup> COHN, op. cit., p. 163.

<sup>63</sup> MARIANI, Clemente. “Análise do problema econômico baiano”. In: **Planejamento**. Salvador, out/dez 1977, vol. 05, nº 04, pp. 85. Texto oriundo de uma palestra proferida na Escola Superior de Guerra no ano de 1957, p. 85.

<sup>64</sup> AGUIAR, Manoel Pinto de. “Notas sobre o enigma baiano”. In: **Planejamento**. Salvador, out/dez 1977, vol. 05, nº 04, pp.123-136. Texto publicado originalmente em 1958.

<sup>65</sup> Sobre a decadência das indústrias têxteis locais, ver: Tavares, Luís Henrique Dias. **O problema da involução industrial da Bahia**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1960.

das “economias regionais”, apresentando-se como “uma armadilha mortal para o desenvolvimento do capitalismo na Bahia e no Nordeste”. Assim, completa Oliveira, somente o petróleo e a Petrobrás irão conseguir sacudir Salvador “de sua longa letargia”<sup>66</sup>.

Além das questões de caráter econômico, observamos também a perda do prestígio político do estado com o advento da Revolução de 1930. O movimento militar que levou Getúlio Vargas ao poder apresentou-se como uma derrota para os políticos locais, pois impediu a posse do ex-governador Vital Soares, eleito pela coligação encabeçada por Júlio Prestes, no cargo de vice-presidente da República. Desarticulada e sem a força de líderes com projeção nacional, a Bahia lucrou muito pouco com os rearranjos instituídos nos anos seguintes ao término da Primeira República. Suas elites foram preteridas e tiveram que engolir um interventor imposto e sem laços políticos locais. Ou seja, a crise manifestava-se em dois campos, o político e o econômico. Não é de admirar, portanto, que as propostas de solução para essa gama de problemas, visassem tanto o redimensionamento político do papel do estado frente ao governo federal como o aproveitamento das potencialidades econômicas da região.

A Associação Comercial da Bahia, um dos mais importantes e influentes órgãos da burguesia local, apontou o planejamento econômico como alternativa à situação. Outro defensor dessa solução foi o empresário Clemente Mariani, que através dos relatórios do Banco da Bahia defendia a intervenção do governo estadual na economia, como forma de potencializar as possibilidades de sucesso das iniciativas tomadas pelo grupo de empresários dos ramos bancário e mercantil, por ele representados<sup>67</sup>.

Certamente a medida mais sistemática para enfrentar esses dilemas foi a criação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), em maio de 1955, início do governo de Antonio Balbino. Ela era a parte principal de um tripé também composto pelo Instituto de Economia e Finanças do Estado da Bahia e pelo Fundo Estadual de Desenvolvimento Agrário<sup>68</sup>. Seu objetivo inicial era, de acordo com Santana, aglutinar os elementos da elite do estado em uma arena decisória que forjasse as orientações do governo estadual no plano

---

<sup>66</sup> OLIVEIRA, Francisco de. **O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001, pp. 29-30.

<sup>67</sup> GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia (1930-1964)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982, pp. 106.

<sup>68</sup> DANTAS NETO, op. cit., p. 84.

econômico<sup>69</sup>. O fracasso dessa perspectiva permitiu, entretanto, a centralização das responsabilidades e das iniciativas na figura do governador do estado e de Rômulo Almeida, um respeitado economista que havia chefiado a assessoria econômica de Getúlio Vargas. Sua atuação à frente da CPE, de acordo com Antonio Sérgio Guimarães, acabou tendo o apoio formal da facção mercantil financeira e do conjunto das “classes produtoras estaduais”<sup>70</sup>.

Assim, as elites baianas recusaram-se a ocupar o espaço que lhes havia sido reservado no esforço modernizador e apesar do apoio dispensado ao homem responsável pela sua execução, procuraram chamar atenção para um aspecto que não poderia ser desprezado: o planejamento não deveria, em momento algum, ferir os já citados princípios liberais. Em 1958, Pinto de Aguiar, que mais tarde viria a ocupar importantes cargos na direção da Petrobrás, afirmou que o primeiro passo era descobrir o mal sofrido. Depois disso era preciso empregar a terapêutica que, neste caso específico se chamava “planejamento”, pois o “automatismo do mercado” não era digno de confiança, nem resolvia “problemas dessa magnitude”. O intelectual também tranqüilizou os liberais, avisando que “planejamento não significa[va] estatismo, e sim demonstração de que o homem tem capacidade de dirigir, em termos racionais o seu próprio destino”<sup>71</sup>. O recado estava dado e todos os caminhos levavam, bem à moda dos tradicionais políticos baianos, à construção de propostas consensuais.

Isso não evitou, entretanto, algumas reclamações. Clemente Mariani, em palestra proferida aos estudantes da Escola Superior de Guerra (ESG), no ano de 1957, disse que o erro cometido pelo técnico do Departamento Nacional de Produção Mineral, foi ter impedido que a descoberta do petróleo fosse feita por um “Governo Estadual, livre, na época, em pleno regime constitucional”. Isto é, não ter permitido que o governo baiano realizasse a exploração petrolífera, “inclusive atraindo capitais estrangeiros”. Seu discurso representa de forma bastante satisfatória o posicionamento da burguesia – comerciantes e empresários – baiana diante da questão do petróleo. O monopólio estatal, não obstante as lamentações, era caso definido. O banqueiro não negou “o impulso dado pela Petrobrás à exploração do petróleo na Bahia”. Desejava, no entanto, “uma melhor consideração, da sua parte [da Petrobrás], ao interesse baiano”<sup>72</sup>.

---

<sup>69</sup> SANTANA, Carlos Henrique Vieira. **Intelectuais, planejamento e clientelismo**. Salvador: Editorial Contexto e Arte, 2002, p. 137-140.

<sup>70</sup> GUIMARÃES, op. cit., p. 107.

<sup>71</sup> AGUIAR, op. cit., p. 126.

<sup>72</sup> MARIANI, op. cit., p. 85.

Essa maior consideração aos interesses baianos já havia sido pleiteada em caráter formal, em 1956. Neste ano, o governador Antonio Balbino escreveu um ofício a Juscelino Kubitschek referindo-se à “situação de desequilíbrio das finanças baianas”, e solicitando do presidente maior atenção na correção dos desequilíbrios regionais que levavam alguns estados, diante da situação em que se encontravam, à “melancólica saída” do “estatuto de territórios federais”; mas a Bahia, acrescentava o governador, não admitia “separatismo”<sup>73</sup>. A postura de Balbino, marcada por um caráter conciliador, na qual o governador tentava, por um lado, mostrar-se como porta voz de um processo de industrialização baseado no planejamento, na reorientação cambial e na indústria de petróleo e, por outro lado, procurava não entrar em confronto direto com o presidente, demonstra a complicada situação vivida por este político e pelo próprio projeto de modernização da Bahia.

Esses e outros episódios comprovam a existência de um movimento político, melhor definido nos últimos anos da década de 1950, denominado de *regionalismo*. Segundo Antonio Sérgio Guimarães, esta manifestação tinha por base a premissa de que era necessário estabelecer entre as classes sociais locais um consenso em torno de ações estratégicas. Afirmava-se que antes de manifestar qualquer diferença social e política, o mais importante era o esforço conjunto para tirar o estado do atraso em que ele havia sido jogado<sup>74</sup>. Machado Neto, por sua vez, afirma que o *regionalismo* “tal como o nacionalismo é o resultante ideológico da tomada de consciência da espoliação imperialista”, pretendendo ser “a tomada de consciência de um colonialismo interno exercido pelos Estados do Centro-Sul – através do controle do poder público nacional – contra os estados subdesenvolvidos e espoliados no Norte e Nordeste”<sup>75</sup>.

O movimento regionalista baiano contou com a presença de importantes políticos e empresários locais. O jornal *A Tarde* era o seu principal instrumento de veiculação de idéias. No ano de 1958, este periódico começou a difundir de forma bastante insistente a tese de que era necessário a Bahia mostrar ao resto do país quais eram os seus interesses. Em janeiro de 1959, o mesmo jornal afirmou que o mais importante naquele momento era a defesa das “reivindicações mínimas do Estado e pelas quais governador e vice-governador bem como os parlamentares de todos os partidos deverão se bater, desenganadamente, vendo a Bahia como

---

<sup>73</sup> BALBINO, Antonio. **Participação da Bahia na vida nacional**: ofício dirigido ao Exmo. Sr. Dr. Juscelino Kubitschek, presidente da república, pelo Exmo. Sr. Dr. Antonio Balbino governador do estado da Bahia. Salvador: 1956. pp. 03.

<sup>74</sup> Ver: GUIMARÃES, op. cit., p. 96-160.

<sup>75</sup> MACHADO NETO, Antonio Luiz. Desenvolvimento e regionalismo: o caso baiano. In: **Sociologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1963, pp. 107-108.

ela deve ser vista, na hora de suas grandes causas, isto é, sem sombra de dissensão partidária”<sup>76</sup>.

Apesar do perfil tipicamente conservador deste órgão da imprensa, que tendia a ver com desconfiança e até um certo asco as mobilizações populares, o *A Tarde* deixava sempre um espaço, mesmo que secundário, para a manifestação de lideranças populares e sindicais, em todas as suas grandes campanhas. O movimento regionalista não fugiu à regra. No dia 19 de janeiro de 1959, o jornal publicou uma nota assinada por representantes de duas associações estudantis, uma federação de trabalhadores e onze sindicatos, congratulando *A Tarde* pela realização da Conferência do Petróleo, considerada pelos redatores do documento “um empreendimento tão meritório”, mas afirmando a posição nacionalista e de defesa da Petrobrás assumida pelas entidades<sup>77</sup>. No dia seguinte começaria a Conferência, evento organizado pelo *A Tarde* e realizado na sede da Associação Comercial da Bahia para discutir uma política que aumentasse os benefícios da Bahia com a exploração de petróleo em seu território. Ela reuniu políticos, economistas, intelectuais, empresários e proprietários rurais, bem como as próprias diretorias da Petrobrás e do Conselho Nacional do Petróleo.

A escolha da data para a realização desse conclave parece ter dois sentidos evidentes. O primeiro foi de caráter simbólico, pois em janeiro de 1959 completavam-se vinte anos que os baianos Ignácio de Bastos e Oscar Cordeiro descobriram petróleo em Lobato. Era necessário, portanto, lembrar à Bahia que passados vinte anos do feito dos pioneiros da extração de petróleo no Brasil, o estado havia se beneficiado muito pouco das suas riquezas minerais. O segundo tinha caráter político, uma vez que 1959 era um ano de renovação no executivo e legislativo estaduais, e a escolha do governador eleito Juracy Magalhães para presidir o conclave representou, em certa medida, o desejo de que o ex-presidente da Petrobrás conseguisse dar os rumos desejados nas relações entre a empresa estatal e as classes dominantes locais<sup>78</sup>. Para Dantas Neto, a conferência foi uma “ocasião especial” do “processo de persuasão modernizante” vivido pelo estado, e os pontos definidos pela Carta do Petróleo foram a base do crescimento econômico verificado anos mais tarde<sup>79</sup>.

Temos como resultado principal da Conferência do Petróleo a elaboração da Carta do Petróleo. Um documento contendo 23 pontos, no qual as principais demandas baianas em

---

<sup>76</sup> *A Tarde*, 16/01/1959.

<sup>77</sup> *A Tarde*, 19/01/1959.

<sup>78</sup> *A Tarde*, suplemento especial de 20/01/1959, página 01.

<sup>79</sup> DANTAS NETO, op. cit., p. 156.

relação ao petróleo foram apresentadas aos dirigentes da Petrobrás e ao Presidente da República. Alguns pontos levantados pela carta faziam parte de um conjunto de propostas que podem ser consideradas como as principais reivindicações baianas em relação ao petróleo. Uma delas diz respeito aos donos das terras superficiárias, que exigiam da Petrobrás indenizações satisfatórias pela utilização de suas propriedades para a exploração de petróleo. Além disso, reivindicou-se o aumento do valor dos *royalties* pagos ao estado e aos municípios produtores, a diminuição do preço dos combustíveis no estado, a inclusão dos poços submarinos no pagamento desses *royalties*, a presença de baianos na direção do CNP e a instalação de um parque petroquímico, tendo por base a Refinaria de Mataripe<sup>80</sup>.

No mês seguinte foi a vez do *Jornal da Bahia* defender os interesses regionalistas. O órgão de imprensa, criado em setembro de 1958 por João Falcão, empreendeu uma campanha que advogava o nome de um baiano para a direção da Petrobrás. Muitas foram as personalidades que escreveram no jornal reforçando os argumentos dos editores. Estes consistiam, basicamente, no fato de que sendo a Bahia a grande responsável pela produção do óleo no país e tendo em seu território uma refinaria, nada mais justo de que um baiano ocupasse a presidência da empresa.

No fim das contas havia um sentimento generalizado de insatisfação com os poucos retornos concedidos ao estado pela exploração de petróleo em seu território e até mesmo com os prejuízos dados a algumas pessoas pela Petrobrás. A Associação das Classes Rurais da Bahia, por exemplo, enviou, em setembro de 1959, ao Presidente do CNP, Brigadeiro Henrique Fleiuss, um memorial queixando-se dos estragos que a atividade de extração petrolífera causava nas propriedades de seus afiliados sem que houvesse qualquer tipo de indenização por parte da estatal do petróleo<sup>81</sup>.

Curiosamente tanto os interesses advogados pela imprensa local quanto os problemas dos proprietários de terras superficiárias eram apresentados pelos defensores como se fossem de todos os baianos, e que portanto exigiam uma ação consensual e conjunta para serem resolvidos. Durante a campanha regionalista esta idéia foi recorrente nas páginas do jornal *A Tarde*. Quando da realização da Conferência do Petróleo, um dos seus articulistas argumentou, por exemplo, que “o ante-projeto da Carta do Petróleo” deveria ser defendido por todos os políticos e todos os partidos. Esses bordões, amplamente difundidos na política

---

<sup>80</sup> A Tarde, 24/01/1959.

<sup>81</sup> **A indústria petrolífera e a propriedade rural**. Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 1959.



baiana e reforçados pelos defensores do *regionalismo*, escondiam, na verdade, as reais motivações de determinadas ações de setores dominantes locais, que eram marcadamente de classe e que visavam interesses que nada tinham de populares.

Esse descontentamento – apresentado no conclave de 1959 e que permeava toda a política baiana – não escapou aos olhos de um importante intelectual da época. Antônio Luiz de Machado Neto, professor de Direito e de Sociologia, publica, em 1963, um ensaio intitulado *Os desequilíbrios do desenvolvimento e o regionalismo baiano*<sup>82</sup>. O autor – como testemunha da época e, logicamente, inserido nos debates coevos – manifestava sua preocupação acerca das proporções que tal movimento poderia adquirir.

Neste artigo, Machado Neto admite a posição desprivilegiada em que a Bahia fora lançada após a Revolução de 1930, mas ao mesmo tempo afirmava que “o regionalismo baiano é uma fonte desagregadora e antinacionalista”<sup>83</sup>. As preocupações do intelectual eram justificadas pelo sentimento separatista que empolgava alguns políticos baianos. O próprio Machado Neto relatou o episódio no qual uma certa personalidade, mais tarde candidato ao governo do estado, afirmou em 1959, nas páginas do *Jornal da Bahia*, que “com a carne, o cacau e o petróleo” a Bahia seria transformada em uma nação, nem que os baianos ocupassem Mataripe de armas na mão, para que o Governo Federal aprendesse a respeitá-los, reconhecendo seus direitos<sup>84</sup>. Infelizmente o pesquisador não revelou o autor da frase, mas conseguimos localizar, em um debate na Assembléia Legislativa, no início de 1958, uma fala do deputado Orlando Moscoso com o mesmo teor. O parlamentar queixava-se do tratamento supostamente injusto dispensado à Bahia, e imaginou como seria o estado caso “tivesse condições de independência e constituísse um todo próprio, sem vinculações com os outros Estados Federados”. Para ele, a Bahia certamente seria uma “grande Nação”. Teria pujantes divisas “proporcionadas pelo petróleo” e pelos seus outros produtos de exportação<sup>85</sup>. É evidente que propostas separatistas, assim radicais, não encontraram grande repercussão no estado, mas podemos considerá-las como importantes indicadores do sentimento de insatisfação que dominava boa parte dos seus dirigentes e talvez da população soteropolitana.

Este fato pode ser entrevisto em um dos momentos mais interessantes do trabalho de Machado Neto: a análise de uma pesquisa de opinião realizada por uma equipe comandada

---

<sup>82</sup> MACHADO NETO, op. cit.

<sup>83</sup> Idem, pp. 120-121.

<sup>84</sup> Idem, p. 108.

<sup>85</sup> Diário da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 15/02/1958, p. 03.

pelo sociólogo, e que buscava saber qual era a posição da população acerca dessa possível desvantagem que a Bahia estaria sofrendo na arrecadação dos dividendos da exploração e refino do petróleo<sup>86</sup>. Na pesquisa foram entrevistadas quinhentas pessoas, sendo 258 trabalhadores de diversas áreas e 242 estudantes secundaristas e de diversos cursos universitários, que responderam as seguintes perguntas:

- 1) você acha que a Bahia e o Norte são espoliados pelo sul do país?
- 2) o petróleo do Recôncavo é baiano ou brasileiro?
- 3) Há vantagens para a Bahia participar da federação brasileira?
- 4) Seria a Bahia mais próspera e feliz se fosse um país independente?

Merece destaque a resposta dada à primeira pergunta, pois a 81% dos entrevistados disse “sim” quando perguntados se achavam que a Bahia e o Norte eram espoliados pelo Sul do País. Esta resposta não nos surpreende, haja vista a posição de desnível econômico que os estados do Norte e Nordeste se encontravam, quando comparados com os do Sul e Sudeste do país. Fato este que levou, por exemplo, à criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)<sup>87</sup>. As respostas ficaram bastante divididas quando da segunda pergunta, mas a maioria, 55,2% dos entrevistados, disse que o petróleo era brasileiro enquanto 41,4% afirmaram que o mineral era baiano.

Tal resultado indica que a campanha regionalista foi algo que não se circunscreveu aos diretórios partidários e às páginas do principal jornal do Estado. Ela obteve um certo eco e até mesmo um respaldo da população. Esta, se não concordou majoritariamente com a idéia da Bahia ser dona do petróleo extraído em seu território, pelo menos chegou muito próximo disso. Sabemos, contudo, que a pesquisa de Machado Neto não nos permite visualizar a posição dos diversos segmentos sociais baianos, sobretudo das classes populares, que não foram contemplados pelas entrevistas. Além do mais, por conta da escassez de dados, ficamos sem a certeza de qual foi exatamente o papel da imprensa e dos partidos políticos na formação da opinião dos entrevistados. Mesmo assim, as constatações apresentadas pelo pesquisador não devem ser desprezadas.

---

<sup>86</sup> MACHADO NETO, op. cit., pp. 110-112.

<sup>87</sup> O projeto de criação do órgão foi enviado ao Congresso pelo Presidente Juscelino Kubitschek em dezembro de 1958. A SUDENE tinha como objetivo declarado proporcionar possibilidades de desenvolvimento que levassem o Nordeste a superar o atraso em relação às áreas mais desenvolvidas do país.

Não podemos deixar de lembrar que a época de realização daquela pesquisa de opinião, o ano de 1962, foi marcada por uma forte agitação política de cunho nacionalista que mobilizava parcelas significativas da população brasileira. Além disso, a criação da Petrobrás, apoiada por uma grande campanha popular, era um elemento relevante deste discurso nacionalista. Logo, o resultado mais esperado para uma pergunta daquela natureza, feita num momento em que o quadro político nacional apontava, inclusive, para um fortalecimento do discurso em torno das reformas de base e das políticas nacionalistas, seria uma vitória retumbante daqueles que acreditavam que o petróleo era brasileiro. Isso, conforme vimos não aconteceu. Ao analisar o pleito eleitoral deste mesmo ano de 1962, Dantas Neto observou uma reincidência do discurso de que “*os problemas baianos* estavam acima dos interesses partidários”. Por outro lado, Lomanto Júnior, político interiorano e candidato a governador pela coligação UDN-PTB, quando preparava o lançamento de sua campanha, enviou cartas aos mais diversos partidos políticos, propondo um nome de consenso para o processo eleitoral<sup>88</sup>.

Nesse sentido, fica para nós a pergunta: e os trabalhadores do petróleo? Estariam eles também divididos entre o regionalismo e o nacionalismo? Existem sinais de que as direções sindicais petroleiras aproximaram-se dos promotores do discurso regionalista e tomaram para si as bandeiras de luta e o discurso apontados, não deixando, ao mesmo tempo, de defender o monopólio estatal do petróleo e a empresa em que trabalhavam. Sua postura, conforme veremos adiante, não foi fruto de uma mera cooptação das lideranças sindicais. As razões mais profundas desse discurso aparentemente dúbio e contraditório encontravam-se no sistema de poder montado em Mataripe e nos campos de produção, que coincidentemente usava critérios de concessão de privilégios semelhantes àqueles criticados pelas classes dominantes baianas. Para melhor entendermos esta interligação entre a alta política e os conflitos no local de trabalho na indústria petrolífera baiana faremos, nos capítulos seguintes, uma discussão sobre a composição social de sua força de trabalho. Ficaremos atentos, ainda, às formas de exercício de poder e às manifestações de insatisfação relacionadas ao trabalho, hierarquias funcionais e de moradia. Esses dados serão relevantes para a compreensão da estratégia política adotada pelos dirigentes sindicais na conjuntura 1960-1962, bem como ajudarão a explicar sua legitimidade diante da categoria que representavam.

---

<sup>88</sup> DANTAS NETO, op. cit., p. 164.

## CAPÍTULO 2:

### OS TRABALHADORES DO PETRÓLEO

Com os rostos e os braços tostados pelo sol, reluzentes capacetes de alumínio, a fisionomia serena, denotando profundo senso de responsabilidade, ali estavam os operários do Conselho Nacional do Petróleo [...]. São homens que até há [sic] alguns anos tinham diferentes profissões, completamente diversas da que têm, homens simples, quase todos legítimos caboclos do nordeste, cujas mãos estão forjando a emancipação econômica de nossa pátria<sup>89</sup>.

#### 2.1 PARA O BEM DO BRASIL – O OPERÁRIO NACIONAL E UM PROJETO PARA A SUA FORMAÇÃO

O trecho acima, publicado pelo jornal comunista *O Momento* em uma conjuntura na qual seus editores tentavam colaborar com o projeto desenvolvimentista, revela, em grande medida, a confiança dos responsáveis pela folha comunista na capacidade de trabalho do homem local. Eram eles, os “legítimos caboclos do Nordeste” que tinham a responsabilidade de, através do seu trabalho, construir a autonomia econômica e energética nacional e ao mesmo tempo contribuir para o reerguimento da economia baiana. Essa visão simpática e otimista em relação ao trabalhador local nunca foi consensual e podemos até dizer que nem mesmo majoritária na sociedade brasileira.

Desde meados do século XIX, em virtude da difusão das teorias racialistas, começou a se afirmar que o trabalhador de origem nacional, marcado predominantemente pela negritude e pela mestiçagem, era incapaz de realizar determinados trabalhos, sobretudo aqueles de caráter mais elaborado. A solução vislumbrada para esse suposto problema foi, em muitos casos, o projeto de imigração, que incentivou a vinda de milhares de espanhóis, italianos, portugueses e até mesmo orientais para o território brasileiro, principalmente para o estado de

---

<sup>89</sup> In: *O Momento*, 15 de maio de 1955, página 06.

São Paulo. A presença estrangeira na classe operária baiana, a despeito do interesse em sua vinda, foi insignificante durante o ápice da chegada de imigrantes a outras partes do território brasileiro<sup>90</sup>. De acordo com Castellucci, a presença estrangeira, em 1920, se reduzia a menos de 1% da população do estado e por conta disso “a população negra e mestiça baiana continuou a exercer, sob a República, as mesmas fainas de que se ocupara à época do cativeiro”<sup>91</sup>. Esse quadro não foi alterado durante a década de 1930 e podemos afirmar com segurança que no momento inicial dos trabalhos da indústria petrolífera no estado, a composição da força de trabalho baiana continuava semelhante àquela identificada por Castellucci e indesejada por boa parte da sociedade e da intelectualidade da época.

No plano nacional, podemos identificar a década de 1930 como um marco no reordenamento das relações de trabalho na história do Brasil e da própria concepção acerca do trabalhador nacional. Muito tem se discutido acerca dos efeitos da intervenção estatal nos mundos do trabalho, mas é praticamente consensual de que a ação do Estado tanto do ponto de vista normativo e legislador quanto através da execução de um projeto de modernização no qual ele próprio assumia as funções de empreendedor do capitalismo marcou profundamente os novos embates vividos pela classe trabalhadora brasileira. Nessa sua fase de transformação, o Estado e os intelectuais ligados a ele trataram não só de debater sobre a melhor forma de aproveitar o trabalhador nacional, mas também investiram e inovaram em cuidados assistenciais e em iniciativas voltadas para a sua formação. Interessa-nos neste capítulo demonstrar como se estruturou o projeto desenvolvido durante o Estado Novo (1937-1945) e como as empresas estatais foram peças chave para forjar uma nova ideologia e uma ressignificação do trabalho bem como para assumir em muitas oportunidades a tarefa de formar o novo trabalhador brasileiro. Além disso, pretendemos traçar um perfil mais amplo dos petroleiros baianos.

Angela de Castro Gomes, ao analisar as mudanças ocorridas durante o Estado Novo, afirma que os anos de 1930 e 1940 foram “verdadeiramente revolucionários” na questão do trabalho no Brasil<sup>92</sup>. O que empolga a autora são as bases de um projeto que pretendia

---

<sup>90</sup> Uma relevante reflexão sobre o desejo de substituição do trabalhador negro pelo imigrante no pós-abolição na Bahia se encontra em: CUNHA, Sílvio Humberto Passos. **Um retrato fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo açucareiro, 1871-1902**. Campinas: Tese de Doutorado em Economia (Unicamp), 2004, pp.125-250.

<sup>91</sup> CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. **Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)**. Salvador: Fieb, 2004, pp. 74-80.

<sup>92</sup> GOMES, Angela de Castro. “Ideologia e trabalho no Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999, p. 53.

modificar a concepção predominante acerca da valorização do trabalhador nacional, identificado, de um modo geral, como incapaz para a realização de tarefas elaboradas e importantes<sup>93</sup>. O trabalhador nacional era historicamente visto como fraco, doente e incapaz de identificar, como acontecia nos países de forte tradição liberal, o trabalho como um meio de acesso à cidadania e à dignidade. Cabia aos governantes, portanto, mudar essa concepção.

Para termos uma idéia da força das formulações que depreciavam o trabalhador nacional, encontramos um importante exemplo na obra de Monteiro Lobato. Antes de se tornar um entusiasta da campanha do petróleo, o escritor paulista escreveu a história de Jeca Tatu, um típico caipira, símbolo do atraso e da indolência, que para dar certo necessitava da ajuda e da experiência vinda de fora, representados em sua obra pela mecanização proveniente do fordismo. O próprio Lobato, mais tarde, fazendo eco às principais novidades getulistas, dizia que “o brasileiro precisa de condições para prestar”. Seria necessário lhe ensinar a ser útil, trabalhador e produtivo<sup>94</sup>. Para o escritor bem como para o Estado, cuidar de sua saúde física e moral era, portanto, um imperativo.

Durante a década de 1930, como demonstra Gomes, apareceu o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio como um importante ator para a formação do trabalhador brasileiro. Sua postura consistiu em implementar uma política nacionalizadora de proteção ao trabalho. Podemos destacar dentre as suas primeiras ações nesse sentido a lei que obrigava os estabelecimentos industriais a empregar no mínimo 2/3 de trabalhadores brasileiros, chamada Lei dos 2/3 (Decreto 19.482 de 1931). Ademais, uma política de restrição à imigração começava a ser adotada e esta não pode ser compreendida se dissociada do projeto de valorização do capital humano nacional e da necessidade premente de garantir uma estabilidade social ao país<sup>95</sup>. Com a crise de 1929 e o conseqüente aumento do desemprego, o país viu suas taxas de migração interna aumentarem, sobretudo com a ida dos trabalhadores nordestinos para o Centro-Sul. A concorrência destes com os estrangeiros pelos postos de trabalho implicaria em um aumento considerável nas taxas de desemprego. Os nordestinos, por sua vez, foram vistos, inclusive, com uma certa dose de simpatia pelas autoridades, pois

---

<sup>93</sup> GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005, 3º ed., pp. 35-162.

<sup>94</sup> Sobre Monteiro Lobato e algumas de suas formulações sobre a utilidade do trabalhador nacional de origem camponesa ver: NEGRO, Antonio Luigi. Zé Brasil foi ser peão: sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística. In: BATALHA, Cláudio; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando Teixeira da. **Culturas de classe – identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, pp. 403-405.

<sup>95</sup> GOMES (1999), op. cit., pp. 67.68.

eram considerados brasileiros autênticos, poços da “reserva de brasilidade” que deveriam tornar a nacionalizar o Sul do país.

Ao passo em que executava suas intervenções no campo da imigração, o Estado brasileiro acreditava que somente através de sua atuação o trabalhador brasileiro poderia ascender fisicamente e moralmente. Cabia ao Estado, personificado por Vargas, realizar sua missão civilizadora e educadora. Isso passava pela garantia de acesso dos trabalhadores aos instrumentos necessários à sua realização pessoal e ao engrandecimento da nação. Era necessário, a partir de então, estabelecer uma estratégia de combate à pobreza e mesmo as medidas de caráter mais autoritário, presentes em vários momentos da ditadura estadonovista, eram encaradas como necessárias à construção da “democracia social”, que deveria resolver diversos problemas do país.

As intervenções estatais aliaram a “concessão” de benefícios sociais (propagandeados como a legislação social mais avançada do mundo) a medidas médicas que objetivavam “impedir a perda de saúde e estimular a capacidade de trabalho, através da garantia à população de melhores condições de vida”<sup>96</sup>. Foram implementadas, então, medidas médico-sanitárias a fim de proporcionar melhores condições de saúde aos trabalhadores, pois os governantes garantiam que boa parte das doenças existentes nas cidades brasileiras era fruto das péssimas condições de higiene e não de uma suposta má formação da sua população. Eram as doenças, na verdade, que tornavam o “trabalhador revoltado e preguiçoso”<sup>97</sup>.

Esse aumento da intervenção do Estado contou também com a colaboração do setor empresarial, e isto pode ser identificado, por exemplo, na criação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort) e no Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (Senai). Cabia respectivamente a essas entidades elaborar estudos que otimizassem o trabalho industrial e treinar os futuros operários. A educação, diga-se de passagem, foi o ponto de maior destaque desse projeto. O aprendizado prático das atividades industriais seria desenvolvido junto com diretrizes básicas para a educação nacional e construção de novos símbolos e valores cívicos, considerados necessários à ordem e ao crescimento do país. Além disso, o governo investiu na valorização de elementos culturais, identificados como típicos do Brasil e dos brasileiros.

Ao mesmo tempo, coincidindo com esse esforço para o redimensionamento do papel do trabalhador nacional, começaram as primeiras incursões do poder público federal no setor

---

<sup>96</sup> GOMES (1999), op. cit., p. 61.

<sup>97</sup> Idem, p. 62.

produtivo. O processo de desenvolvimento industrial no Brasil acelerou-se após a eclosão da II Guerra. Coutinho e Reichstul, afirmam que para o desenvolvimento das forças produtivas em países com características como a do Brasil fez-se necessária uma espécie de “coordenação superior”. O Estado precisou, no chamado capitalismo retardatário, além de cumprir suas “funções clássicas” (administração fiscal e monetária) realizar o papel de criação e acumulação de capital produtivo, consubstanciado pelas grandes empresas estatais criadas entre as décadas de 1940 e 1950<sup>98</sup>. No caso brasileiro, além disso o Estado se imiscuiu nas tarefas de preparar os homens que deveriam realizar essa missão.

A iniciativa primordial nesse projeto foi a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, iniciada em 1941. O projeto de uma usina siderúrgica era uma meta prevista pelo grupo político aliado a Getúlio desde a sua chegada ao poder. Contudo, a configuração política trazida pelo Estado Novo na política interna e pela II Guerra no plano internacional motivou não só a sua criação. Surgiram, também, neste mesmo momento, a Fábrica Nacional de Motores (1942) e a Companhia Mineradora Vale do Rio Doce (1942)<sup>99</sup>. A indústria do petróleo, conforme demonstramos no capítulo anterior, deu um importante passo também nesse momento graças à criação do CNP, embora só tenha se configurado plenamente nos anos que seguiram ao fim do Estado Novo.

Essas empresas se tornaram, então, grandes laboratórios do projeto de construção do cidadão trabalhador brasileiro. Muitas dessas atividades eram inteiramente novas e coube às autoridades a tarefa de formar uma mão-de-obra que nem sempre se enquadrava em seu modelo ideal de trabalhador. A indústria do petróleo, única delas que foi instalada no território nordestino, não escapou de tais imperativos e talvez os tenha vivido até mesmo com mais intensidade.

Voltando às outras empresas estatais de primeira geração, de acordo com Regina Morel, houve uma preocupação acerca da origem e da adaptação de seus trabalhadores às atividades industriais. Cabia aos responsáveis pela indústria siderúrgica não só garantir uma importante fonte de renda e emancipação do país, mas também provar que era possível educar

---

<sup>98</sup> COUTINHO, Luciano G. REICHSTUL, Henri-Philippe. “O setor produtivo estatal e o ciclo”. In: MARTINS, Carlos Estevam (Org.). **Estado e capitalismo no Brasil**: São Paulo, Hucitec, 1977, pp. 58-59.

<sup>99</sup> Ver: MOREL, Regina Lúcia de Moraes. **A ferro e fogo** – construção e crise da família siderúrgica: o caso de Volta Redonda (1941-1968). Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989. MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Os homens de ferro**: estudo sobre os trabalhadores da Vale do Rio Doce em Itabira. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora, 1986. RAMALHO, José Ricardo. **Estado-patrão e luta operária**: o caso FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.



e “civilizar” homens dos mais diversos tipos, mesmo aqueles considerados mais incapazes para o trabalho industrial. A “Cidade do Aço” deveria cumprir um papel redentor, pois para o general Edmundo Macedo Soares, responsável pela construção da usina, o maior problema do país era a falta de formação do seu povo, elemento indispensável para construir a grandeza da nação. Aos engenheiros construtores da usina cabia o papel de educar e organizar aqueles homens que eram, de acordo com as palavras do próprio general, “bisonhos, quase sempre mal tratados”<sup>100</sup>.

Essa preocupação com a origem e a formação dos trabalhadores apresentou-se também na Fábrica Nacional de Motores, também comandada em sua fase de implantação por um militar formado em engenharia, o Brigadeiro Guedes Muniz. Conforme demonstra Ramalho, para o brigadeiro, o trabalhador brasileiro não existia e precisava “ser construído pelos dirigentes, pelas elites da nação e da fábrica”<sup>101</sup>. Essa formulação demonstra claramente o corte autoritário e elitista presente neste projeto de formação do trabalhador brasileiro, uma vez que ainda de acordo com Ramalho: “este processo (...) não considerava, *a priori*, qualquer possibilidade de contribuição por parte do trabalhador, tornando-o como um ser ‘sem cultura’”<sup>102</sup>. Incapaz de contribuir com seu intelecto, considerado inferior pelas autoridades, restava ao trabalhador ajudar com a força dos seus braços e a sua disciplina para o grande projeto em curso. Além disso, fica claro que apesar da iniciativa governamental de valorizar esse trabalhador, a visão predominante sobre ele não era das melhores. Continuavam presentes as idéias de um país sem povo e de homens sem cultura e intelecto, que somente com muito esforço, treino e disciplina poderiam ser úteis.

No que diz respeito à Bahia, essas idéias e preocupações já se manifestavam à altura do início dos trabalhos de construção da Refinaria de Mataripe. Wilson Mattos aponta pelo menos duas falas que se posicionaram com desconfiança acerca da possibilidade de utilização da mão de obra local em atividades industriais. Na primeira delas, o respeitado professor Isaiás Alves considerava que os operários baianos, apesar da inteligência, raramente tinham “especialização” ou conhecimento de “suas verdadeiras aptidões”. Daí decorria a dificuldade dos industriais em selecionar e encontrar “elementos de orientação, reeducação e reajustamento dos operários”<sup>103</sup>. A segunda fala foi a de Inácio Tosta Filho, quando este argumentou que a civilização baiana tinha características que não conseguiam demonstrar

---

<sup>100</sup> MOREL, op. cit., pp.75-76.

<sup>101</sup> RAMALHO, op. cit., p. 45.

<sup>102</sup> Idem, p. 46.

<sup>103</sup> ALVES, Isaiás. Apud: MATTOS, op. cit., p.76.

uma grande participação da “iniciativa privada” nem mesmo “capacidade de organização, eficiência de orientação”, e por conta disso somente com tempo, “tremendo esforço, grande e intensa atividade de coordenação social, de transformação psicológica, de doutrinação cultural” ela poderia passar a ser uma civilização de caráter industrial<sup>104</sup>.

Entretanto, não eram somente os homens que estavam fora da indústria do petróleo que apostavam poucas fichas nos trabalhadores baianos. Os próprios responsáveis por gerir os trabalhos da indústria em questão identificaram os trabalhadores locais como “atrasados” e “ignorantes”. Homens que precisaram aprender muito até ficarem num nível compatível com de seus chefes e com a própria tarefa para a qual eles estavam sendo recrutados. Um engenheiro participante da construção de Mataripe, anos depois, assim descreveu o seu trabalho e os operários locais:

Mas, enfim, esta é Mataripe: uma experiência verdadeiramente fabulosa. Havia uma população extremamente rudimentar, da época do ‘cro-magnon’, do homem de Neandertal, ou algo parecido. Essas pessoas, do interior, tinham um nível de educação, de cultura, de hábitos cotidianos e de higiene baixíssimos. Eu me lembro da época que construímos a refinaria: nós fizemos alojamentos que tinham lençóis próprios, e estas pessoas se deitavam em suas camas com as roupas sujas de lama. Estes homens não sabiam que tinham que se lavar. Foi necessário lhes ensinar a comer com garfo, pois eles comiam com as mãos. Faziam ainda outras coisas desse gênero. Nós criamos as escolas de ‘soldadores’, nós tomamos um monte de iniciativas, nessa época, que fizeram subir o nível dos operários, que era mais baixo do que o dos operários do Rio de Janeiro e de São Paulo<sup>105</sup>.

Como vemos as expectativas não eram muito otimistas, mas mesmo assim o esforço para industrializar o petróleo foi feito. Passaremos agora a discutir, através dos dados obtidos junto aos sindicatos de trabalhadores da indústria do petróleo na Bahia, quem eram essas pessoas que se aventuraram no desafio pioneiro de encontrar e refinar o tão sonhado petróleo brasileiro.

## 2.2 OS HOMENS “A FORMAR”: OS TRABALHADORES DO PETRÓLEO

---

<sup>104</sup> TOSTA FILHO, Inácio. Apud: Idem, p. 76.

<sup>105</sup> Apud: NEVES, Paulo Sérgio da Costa. **L'action syndicale des travailleurs du pétrole à Bahia, Brésil.** Lyon: Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Université Lumière: Lyon 2, Lyon, 1999, p. 301. Traduzido do original para o português por Bruno Casseb Pessoti.

É quase um consenso nas ciências humanas a dificuldade de se encontrar informações seguras sobre a composição da força de trabalho em diversos segmentos industriais. Tal dificuldade reside na ausência quase que total de dados em quantidade e qualidade confiáveis, uma vez que, por diferentes motivos, o acesso tanto às fontes guardadas pela empresa quanto pelo sindicato é bastante complicado. No primeiro caso o problema reside, geralmente, no pequeno interesse que as empresas têm em fornecer tais informações, pois os seus gestores e diretores enxergam com certa dose de desconfiança os pesquisadores interessados em tal temática, por associá-los à esquerda ou aos sindicatos, ou então por temer que os resultados de suas investigações revelem informações desconfortáveis para ela. No caso dos sindicatos há historicamente grandes problemas na guarda e conservação dos seus acervos. As próprias dificuldades de existência dessas organizações, sempre às voltas com aberturas, fusões, divisões, carência de espaço, falta de percepção da importância de conservar a própria memória e até fechamentos causam esse problema. Além disso, a dinâmica de repressão imposta pelo Estado em diversas fases da história brasileira fez com que muitos desses documentos fossem apreendidos pela própria polícia ou até mesmo destruídos por policiais ou pelos próprios militantes, que temiam ser pegos pelos órgãos de repressão com qualquer desses papéis sob sua responsabilidade.

As dificuldades apontadas acima também foram, de certo modo, enfrentadas neste trabalho, sobretudo no que diz respeito ao total desinteresse da empresa em fornecer qualquer tipo de informação sobre os seus trabalhadores. Mesmo assim, conseguimos encontrar dois conjuntos documentais extremamente valiosos para essa análise: as fichas de filiação sindical do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Refino e Destilação do Petróleo no Estado da Bahia (Sindipetro/Refino); e o livro de registro de associados do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Petróleo no Estado da Bahia (Sindipetro/Extração)<sup>106</sup>.

Apresentaremos neste tópico alguns dados sobre a composição da força de trabalho petroleira na Bahia, entre os anos de fundação da referida indústria e o golpe civil-militar de 1964. Estas fontes contêm informações sobre nome, sexo, local de nascimento, estado civil, função e endereço dos associados. Além disso, as fichas dos associados do Sindipetro/Refino apresentam a escolaridade, o setor de trabalho e as fotografias dos associados. Sabemos que

---

<sup>106</sup> Mais adiante, quando tratarmos do surgimento do sindicalismo petroleiro, explicaremos o porquê da existência de dois sindicatos para representar os petroleiros baianos. Para o presente capítulo, é importante dizer que as filiações começam a ser feitas em 1954, ano de fundação da primeira associação de classe dos petroleiros, e que computamos as fichas somente até o ano de 1964, data limite dessa pesquisa. Para o livro de registros do Sindipetro/Extração, computamos todas as entradas registradas nos dois livros localizados, que iam até o final do ano de 1961.

tais dados não esgotam a discussão sobre a composição da força de trabalho petroleira baiana, uma vez que se tratam de amostras. Apesar disso, o alto número de trabalhadores que se associaram às suas entidades e o alto percentual de fichas e entradas no livro de registros encontrados nos animam a afirmar que a discussão ora apresentada nos ajudará a melhor compreender esses primeiros capítulos da história dos petroleiros.

Quanto ao número total de trabalhadores do petróleo conseguimos localizar os seguintes dados. O CNP afirma em seu relatório de 1950 que chegaram a trabalhar nas obras de construção da Refinaria de Mataripe cerca de mil e quatrocentos homens. Thales de Azevedo apresenta mais tarde, no início de 1959, um total de sete mil quinhentos e cinquenta e três empregados, distribuídos entre os campos de produção, o Terminal Marítimo de Madre de Deus e a Refinaria de Mataripe. Sabemos que tais números apesar de nos fornecerem uma boa e consistente base sobre o total de trabalhadores da estatal do final da década de 1950 eram incompletos. Alguns campos de produção como Mata de São João e as oficinas da Jequitaiá (situadas em Salvador) não apareciam nessas estatísticas. O próprio Thales de Azevedo reconhece essa limitação e ainda lembra que esse número variava de acordo com as necessidades da empresa, que poderia demitir ou contratar mais funcionários de acordo com a dinâmica dos serviços executados<sup>107</sup>.

A tabela 1 apresenta informações de abril de 1964 sobre a quantidade total de trabalhadores empregados pela Petrobrás e esses são os únicos dados oficiais encontrados para o período compreendido por esse estudo.

TABELA 1:

EMPREGADOS POR UNIDADE DA PETROBRÁS NA BAHIA (05/1964)

UNIDADE	Nº DE EMPREGADOS
Complexo Petroquímico da Bahia	-
Escritório de Salvador	146
Refinaria Landulpho Alves – Mataripe	3.202
Região de Produção da Bahia	9.124

<sup>107</sup> AZEVEDO, Thales. “O advento da Petrobrás no Recôncavo”. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p. 195.

Terminal Marítimo de Madre de Deus	844
<b>TOTAL</b>	<b>13.310</b>

**Fonte:** Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás), **Mensário Estatístico de Pessoal**, ano V, maio de 1964.

Como podemos ver, esses números dizem respeito somente a cinco das seis unidades do estado, uma vez que o Complexo Petroquímico do Estado da Bahia, em fase de implantação, não forneceu naquele mês informações sobre a quantidade de seus funcionários. Deduzimos, no entanto, a partir do número de empregados da obra do Complexo Petroquímico da Bahia filiados ao sindicato (cento e três) e com base no percentual médio de filiações nos dois sindicatos girar entre 70% e 80 % do total de funcionários da empresa que o Complexo Petroquímico do Estado da Bahia não teria mais do que cento e cinquenta funcionários e que, portanto, o total de empregados da Petrobrás na Bahia era de cerca de treze mil e quinhentos homens.

Ainda segundo dados da própria empresa, fornecidos no mesmo ano de 1964, dez mil setecentos e quarenta e seis trabalhadores eram filiados aos seus sindicatos, número que representa 80,73% do quadro total de funcionários da empresa e talvez a quase totalidade dos operários, haja vista que os engenheiros e chefes mais graduados não adentraram em quantidade significativa em nenhuma das duas entidades, pois preferiram fazer-se representar através de suas próprias entidades. Daqueles trabalhadores, sete mil e quarenta e um (65,52%) eram associados ao Sindipetro/Extração enquanto os outros três mil setecentos e cinco (34,48%) eram representados pelo Sindipetro/Refino. Localizamos, contudo, em nossos levantamentos boa parte do universo de trabalhadores pesquisados. Foram encontrados nos registros dos dois sindicatos nove mil cento e sessenta e nove associados, o que representa 68,87% do total de funcionários e 85,3% dos trabalhadores sindicalizados, configurando uma amostra com alto teor de representatividade. Destes nove mil cento e sessenta e nove homens, seis mil quinhentos e quarenta e três (71,36%) eram sócios do Sindipetro/Extração e os dois mil seiscentos e vinte e seis (28,64%) restantes do Sindipetro/Refino. São com esses dados que trabalharemos a partir de agora.

O primeiro aspecto importante a ser observado diz respeito à composição por sexo da mão-de-obra petroleira empregada na indústria do petróleo, que como podemos constatar absorveu nos seus mais diferentes setores e localizações uma mão-de-obra essencialmente masculina:

TABELA 2:

## DISTRIBUIÇÃO POR SEXO DOS ASSOCIADOS DO SINDIPETRO/REFINO E SINDIPETRO/EXTRAÇÃO.

Sindicato	Masculino (%)	Feminino (%)	Total
Refino	2.571 (97,9)	55 (2,1)	2.626 (100)
Extração	6.424 (98,2)	119 (1,8)	6.543 (100)

**Fonte:** Fichas de filiação sindical do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Refinação e Destilação do Petróleo do Estado da Bahia (Sindipetro – Refino) e Livro de Registro de Associados do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Petróleo do Estado da Bahia (Sindipetro - Extração).

Como vemos, se somarmos as mulheres da extração e do refino, teremos um total de cento e oitenta e duas associadas aos seus sindicatos, o que representa menos de 2% do cômputo total de membros das entidades. A parca presença feminina no corpo de funcionários do CNP e da Petrobrás pode ser avaliada como fruto da mentalidade da época e também das condições de trabalho vigentes nos primeiros anos de Mataripe e dos campos de extração. Mesmo em pequena quantidade, esse número de mulheres é bem superior ao apontado por Thales de Azevedo, em 1959. Ele afirmou erroneamente, com base em informações prestadas pelos gestores da empresa, que trabalhavam na estatal do petróleo somente duas mulheres, “uma química em Catu e uma assistente social na ampliação da Refinaria”<sup>108</sup>.

A desproporção entre os sexos parece ser uma realidade existente ainda na atualidade. Ferreira e Iguti afirmaram num estudo sobre os trabalhadores da Refinaria de Cubatão feito na década de 1990 que na produção não existiam mulheres e que sua atuação se restringia a trabalhos administrativos, “cargos técnicos ou de chefia e, em apenas alguns casos, de apoio à produção, como no laboratório”<sup>109</sup>. As autoras, entretanto, não formularam nenhuma hipótese para essa ausência feminina. Dados de 2006 apontam para a presença de seis mil seiscentos e sessenta e quatro mulheres na Petrobrás controladora, o que representa cerca de 14% do total de funcionários<sup>110</sup>. Apesar da permanência da diferença, esse número é bastante superior ao encontrado no período abordado pela nossa pesquisa.

<sup>108</sup> AZEVEDO, op. cit., p. 197.

<sup>109</sup> FERREIRA, Leda Leal. IGUTI, Aparecida Maria. **O trabalho dos petroleiros: perigoso, complexo, contínuo e coletivo**. São Paulo: Scritta, 1996, p. 14.

<sup>110</sup> PETROBRÁS. **Balanco Sócio e Ambiental 2006**. s/l, 2006, p. 79.

Sabemos que foi comum no Brasil, desde o início do século XX pelo menos, a utilização de trabalho feminino em alguns setores industriais, como o têxtil por exemplo. Sua presença numérica comumente ultrapassava a masculina. Na Bahia, em 1920, as mulheres atingiam, de acordo com o Censo Industrial, 67,3% da força-de-trabalho empregada naquela indústria<sup>111</sup>. Além da estratégia dos empregadores para pagarem menores salários, a explicação para esse fato se encontra na própria característica da produção têxtil que possuía algumas máquinas que necessitavam de dedos pequenos e mais delicados para o seu manuseio, o que também proporcionou uma grande presença infantil nesse setor de trabalho industrial.

Partindo desse exemplo, pensamos que é preciso, portanto, observar algumas características do trabalho na indústria petrolífera para entender essa ausência de mulheres em seus quadros. Assim, precisamos salientar que o trabalho do petróleo estava em sua origem (como em certa medida ainda está na atualidade) associado ao perigo de explosões e acidentes diversos, bem como à necessidade de força física para a realização das tarefas. Ademais, trabalhar com petróleo em seus primeiros anos representava lidar com o desconhecido, com as matas fechadas, com os mosquitos e com os animais peçonhentos. Acreditamos que todos esses aspectos foram inibidores da presença feminina. As suposições e formulações acerca do gênero feminino como “sexo frágil” devem ter afastado não só o interesse dos gestores na sua contratação como o interesse das próprias mulheres em participar de tal aventura.

Na tabela 3 podemos ver a distribuição quais as funções exercidas pelas mulheres na indústria do petróleo.

TABELA 3:

DISTRIBUIÇÃO DE MULHERES POR FUNÇÃO NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO

<b>Função</b>	<b>Refino</b>	<b>Extração</b>	<b>Total</b>
Ajudante	1	-	1
Armazenista	1	-	1
Arquivista	-	3	3
Auxiliar administrativo	7	13	20

<sup>111</sup> CASTELLUCCI, op. cit., pp. 72-73.

Auxiliar de copa	-	1	1
Auxiliar de cozinha	-	3	3
Auxiliar de escritório	10	31	41
Auxiliar de enfermagem	4	8	12
Bibliotecária	1	-	1
Copeira	-	3	3
Cozinheira	-	11	11
Datilógrafa	6	7	13
Dispenseira	1	-	1
Enfermeira	1	3	4
Escrevente	-	1	1
Estagiária	1	-	1
Ficharista	1	1	2
Lavadeira	-	6	6
Operadora de máquina de contabilidade	1	1	2
Parteira	-	1	1
Servente	11	17	28
Técnica em contabilidade	1	2	3
Não informado	8	7	14
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>119</b>	<b>174</b>

**Fonte:** Fichas de filiação sindical do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Refinação e Destilação do Petróleo do Estado da Bahia (Sindipetro – Refino) e Livro de Registro de Associados do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Petróleo do Estado da Bahia (Sindipetro - Extração).

Notamos acima duas mulheres indicadas como ajudante e armazenista. Essa constatação não deve ser entendida como comprovadora da presença feminina na produção industrial propriamente dita. As duas terminologias eram usadas para designar a maior parte dos profissionais pouco qualificados e sem uma função fixa, que não era necessariamente exercida na área de produção. O ajudante poderia ser tanto de produção quanto de escritório.



Armazenista, por sua vez, era o profissional responsável por organizar mercadorias, fossem elas ferramentas ou materiais de supermercado, cozinha e escritório<sup>112</sup>. Atuavam, portanto, nos escritórios, limpeza e cozinha e no serviço de saúde. Nenhuma delas estava empregada na produção.

Notamos que o perfil funcional das trabalhadoras tanto da extração quanto do refino era o mesmo. Elas estavam empregadas nas áreas de escritório e administração, limpeza, cozinha e serviço de saúde. Contudo, mesmo nos setores que absorviam mulheres, a sua presença era proporcionalmente mais baixa que as dos homens. Na indústria de extração, por exemplo, com a exceção da área de saúde, na qual as mulheres perfaziam um total de 68,4% dos servidores, nos outros dois setores as mulheres eram minoria, pois perfaziam somente 11% das pessoas que serviam na limpeza e cozinha e 19,2% na seção de escritório e administração.

Essa preferência pelo sexo masculino pode ser explicada pelas especificidades dos primeiros anos da indústria do petróleo. Conforme já mencionamos anteriormente, houve uma grande dificuldade de acesso aos locais de trabalho, que eram geralmente distantes dos grandes centros populacionais. A carência de um sistema de transporte regular e eficiente, bem como as condições adversas de trabalho e moradia afastaram o interesse de muitas pessoas pela atividade nascente. Houve, a partir daí, um esforço dos gestores da indústria para criar condições que garantissem locais de moradia e alojamento para os funcionários em pontos próximos ao seu trabalho. Entendemos que a inserção massiva de mulheres acarretaria mais responsabilidades e custos, obrigando os gerentes da empresa a construir alojamentos femininos, bem como transporte específico.

O imprevisto, característico da implantação petrolífera na Bahia, não comportaria mais essa responsabilidade. Era mais fácil utilizar uma força de trabalho masculina em quase sua totalidade. A ausência de dados e pesquisas sobre outras áreas onde foram instaladas refinarias estatais de petróleo, como São Paulo (Refinaria de Cubatão) e Rio de Janeiro (Refinaria de Duque de Caxias), impede-nos, entretanto, de comparar a divisão de sexos em outras localidades com o mesmo tipo de indústria.

Não encontramos, também, nenhuma mulher nas áreas de produção e manutenção, setores que têm presença exclusiva masculina. Com isso, segundo o operário Everaldo Zaba

---

<sup>112</sup> FONTES, Lauro Barreto. **Catálogo das ocupações qualificadas**. Rio de Janeiro: Petrobrás, 1963, p. 8.

os próprios operários tiveram a preocupação de garantir que somente “homens machos” fizessem parte das equipes de trabalho. Não permitiram, assim, “falsas bandeiras” dentro dos alojamentos, pois a presença de um homem com supostos “hábitos errados” atrapalharia a harmonia entre os colegas<sup>113</sup>.

Figura 4:

Petroleiros em seu momento de lazer



**Fonte:** Acervo pessoal de José Carlos de Souza Vivas.

Por tudo isso, a cultura de trabalho dos petroleiros exaltava a masculinidade. Isso pode ser observado nas histórias sobre farras e brigas presentes em seu anedotário, como por exemplo, em vários casos contados por Eunápio Costa. No episódio chamado de “No cabaré dos bandidos”, o memorialista de Mataripe relembra que após uma farra de final de ano na “zona do meretrício de Candeias” vários petroleiros, após tomar “umas e outras e lá (sic) pra’s tantas” decidiram voltar ao alojamento. Já quando se preparavam para o descanso, dois dos farristas entraram em desavença e o saldo do conflito foi “uma ‘peixeirada’ na barriga de um dos brigões”, que resultou em sua morte por falta de socorro<sup>114</sup>. A naturalidade com que essa

---

<sup>113</sup> Depoimento do auxiliar de produção Everaldo Fonseca Zaba, lotado na Região de Produção da Bahia e contratado pela empresa em 1957. Entrevistadores: Alex de Souza Ivo e Daniela Nunes Nascimento. Entrevista realizada em: 16 de agosto de 2007.

<sup>114</sup> COSTA (1989), op. cit., pp. 26-27. Eunápio, funcionário aposentado da RLAM, decidiu após quase trinta anos de trabalho contar, segundo suas próprias palavras “algumas coisas da Refinaria de Mataripe, principalmente seus casos e causos”. Preocupado com a perda de muitos colegas, depositários e “contadores” dessas histórias, ele decidiu reunir não só a história (entendida por ele como os fatos mais importantes da empresa), mas também os “casos, causos” e brincadeiras contados pelos colegas. Para a realização de seus livros,

“tragédia” é contada reforça a idéia da normalidade dos embates físicos pessoais e que beber e brigar era mais uma forma que os petroleiros tinham de reafirmar sua masculinidade diante dos colegas.

Sabemos, a partir dos dados acima, que a força de trabalho petroleira era composta por homens. Essa informação, porém, ainda revela muito pouco. Precisamos também saber com mais detalhes de onde vieram esses homens que assumiram a responsabilidade de pôr em funcionamento o setor industrial mais cobiçado e discutido do Brasil das décadas de 1940 e 1950. Os dados a seguir, nos fornecem alguma luz sobre o assunto.

TABELA 4:

ESTADO DE NASCIMENTO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO.

<b>Estado ou região de nascimento</b>	<b>Refino (%)</b>	<b>Extração (%)</b>
Bahia	2.348 (92,3)	5.738 (93,4)
Demais estados do Nordeste	140 (5,8)	316 (5,1)
Estados do Norte	6 (0,2)	26 (0,4)
Estados do Sudeste	38 (1,4)	47 (0,8)
Estados do Sul	5 (0,2)	12 (0,2)
Estados do Centro Oeste	2 (0,1)	4 (0,1)
<b>Total</b>	<b>2539*</b>	<b>6143**</b>

\* Excluídos os 84 operários que não tinham o estado de nascimento indicado pela ficha.

\*\* Excluídos os 400 operários que não tinham o estado de nascimento indicado no livro de registro de associados.

**Fonte:** Fichas de filiação sindical do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Refinação e Destilação do Petróleo do Estado da Bahia (Sindipetro – Refino) e Livro de Registro de Associados do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Petróleo do Estado da Bahia (Sindipetro - Extração).

consultou arquivos da refinaria, contou com a documentação cedida por Carlos Eduardo Paes Barreto, construtor e primeiro superintendente de Mataripe, e entrevistou diversos colegas. Ao mesmo tempo, relatou momentos vividos e presenciados por ele. Seu livro tem, portanto, duas partes: a de história e a de casos. Na primeira teremos o mesmo procedimento metodológico presente na consulta de qualquer fonte secundária. Na segunda, quando abordarmos ou contarmos seus “casos e causos”, adotaremos o mesmo procedimento da história oral. Não nos interessará a “verdade” expressa pelas palavras de quem viveu o fato estudado, procuraremos, sobretudo, mais alguma versão sobre o evento histórico estudado, ou então, histórias, estórias, “casos e causos” que verdadeiros ou não são perfeitamente verossímeis e inteligíveis dentro do contexto que se inserem e que buscam relatar.

Constatamos, então, que a indústria petrolífera empregou uma mão-de-obra essencialmente local. Os baianos eram maioria absoluta na indústria. No que diz respeito a qual região específica da Bahia vieram esses trabalhadores, podemos concluir que na indústria do refino dos dois mil trezentos e quarenta e oito trabalhadores baianos, mil novecentos e sessenta e oito (83,8%) nasceram em Salvador e cidades próximas às zonas de atividade petrolífera. Na extração esse número é de cinco mil e sete, perfazendo 87,3% do total de baianos. Isso quer dizer que apesar de ter ocorrido um relevante deslocamento de homens para essas áreas a mão de obra aproveitada era essencialmente local e já estava próxima aos pontos de trabalho. Do universo total de homens que trabalhavam diretamente com o petróleo, conseguimos identificar apenas mil setecentos e sete que podem ser considerados migrantes propriamente ditos.

A migração parece ter ocorrido para os cargos de mais alto mando, haja vista que as seleções para estes postos eram feitas em âmbito nacional, dada a escassez de profissionais preparados para a indústria do petróleo. As falas dos petroleiros apresentam também os engenheiros e técnicos mais graduados como vindos de fora da Bahia. São lembrados como paulistas, cariocas, gaúchos e mineiros. O jornal *A Tarde*, em sua edição de 18 de agosto de 1951, revela a saga dos engenheiros do petróleo. Escolhe quatro deles para entrevistar e nenhum era baiano<sup>115</sup>. Essa origem geográfica dos engenheiros será um aspecto que reforçará os ecos do movimento regionalista dentro do espaço de trabalho dos petroleiros.

Infelizmente, não podemos inferir com exatidão qual a experiência de trabalho anterior dos operários do petróleo. Não encontramos nas fontes consultadas nenhum tipo de informação sobre as atividades pregressas dos contratados. Contudo, algumas especulações podem ser feitas. As principais atividades de Salvador e das cidades do Recôncavo eram a área de comércio e serviços, a pesca, a agricultura de subsistência em pequenas propriedades ou monocultura nos grandes latifúndios. Além disso, sabemos que o setor industrial baiano era bastante limitado, desde a crise do setor têxtil, já manifesta desde a década de 1930.

Em síntese, conquanto existissem ainda, basicamente fábricas de tecidos e indústrias de alimentos, os seus trabalhadores não tiveram prioridade de contratação na indústria do petróleo. A exceção reside nas usinas de cana-de-açúcar, que constantemente são lembradas como importantes fornecedoras de mão-de-obra para a indústria do petróleo. Mesmo assim, parece-nos que o critério preponderante para o emprego não foi a experiência fabril, haja vista

---

<sup>115</sup> *A Tarde*, 18/08/1951, p. 12.

que se tratava de uma indústria praticamente nova e a vivência do candidato em alguma fábrica não implicaria, necessariamente, em experiência para o trabalho com petróleo. A fala do petroleiro Manoel Santos ressalta que muitos recusavam o trabalho e qualquer um que se dispusesse a enfrentá-lo era logo recrutado. Segundo o depoente, somente os “catingueiros”, pessoas com poucas perspectivas, aceitavam a labuta com o petróleo. Suas palavras são importantes para compreendermos este aspecto imaginário que relaciona o trabalho do petroleiro como um ato heróico:

“Do início da Petrobrás os homens que iam ali pra Aratu era aqueles catingueiro que vinha do sertão, porque antigamente eles vinham a pé. Já ouviu falar isso? Eles vinham a pé de Serrinha pra Sarvador, de Santa Bárbara pra Sarvador e tudo. Quer dizer, ele ia passando ali, chamavam ele, ele ficava ali, ele não entendia nada, ficava ali e ali mesmo ele trabalhava. O americano dava comida a ele e tal, dava o lugar de dormir, eles não eram daqui, eles trabalhava. Mas os daqui mesmo, nenhum. Daqui de Candeias, nem de Aratu, nem por ali por aquele meio ali de Sarvador, ninguém queria ir. Porque eles diziam que aquele serviço ia matar eles... Nós não temos um homem de Aratu ali, de Mapele que quisesse trabalhar no petróleo. Os que tinha é como eu tou lhe dizendo, vinha do sertão e aí chegava lá, fichava, mas dali mesmo não. Eu sei que a gente, eu cortei muita volta. Agora eu só fiquei no petróleo mesmo porque eu tive coragem, porque eu tive coragem de ficar. Porque muita coisa difíci eu peguei.”<sup>116</sup>

Ademais, a baixa faixa etária dos operários sugere que experiência não foi preponderante, mas sim disposição, força e o desejo de entrar no mundo do trabalho formal. No caso dos filiados ao Sindipetro/Refino, quando tomamos por base o ano de 1964 (data limite desta pesquisa), verificamos que mais de 60% dos filiados tinha entre 24 e 34 anos, o que diminui a possibilidade deles terem uma larga experiência em outros setores da indústria. Mesmo sabendo que a entrada no mercado de trabalho para as pessoas das classes populares costumava acontecer muito cedo, acreditamos que isso não ocorria majoritariamente em áreas industriais, pois a já citada decadência industrial baiana impedia uma absorção massiva de jovens trabalhadores. Na extração, a mesma faixa etária aparece entre os filiados ao Sindipetro/Refino. Temos registradas as filiações que vão de 1955 a 1962 e elas demonstram que dos seis mil e duzentos associados que tiveram a idade declarada no ato da entrada no sindicato, cinco mil e noventa e quatro (82,2%) tinham até 35 anos. Além disso, sabemos que 77% dos associados do refino entraram na empresa após o ano de 1957, quando começou a ser adotada a prática de treinamento de jovens saídos do Ensino Médio nas escolas soteropolitanas e nas Escolas Técnicas.

---

<sup>116</sup> Depoimento do tratorista Manoel Ferreira Santos, lotado na Região de Produção da Bahia e contratado para trabalhar com o petróleo em 1943. Entrevistador: Alex de Souza Ivo. Entrevista realizada em: 25 de janeiro de 2008.

Alguns depoentes chegam a relatar suas experiências anteriores de trabalho, mas as atividades fabris não aparecem em destaque. Elas se perdem, na verdade, em meio a uma série de outras ocupações profissionais. O caso do vigilante Raimundo Lopes, por exemplo, ilumina essa questão. Vamos à sua fala:

Vim para Salvador, aí... antes em Itaparica eu já trabalhava na... comecei a trabalhar na fábrica de tecidos e por volta dos 14 anos eu vim para Salvador, onde meu primeiro emprego oficial foi a Águia Central... Águia Central. Quando eu saí, fui trabalhar em um armazém de uns espanhóis, daí quando eu saí do armazém, fui para o exército, eu fui para a Petrobrás.<sup>117</sup>

O depoente rodou em diversas atividades. Mesmo passando pela função de aprendiz em uma fábrica de tecidos, ainda quando criança, o que pode sugerir que uma experiência fabril pregressa como algo importante para sua admissão, nos parece que outro fator tenha pesado mais. A passagem pelo Exército nos parece ter sido um diferencial para ele e para muitos. A disciplina dos quartéis, exercida por homens do Estado, tal qual na Petrobrás, serviu como diferencial para a formação desse homem novo que as empresas estatais visavam construir e que tinham na Petrobrás um de seus maiores símbolos. A também já citada presença de militares em posições importantes dessas indústrias nos permite acreditar que os jovens recém-saídos do serviço militar foram vistos como mais apropriados para o trabalho com o petróleo. A trajetória de Osvaldo Marques Oliveira ajuda a esclarecer esta questão. O trabalhador antes de adentrar na indústria do petróleo como segurança, serviu no Exército e esteve prestes a combater na II Guerra Mundial, só não embarcando para o *front* de batalha por causa do término do conflito<sup>118</sup>. Sua admissão se deu em uma área da indústria que era comandada por militar da reserva.

Junto com o serviço militar, a única outra preferência parece ter sido pelos trabalhadores das usinas de açúcar. Este setor é considerado pela visão geral como um exemplo do atraso e a própria entrada dos seus ex-funcionários para a Petrobrás chega a ser vista por alguns, ainda hoje, como um exemplo do choque entre o arcaico e o moderno no trabalho com o petróleo em terras baianas. A Petrobrás, por sua vez, chegou a ter contratos com usinas de açúcar, estabelecendo as condições para a admissão do seu pessoal<sup>119</sup>. O depoimento de Ernesto Drehmer, engenheiro vindo do Rio Grande do Sul no ano de 1956 e

---

<sup>117</sup> Depoimento do vigilante e militante do PCB Raimundo Lopes, lotado na Refinaria de Mataripe e contratado pela empresa em 1958. Entrevistador: Alex de Souza Ivo. Entrevista realizada em: 27 de outubro de 2006.

<sup>118</sup> Depoimento do operador e dirigente sindical Osvaldo Marques de Oliveira, lotado na Refinaria de Mataripe e contratado pela empresa em 1951. Entrevistador: Franklin de Oliveira Junior. Entrevista realizada em: 09 e 10 de setembro de 1993.

<sup>119</sup> AZEVEDO, op. cit., p. 212

superintendente de Mataripe entre os anos de 1963 e 1964, ajuda a desfazer essa idéia. Segundo Drehmer, os candidatos recém-saídos do Ensino Médio nas capitais, que vinham após terem feito o curso de formação da própria empresa, nem sempre tinham rendimento satisfatório quando eram colocados frente a frente com os equipamentos. Eram preferidos, então, os trabalhadores com experiência nas usinas que, apesar de não possuírem trajetória no ensino formal, conheciam alguns equipamentos e melhor se adaptavam à essa nova e praticamente desconhecida atividade industrial:

“De um modo geral, muito desse pessoal que trabalhou e que nós selecionamos pra treinar também vinha de usinas de açúcar. Alguns já conheciam parte de equipamento, assim como bomba é... processo de evaporação e condensação, etc. O pessoal já tinha algum conhecimento. Tinha uma vantagem sobre outros que nunca tinham estado dentro de uma indústria...”<sup>120</sup>

A partir das constatações feitas acima e da própria fala de Ernesto Drehmer, ficamos instados a refletir sobre a trajetória desses trabalhadores no ensino formal. Como demonstramos anteriormente, à época do início da exploração do petróleo e da construção da Refinaria de Mataripe já se falava em uma possível incapacidade, em virtude da baixa instrução educacional, do homem baiano de se adaptar à atividade industrial.

Tal tese foi, mais tarde, de acordo com informações de Thales de Azevedo, reafirmada pelos gestores da Petrobrás e, aparentemente, também pelo próprio estudioso. Segundo ele, a força de trabalho que os fazendeiros conseguiam fazer com que permanecesse em suas propriedades e não se deslocasse para a Petrobrás era aquela que estava mais adaptada a “relações pessoais e primárias tradicionais”. As práticas do “paternalismo das antigas *plantations* e fazendas de famílias” garantiram que “trabalhadores, agregados, meeiros de nível mais baixo” continuassem nas fazendas tanto pela “sua dependência econômica” quanto pela sua “incapacidade de ajustamento às novas condições de trabalho”. O “analfabetismo”, a “falta de treino para trabalhos mecânicos especializados e para ritmo árduo de trabalho”, juntava-se à “subnutrição e à doença” e, supostamente, impedia a entrada destes homens na indústria do petróleo<sup>121</sup>. Contudo, as conclusões do eminente intelectual além de demonstraram o seu profundo preconceito em relação aos trabalhadores do recôncavo não condizem com os dados acima apresentados.

---

<sup>120</sup> Depoimento do engenheiro e superintendente de Mataripe (1963-1964) Ernesto Cláudio Drehmer, contratado pela empresa em 1956. Entrevistador: Alex de Souza Ivo. Entrevista realizada em: 31 de outubro de 2006.

<sup>121</sup> AZEVEDO, op. cit., pp. 211-212.

O próprio CNP, quando da construção da Refinaria, lamentava-se da ausência de mão-de-obra qualificada. Evidentemente que os responsáveis pela construção de Mataripe não se referiam, necessariamente, ao baixo nível educacional dos operários baianos, mas à falta de pessoas em condições de exercer funções inteiramente novas, difíceis de se achar tanto na Bahia quanto em outros estados do país, tanto que a solução para esse problema foi a vinda de profissionais norte-americanos<sup>122</sup>.

Eunápio Costa, funcionário aposentado da Refinaria de Mataripe, conclui que cerca de 80% dos funcionários da refinaria e 90% da região de produção não tinham sequer o ensino primário completo<sup>123</sup>. Recorrendo ao pitoresco, esse misto de historiador e memorialista apresenta o fato acontecido com um certo Vital dos Santos. O rapaz conseguiu emprego na refinaria em virtude de um contato pessoal com Eugênio Antonelli, um dos mais antigos trabalhadores do petróleo. Vital, analfabeto, ficou, segundo Costa, cerca de nove meses sem receber salário, mesmo cumprindo religiosamente sua jornada de trabalho. Ele andava “mais maltrapilho do que de costume, inclusive, barbudo e cabeludo”, pois sequer havia sido registrado. O operário sentia “vergonha da sua situação de analfabeto” e por isso não procurou o setor pessoal da empresa, mas mesmo assim tinha acesso ao local de trabalho e cumpria alguma função dentro da área produtiva. Somente após a intervenção de Antonelli é que foi verificada a situação de Vital. O padrinho do rapaz conversou com a superintendência da refinaria, que compreendeu a situação e pagou os nove meses que o funcionário havia trabalhado sem registro e, conseqüentemente, sem salário<sup>124</sup>.

A bibliografia existente segue as constatações de Costa e tem posição, praticamente, consensual quanto à baixa escolaridade dos primeiros petroleiros. A única exceção é registrada por Thales de Azevedo. Segundo o estudioso, as atividades da Petrobrás na região do Recôncavo baiano introduziram “grandes massas de operários, em grande parte de nível educacional e tecnológico elevado, uns recrutados e treinados localmente, outros trazidos de fora”. Conforme veremos a partir de agora, os dados levantados por essa pesquisa se aproximam das constatações de Eunápio Costa.

---

<sup>122</sup> Relatório do CNP 1949, p. 61.

<sup>123</sup> COSTA (1990), op. cit., pp. 242-243. O Ensino Primário correspondia ao que hoje chamamos de primeiro ciclo da educação fundamental. Eram os quatro primeiros anos após a alfabetização.

<sup>124</sup> Idem, pp. 31-32.



TABELA 5:

## NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS ASSOCIADOS DO SINDIPETRO/REFINO

Nível de instrução	Quantidade	Percentual
Analfabetos	26	1,5
Alfabetizados	66	3,7
Primário	1124	63,4
Ginásial	131	7,4
Secundário	388	21,9
Superior	43	2,4
<b>Total</b>	<b>1778</b>	<b>100%</b>

\* Excluídos os 848 funcionários que não tinham a escolaridade indicada pela ficha.

**Fonte:** Fichas de filiação sindical do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Refinação e Destilação do Petróleo do Estado da Bahia (Sindipetro – Refino).

A quantidade de associados, portanto, que concluíram no máximo o ensino primário chega a 67,1%, número relativamente próximo ao apontado por Eunápio Costa. Os números presentes contrariam, inclusive, uma informação fornecida pelos gestores da empresa a Thales de Azevedo, em finais de 1958. De acordo com o que nos informa o antropólogo, não eram admitidos nos quadros da empresa trabalhadores não alfabetizados<sup>125</sup>. Entretanto, dos vinte e seis funcionários não alfabetizados que encontramos, pelo menos sete entraram na empresa após a coleta da referida informação.

Esse número, diga-se de passagem, deveria ser maior ainda nos primeiros anos de operação da refinaria. Sua diminuição deve-se à própria prática da empresa, que ao aumentar salários passou a atrair mais trabalhadores e aumentar o seu leque de possibilidades de contratação, e que além disso investiu em programas de alfabetização de seu quadro de funcionários. Segundo Charles Santana, por iniciativa do superintendente Carlos Eduardo Paes Barreto, em 1952, foi organizada a primeira turma de alfabetização de adultos. Além disso, durante a grande ampliação de Mataripe (1956-1961) foram criadas escolas nas quais os próprios funcionários serviam de professores, e mais tarde o Sindipetro utilizou sua sede

<sup>125</sup> AZEVEDO, op. cit., p. 200.

para a realização de mais cursos de alfabetização<sup>126</sup>. Não temos, infelizmente, informações sobre o nível de instrução dos trabalhadores da extração, o que nos impede de fazer uma comparação com os números existentes para o refino e com as estimativas de Costa.

O teor da avaliação que os autores fazem em relação aos efeitos do baixo nível educacional da mão-de-obra contratada varia consideravelmente. Wilson Mattos, por exemplo, afirma que a falta de escolaridade não atrapalhou a realização das tarefas de destilação e refino do petróleo e que a capacidade de adaptação e esforço do trabalhador baiano foi fundamental para o sucesso do empreendimento. Não devemos esquecer, contudo, que o texto de Mattos foi escrito sob encomenda da direção da empresa, para a comemoração do cinquentenário da refinaria. Seu tom é, portanto, laudatório. Oliveira Junior, por sua vez, sugere que como esses trabalhadores de origem social mais humildes tinham “baixas expectativas”, muitas de suas lutas políticas sequer foram encaminhadas e a postura do primeiro grupo de sindicalistas, por conta dessa característica, é muito tímida. Somente com a grande ampliação e a conseqüente atração de trabalhadores supostamente mais especializados é que as estratégias do primeiro grupo de sindicalistas esgota-se e uma postura mais combativa começa a ser tomada pelos petroleiros<sup>127</sup>.

É evidente que a análise dos dois autores encaminha-se para áreas diferentes da experiência operária: uma trata do trabalho fabril e do aproveitamento produtivo de determinados trabalhadores e a outra se refere à eficácia de diferentes formas de ação sindical. Consideramos, porém, que a presença ou ausência de educação formal não pode ser parâmetro para nenhum dos dois casos. Primeiro, o treinamento para a operação de aparelhos de extração do petróleo não foi dado na escola, nem aos que estudaram somente o primário, nem àqueles que concluíram o curso secundário. Segundo, a qualidade da atuação sindical não pode ser medida, *a priori*, pelo nível de instrução dos sindicalistas ou da base sindical. Além disso, veremos mais adiante que os sindicatos dos petroleiros, em seus momentos de maior sucesso dentro do período estudado, mesclou em sua diretoria homens das duas primeiras gerações de operários, o que demonstra que a idéia de superação da primeira geração pelo grupo que adentrou a indústria com o ensino formal não é o caminho mais correto para a interpretação dos fatos.

---

<sup>126</sup> SANTANA, Charles D’Almeida. “Uma escola de tecnologia no Massapê da Bahia”. In: MATTOS, Wilson (et. al.). **Uma luz na noite do Brasil: 50 anos de história da Refinaria Landulpho Alves**. Salvador: Solisluna Design Editora, 2000, p.176.

<sup>127</sup> OLIVEIRA JR, Franklin. **A usina dos sonhos: sindicalismo petroleiro na Bahia (1954-1964)**. Salvador: Egba, 1996, 28-29.

Por fim, é importante analisar a categoria “cor” entre os trabalhadores petroleiros. Tal exercício não poderá ser feito no caso dos trabalhadores da extração, pois a fonte consultada não traz nenhum tipo de registro que permita uma classificação dessa ordem. Faremos, portanto, somente a análise dos associados ao sindicato do refino. Esses dados, evidentemente, não foram anotados pelos responsáveis pelo preenchimento das fichas sindicais. Nos valeremos das fotografias presentes nas respectivas fichas. A classificação “cor” segue, portanto, a subjetividade do autor. Não pretendemos com ela considerar que os trabalhadores identificavam a si mesmos e aos outros colegas seguindo esta classificação. Não podemos nos furtar, todavia, dessa variável que mais adiante poderá ser útil para identificar os sistemas de diferenciação e hierarquias, existentes na indústria do petróleo. Usaremos para este fim as categorias propostas atualmente pelo IBGE<sup>128</sup>.

TABELA 6:

DISTRIBUIÇÃO DOS FILIADOS AO SINDIPETRO/REFINO SEGUNDO A CATEGORIA COR

<b>Cor</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Branco	646	29,6%
Pardo	584	26,8%
Preto	951	43,6%
<b>Total</b>	<b>2181*</b>	<b>100%</b>

\* Excluídos os 445 operários que não tinham fotografia junto à ficha.

**Fonte:** Fichas de filiação sindical do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Refinação e Destilação do Petróleo do Estado da Bahia (Sindipetro – Refino).

Temos, portanto, uma categoria profissional composta majoritariamente por negros e mestiços. Juntando os pretos e pardos chegamos ao número de mil quinhentos e trinta e cinco, ou seja 70,4% do total de trabalhadores. A quantidade de brancos, por sua vez, é bastante considerável e isso nos impele a mais adiante analisar se hierarquias internas e a trajetória de educação formal confirmavam ou não clivagens baseadas no quesito cor.

<sup>128</sup> Sobre a metodologia de classificação da variável cor entre grupos de trabalhadores ver: VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930. In: Afro-Ásia. Salvador, vol. 1, nº 24, pp. 243-290, 2000, especialmente as páginas 269-272.

Esses eram, enfim, os trabalhadores do petróleo. Majoritariamente homens negros e mestiços, baianos, nascidos no Recôncavo petroleiro, com uma curta trajetória na educação formal e possivelmente sem grandes experiências no trabalho industrial. Se voltarmos à passagem do jornal *O Momento* que serve de epígrafe para este capítulo perceberemos que o articulista do jornal tem uma grande dose de razão. Tratava-se, realmente, de homens simples que “até há alguns anos tinham diferentes profissões”. Os trabalhadores do petróleo – “quase todos legítimos caboclos do nordeste” – se dedicaram, então, a uma tarefa praticamente desconhecida. Conforme apontamos, existiam dúvidas quanto à sua capacidade para realizar a tarefa.

Figura 5:

O Petrolinho\*



\* O Petrolinho foi um personagem criado em 1963 pela artista plástica Sônia Castro. O boneco, um homem negro, nascido de uma gota de petróleo e vestido com o macacão e o capacete da Petrobrás, virou um dos principais símbolos dos petroleiros baianos, sendo usado em diversas campanhas dos seus sindicatos.

**Fonte:** Revista de Mataripe, maio de 1963.

Forçadas pelas circunstâncias, ou acreditando verdadeiramente na capacidade desses trabalhadores, as autoridades públicas brasileiras e os gestores da indústria do petróleo optaram por absorver estes homens. Não esqueceram, entretanto, de cuidar para que esses homens se adaptassem e se educassem no “trabalho civilizador e emancipador”, tão enaltecido pelo discurso ideológico do Estado Novo e ainda difundido na sociedade brasileira durante os anos seguintes.

## CAPITULO 3:

### MORADIA, HIERARQUIAS E TENSÕES: O MUNDO DO TRABALHO PETROLEIRO

“Aqui, não se dorme, sinhá dona,  
dia e noite a *broca* funciona!  
E se a gente desiste...  
que será da terra abençoada?  
É preciso ter coragem, Iaiá,  
pois a terra deve ser como a gente;  
carece de civismo e animação...”<sup>129</sup>

#### 3.1 A REFINARIA DE MATARIPE, SETORES E HIERARQUIAS DE TRABALHO

No início do ano de 1952, a Comissão de Constituição da Refinaria de Mataripe apresentava ao Conselho Nacional do Petróleo um relatório detalhado sobre o seu primeiro ano efetivo de atividades. Segundo o relato, as dificuldades foram muitas e a principal delas esteve relacionada à temperatura bastante alta em que o óleo baiano atingia o seu “ponto de fluidez”. A sua principal implicação era que constantemente os tubos pelos quais o combustível era transportado entupiam, tornando-se desse modo necessária a realização de diversas “paradas” a fim de desentupir as tubulações<sup>130</sup>. Além de se tratar de um trabalho muito duro e cansativo, as paradas para limpeza e desentupimento de tubos comprometiam sua produção. Em 1951, “a Refinaria que deveria trabalhar em condições normais cerca de 300 a 320 dias por ano, apenas operou durante 246 dias”, tendo seu faturamento final comprometido<sup>131</sup>.

Esse problema não foi considerado, por sua vez, pelo menos nas páginas do citado relatório, como um entrave ao sucesso das atividades da refinaria. Para os seus redatores, o derivados de petróleo obtidos (gasolina, óleo diesel, querosene e gás combustível) tinham alta

---

<sup>129</sup> “Milagre em Candeias”. Poema de Petronilha Pimentel publicado como suplemento em: PIMENTEL, op. cit.

<sup>130</sup> Ponto de fluidez é a temperatura que o óleo bruto atinge e começa a se fragmentar para dar origem aos derivados. A obra de Mataripe não levou em consideração a especificidade do óleo extraído de Candeias, que tinha um ponto de fluidez diferente daquele que era refinado normalmente nos Estados Unidos, daí os constantes entupimentos de tubulação e as paradas para manutenção do equipamento e desentupimento.

<sup>131</sup> Relatório de funcionamento da Refinaria Nacional de Petróleo do ano de 1951, apresentado pela Comissão de Constituição da Refinaria ao Conselho Nacional de Petróleo.

qualidade e vantagem na competição, inclusive, com os produtos importados<sup>132</sup>. Os campos de extração, por sua vez, esforçavam-se para ampliar a sua produção e garantir o abastecimento de óleo em quantidade que permitisse ao CNP consolidar o projeto de duplicação da capacidade de processamento de Mataripe.

Nesse mesmo relatório, encontramos também a única descrição produzida na época sobre o funcionamento interno da refinaria. Nele, os redatores apresentaram os diferentes setores de trabalho e os seus resultados no primeiro ano efetivo de atividades da usina. Essa descrição é bastante útil, pois nos permite entender o funcionamento de uma refinaria de petróleo e os seus principais setores na área de produção. Mataripe, em 1951, estava dividida em sete setores: administração geral, contabilidade, manutenção, produção, médico-social, segurança e vigilância e o setor comercial. Não citada como setor da refinaria no relatório, mas também dotada de grande relevância para a nossa análise era a divisão de obras, pois as ampliações foram constantes nos primeiros onze anos de funcionamento da usina e empregaram um grande número de operários. Nosso foco será direcionado para os setores de produção, manutenção, segurança e vigilância, e obras, pois consideramos que estas eram as áreas mais importantes para o funcionamento e a expansão da refinaria naquele momento, bem como porque lá estavam os funcionários responsáveis pela sua parte operacional.

Mataripe tinha em seu setor de produção a sua área mais importante<sup>133</sup>. Ali o petróleo bruto era transformado em derivados, que deveriam ser entregues ao mercado consumidor. Além disso, a tensão que existia entre operadores e engenheiros, uma das mais marcantes desses primeiros anos, ficava evidente exatamente nesse setor. O refino do petróleo nessa época já funcionava segundo o regime de processo contínuo, ou seja, os operadores não tinham contato direto com os produtos que trabalhavam. Assim, as etapas de produção passavam por uma definição prévia e a instrução aos equipamentos, decidida e planejada pelos engenheiros, se fazia de forma automática. A função dos operadores era garantir que esse fluxo predefinido de tarefas não se alterasse<sup>134</sup>. Suas atividades para terem sucesso precisavam ser exercidas com um alto nível de abstração. Os operadores de Mataripe (como os operadores de processo contínuo de um modo geral) não viam o produto circulando pela

---

<sup>132</sup> Idem, p. 9.

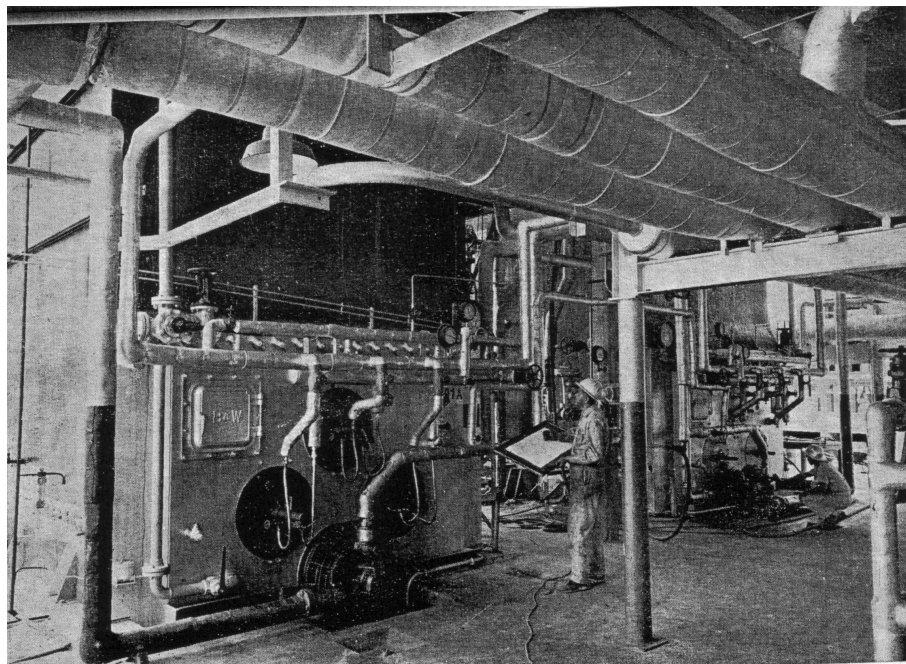
<sup>133</sup> O Observador Econômico – A Refinaria de Mataripe, p. 09.

<sup>134</sup> AGIER, Michel; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Técnicos e peões: a identidade ambígua. In: AGIER, Michel; CASTRO, Nadya Araújo; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (Orgs.). **Imagens e identidades do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1995, pp. 42-44.

tubulação, mesmo assim necessitavam identificar o seu acontecimento através de indicadores fornecidos pelos seus equipamentos de trabalho e ampliados pela sua experiência na área<sup>135</sup>.

Figura 6:

Aspecto interno de uma sala de operações de Mataripe



**Fonte:** Conselho Nacional do Petróleo – Relatório de 1951.

Os dois principais profissionais dessa área eram o operador e o operador chefe. O primeiro (existiam vários por unidade) tinha por função acompanhar as etapas de realização do trabalho, verificar se todos os procedimentos programados aconteciam dentro da normalidade e tomar as providências necessárias quando algo de errado acontecesse. Cabia ao operador chefe, por sua vez, a responsabilidade de supervisionar o trabalho da equipe de operadores e seus auxiliares. Competia a ele zelar pela disciplina e pelo bom funcionamento do trabalho, bem como estabelecer uma ponte entre a área de produção propriamente dita e os engenheiros chefes de setor<sup>136</sup>. As medidas técnicas e disciplinares não eram tomadas necessariamente por ele, mas as suas prerrogativas de avaliar e relatar o que achasse relevante às chefias colocavam-no numa situação delicada e complexa, que podia envolver tanto companheirismo e amizade com os seus comandados quanto tensões expressas pela alcunha de *alcagüete* e *“puxa-saco”* dos superiores.

<sup>135</sup> IGUTI e FERREIRA, op. cit., pp. 21-22.

<sup>136</sup> FONTES, op. cit., pp. 73-74.

Os operadores, entretanto, aproximavam-se bastante de seus subalternos, construindo uma identidade de oposição em relação aos engenheiros. A análise de Agier e Guimarães, em estudo sobre a forma de trabalho e a criação de identidades entre os trabalhadores do pólo petroquímico baiano na década de 1980 nos ajuda a decifrar essa oposição. Os autores identificam algumas características que são perfeitamente estendíveis ao trabalho nos primeiros anos de operação de Mataripe.

Para esses estudiosos, os operadores construíram sua identidade autodenominada de “peões” em oposição à “tradição bacharelesca e ‘doutoresca’” dos profissionais de nível superior, os “doutores”. A marca essencial dessa distinção é a hierarquia e os símbolos de subordinação associados a ela. Ao mesmo tempo, assinalam os autores, existe uma espécie de monopólio de poder por parte dos engenheiros, e por isso as áreas de produção consolidam-se “como territórios despoticamente comandados por engenheiros (...) no sentido exato de que o arbítrio da autoridade fabril, na prática, não encontra limites legais, pois não existem canais ou mecanismos formais de negociação de agravos”. Esses símbolos de autoridade não aparecem somente no local e nas funções do trabalho, mas existem sobretudo no controle do prestígio social e em uma série de benefícios correlatos<sup>137</sup>. O quadro social pintado aproxima-se muito de vários relatos dos primeiros anos da indústria petrolífera, nos quais os engenheiros aparecem como detentores autoritários do poder, homens que não levavam em conta as necessidades dos funcionários.

A imprensa comunista da época, por exemplo, falava insistentemente da autoridade excessiva do engenheiro. O jornal *O Momento* denunciava de modo recorrente as práticas despóticas de diversos chefes e “doutores”, que oprimiam os trabalhadores do petróleo e eram com isso o principal alvo da ira e do ressentimento operário. Esse sentimento se manifestava nas falas coevas, e ainda hoje, nos relatos orais sobre este período, a memória coletiva da categoria petroleira recorre sistematicamente a episódios de perseguição e injustiça cometidos pelos engenheiros. O início das atividades de extração e refino de petróleo é lembrado como um tempo de despotismo e excessos, no qual as demissões eram tão comuns e arbitrarias que chegavam a ser feitas e despachadas em papéis de cigarro, bem como eram corriqueiras as agressões físicas aos menos qualificados. “Eu vi muito caso de chefe botar o ‘peão’ dentro de

---

<sup>137</sup> AGIER e GUIMARÃES, op. cit., p. 45-50.



uma sala e dar na cara dele”, nos relata o laboratorista aposentado Flordivaldo Dultra<sup>138</sup>. Essas histórias não marcam somente as lembranças dos funcionários de Mataripe. Operários dos mais diversos níveis hierárquicos e também da Região de Produção recordam casos negativos provenientes de sua relação com os tais “doutores”.

José Carlos Vivas, por exemplo, auxiliar de produção na área de extração, relata um episódio de perseguição sofrido por ele, no qual recebeu uma punição que considerou excessiva, sendo rebaixado de função pelo engenheiro-chefe do campo de São Sebastião:

“eu era operador de poço, o carro quebrou e o engenheiro todo poderoso achou que eu que teria quebrado o carro, eu disse: ‘doutor, eu não quebrei carro, não’. [...] O engenheiro-chefe nessa época fez o seguinte: ‘você quebrou o carro’, me tirou dessa função, me rebaixou para outra e me deu cinco dias de suspensão. Aí eu disse, procurei o advogado da empresa e disse: ‘doutor, segundo meu pouco conhecimento, mas me parece que um corpo não pode sofrer duas penas e é o que tá acontecendo comigo’. Como assim? ‘O engenheiro chefe daquele campo me rebaixou de função e me deu cinco dias de suspensão. Ele pode fazer isso?’. E simplesmente disse: ‘quem determinou foi ele, é ele que manda!’. Sindicato nessa época nem se falava, você não tinha defesa, teve que recorrer ao próprio advogado da empresa. O que é que vai fazer? ‘Você tem que assinar porque afinal de contas o homem é o chefe e quem manda aqui é ele’”

O depoente ainda se recorda de um outro colega que ao topiar com o mesmo engenheiro em uma rinha de galo e, após a tentativa do superior em prejudicá-lo nas apostas, saiu com um facão em punho em perseguição ao engenheiro, dizendo que se no ambiente de trabalho ele devia obediência, isso não era aplicado na hora do lazer, lá ele não admitiria de forma alguma mais um desmando vindo do chefe<sup>139</sup>.

Se as lembranças do embate são comuns, é importante dizer que nas falas dos operários aposentados aparecem também histórias em que o poder dos engenheiros ao invés de ser desafiado ou combatido, servia para que operários tivessem atitudes inovadoras. Eles podiam usar sua inteligência para conseguir, sem questionar a estrutura de poder vigente, transformar o seu desejo em algo aceito pelos engenheiros<sup>140</sup>. É o que nos conta o torrista<sup>141</sup>

---

<sup>138</sup> Depoimento do laboratorista e dirigente sindical Flordivaldo Maciel Dultra, lotado na Refinaria de Mataripe e contratado pela empresa em 1954. Entrevistador: Alex de Souza Ivo. Entrevista realizada em: 28 de julho de 2006.

<sup>139</sup> Depoimento do auxiliar de produção José Carlos de Souza Vivas, lotado na Região de Produção da Bahia e contratado pela empresa em 1958. Entrevistador: Alex de Souza Ivo. Entrevista realizada em: 15 de janeiro de 2007.

<sup>140</sup> A bibliografia recente sobre a história social brasileira demonstra como atores sociais subalternos construíram essa estratégia para conseguir garimpar pequenos espaços no sistema social que estavam inseridos. Ver, dentre outros: CHALHOUN, Sidney. Diálogos políticos em Machado de Assis. In: CHALHOUN, Sidney; PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda (Orgs.). **A história contada**: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pp. 95-122.

Bóris, também lotado na extração, que desejoso por jogar futebol de salão, forma de lazer proibida pelo engenheiro do campo onde trabalhava, usou de todo seu artil e “sabedoria”, dialogando com o seu superior até lhe convencer que não havia problema nenhum na realização de partidas de futebol em pequenos espaços, afinal usando um terreno de menores dimensões para a prática esportiva, o operário cansava-se menos e ia para o seu trabalho bem menos desgastado<sup>142</sup>.

Contudo, a posição antipática ocupada pelos engenheiros não deve ser entendida como o único fator explicativo para a construção de laços mais fortes entre operadores, auxiliares e outros operários. O caráter coletivo e arriscado das atividades de extração e refino do petróleo também concorreu para a construção de uma ética de solidariedade entre os diferentes operários nela envolvidos. A boa comunicação e camaradagem iam além das que surgiam somente entre os membros de uma mesma turma de trabalho. O bom andamento de uma unidade de processo de petróleo dependia da interligação e da comunicação entre as diferentes turmas de trabalho, que passam e recebem relatórios para antecessores e sucessores. Qualquer anormalidade no funcionamento da unidade precisava ser indicada, sob pena do comprometimento tanto da qualidade final do produto quanto da segurança dos trabalhadores:

“dentro da unidade, você tinha que ser mais amigo com os colegas de trabalho porque o ambiente requer esse tipo de comportamento. Porque de uma hora pra outra, por exemplo, surge um incêndio, ou se une o grupo, pra pegar a mangueira, abrir o hidrante, pra jogar água, jato d’água, vapor pra apagar o fogo, ou então...”<sup>143</sup>

O risco de acidentes em uma refinaria imprimiu aos operadores uma ética de trabalho na qual eles enxergam que sua própria vida e as de seus colegas dependiam da atenção e da eficiência do trabalho que eles desempenhavam. Não por acaso, criaram um espírito de confiança que nascia no grupo e estendia-se a chefes e subordinados. Esses laços fortaleciam-se com as idéias nacionalistas e de ambiente familiar que tiveram forte presença na indústria do petróleo nacional, pois o trabalho nas empresas estatais era tido como algo que tinha a função explícita de cuidar de seus trabalhadores, tidos pelo Estado até então como desprotegidos pelos poderes públicos e pela sociedade de um modo geral.

---

<sup>141</sup> Profissional que executava e acompanhava as atividades das bombas de lama, sob a supervisão do sondador. FONTES, Lauro Barreto **Catálogo das ocupações qualificadas**. Rio de Janeiro: CENAP, 1963, p. 106.

<sup>142</sup> Depoimento do torrista Bóris Tondroff, lotado na Região de Produção da Bahia e contratado pela empresa em 1954. Entrevistador: Alex de Souza Ivo. Entrevista realizada em: 05 de agosto de 2006.

<sup>143</sup> Depoimento do operador de processo Gonçalo dos Santos Melo, lotado na Refinaria de Mataripe e contratado pela empresa em 1958. Entrevistador: Alex de Souza Ivo. Entrevista realizada em: 01 de agosto de 2006.

Um outro dado que parece relevante é o nível de instrução baixo comum a operários dos mais diversos níveis. Essa semelhança na escolaridade garantiu gostos e hábitos sociais parecidos e ainda reforçava a oposição entre os “peões” e os “doutores”. Como vimos anteriormente, na sua fase de implantação, a indústria do petróleo empregou mesmo em funções muito relevantes operários que não tinham uma longa trajetória no ensino formal. Eles valorizaram o conhecimento prático em detrimento do saber formal. Até finais da década de 1950, os operadores contratados não tinham passado muito tempo nos bancos das escolas.

Os números referentes ao nível de instrução dos operadores de Mataripe ajudam a demonstrar a questão. Do universo total dos dois mil seiscentos e vinte e seis trabalhadores listados no Sindipetro/Refino, conseguimos localizar a função exercida por dois mil quatrocentos e oitenta e oito deles. Desse total, duzentos e setenta e nove trabalhadores foram registrados como operadores e chefes de operadores<sup>144</sup>. Conseguimos cruzar informações sobre escolaridade e função para duzentos e trinta e três destes operadores e identificamos que praticamente 60,1% (somamos os operadores com ensino primário e ginásial), mais da metade deles, tinham estudado somente até o ginásial (equivalente ao atual ensino fundamental). Esses dados apesar de demonstrarem o caráter mais seletivo dos postos de operador, reforçam a tese do distanciamento e oposição entre eles e os engenheiros, pois era bastante acentuada a diferença de instrução entre estes dois grupos de profissionais.

TABELA 7:  
 RELAÇÃO DE ESCOLARIDADE ENTRE OS OPERADORES DA INDÚSTRIA DO  
 REFINO DE PETRÓLEO.

<b>Função</b>	<b>Primário (%)</b>	<b>Ginásial (%)</b>	<b>Secundário (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Operadores	95 (40,8)	22 (9,4)	71 (30,5)	<b>188 (80,7)</b>
Operadores chefes	21 (9)	2 (0,9)	22 (9,4)	<b>45 (19,3)</b>
<b>Total</b>	<b>116 (49,8)</b>	<b>24 (10,3)</b>	<b>93 (39,9)</b>	<b>233 (100)</b>

**Fonte:** Fichas de filiação sindical do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Refinação e Destilação do Petróleo do Estado da Bahia (Sindipetro – Refino).

<sup>144</sup> Em meio a essa categoria mais genérica de operadores e chefes de operadores encontram-se: operadores chefes de processo, operadores chefes de estocagem, operadores chefes de transferência e estocagem, operadores chefes de utilidades, operadores de processo, operadores de estocagem, operadores de transferência e estocagem, operadores de utilidades.

Há que se dizer que essas oposições eram, num certo sentido, cultivadas e até mesmo incentivadas pelos gestores da própria Refinaria de Mataripe. Os aumentos salariais, por exemplo, eram pleiteados de forma diferenciada. Em 1954, enquanto os operários concentravam esforços para a construção de sua entidade sindical que proporcionasse canais de diálogo relacionados às suas condições de trabalho, o químico Roque Perroni negociava na sede da Petrobrás, na cidade do Rio de Janeiro, aumento de ordenado para os chefes de setores. O superintendente, em reunião de diretoria da Petrobrás, no mês de junho, solicitava reajuste salarial para os postos de chefia e argumentava que tratava-se de um “imperativo [...] ante o aumento do custo de vida e as solicitações do mercado de trabalho”. Entretanto, não teve sucesso total em sua solicitação, pois o reajuste autorizado foi somente de 50% do que fora solicitado.

O general Arthur Levy, um dos diretores da Petrobrás, ponderou que antes deste ser autorizado em sua totalidade fazia-se necessário o envio, conforme o superintendente já havia sido alertado, de uma “demonstração do aumento de despesa e sua repercussão no equilíbrio econômico da Refinaria”<sup>145</sup>. Era evidente a preocupação da direção da estatal em não perder esses profissionais, mas também não poderia correr o risco de comprometer os lucros provenientes da atividade. Por isso mesmo o salário não poderia subir sem uma melhor reflexão e não poderia contemplar a todos.

Perroni três meses depois voltaria a insistir em seu pedido. Falava de um descontentamento entre os empregados da refinaria, não obstante o aumento concedido a partir do último 1º de junho. A decisão dos membros da diretoria da estatal presentes na reunião foi de que apesar da insatisfação geral, Perroni apresentasse na reunião seguinte quais os “homens-chave”, que não poderiam ser perdidos para as refinarias particulares e que somente fosse estudada a concessão de algum aumento para eles<sup>146</sup>. Três dias depois, na reunião do dia 06, Perroni voltou a se fazer presente. Decidiu-se, então, que seriam aumentadas as gratificações de Rolf Jank (chefe do Serviço de Produção), Petrônio Areia Leão (chefe do Serviço de Manutenção), José Roberto Maria Filippini (Assistente de Produção), Eduardo Leonardo Mattesco (Chefe de Laboratório) e Alfredo Cunha Wanderley (Assistente de Manutenção). Foi autorizado ainda o aumento de no máximo mil cruzeiros nas gratificações dos demais chefes de setor<sup>147</sup>. Todos os chefes e mais dois assistentes diretos

---

<sup>145</sup> Ata de reunião ordinária da Diretoria Executiva da Petrobrás, 19 de junho de 1954.

<sup>146</sup> Ata de reunião ordinária da Diretoria Executiva da Petrobrás, 03 de setembro de 1954.

<sup>147</sup> Ata de reunião ordinária da Diretoria Executiva da Petrobrás, 03 de setembro de 1954.

foram contemplados pelo aumento e parece que isto foi o suficiente para cessar o “descontentamento” que antes reinava “entre os empregados”.

Voltando ao funcionamento de Mataripe propriamente dito, além do setor de operações merece destaque o de manutenção. Tratava-se, na verdade, de um setor estratégico fundamental, e para as refinarias de um modo geral. O alto custo dos equipamentos e a necessidade de que seu funcionamento fosse ótimo para que a produção não se interrompesse fazia com que as cobranças sobre os operários dessa área fossem intensas.

Mataripe, em seu primeiro ano de operação, exigiu bastante do seu pessoal de manutenção. Por conta dos problemas provenientes do erro do projeto, que não estava compatível com o óleo extraído do Recôncavo, as “paradas” para manutenção e desentupimento de tubulação aconteciam constantemente. A pressão sobre esses homens se evidencia no relatório de 1951, quando é sugerido nas entrelinhas que essas interrupções na produção eram originadas pela “falta de prática de operações de limpeza e manutenção de equipamentos de refinação de petróleo”<sup>148</sup>. Ou seja, os operários eram responsabilizados por um problema que não haviam criado.

No que diz respeito ao setor de manutenção, a falta de uma estrutura de serviços pré-existente associada à localização relativamente distante da cidade de Salvador impôs uma alteração nos planos dos construtores da unidade. Os gestores desejavam aplicar no Brasil um modelo semelhante ao adotado pela indústria norte-americana, no qual mantinha-se no quadro de funcionários uma “diminuta turma de manutenção”, responsável pela realização de serviços básicos, e se contratava “companhias especializadas” para a realização dos demais serviços. Mas isso não pôde ser implementado. Não havia na região nenhuma firma que pudesse ser contratada.

Para realizar esse trabalho a estatal teve que contar, portanto, com os seus próprios operários. Daí o alto número de funcionários empregados neste setor, fato que é confirmado pelas fichas de filiação sindical. Localizamos um total de trezentos e quarenta e nove funcionários lotados no setor de manutenção, número que perfaz 17,8% do quadro geral de trabalhadores empregados em setores identificados da Refinaria<sup>149</sup>. Eram eles mecânicos,

---

<sup>148</sup> Relatório de funcionamento da Refinaria Nacional de Petróleo do ano de 1951, apresentado pela Comissão de Constituição da Refinaria ao Conselho Nacional de Petróleo.

<sup>149</sup> Não consideramos, para esse cálculo, os cento e três filiados do Sindipetro que trabalhavam no Complexo Petroquímico nem os cento e noventa e seis que trabalhavam no Terminal de Madre de Deus. Além deles,

soldadores, eletricitas, ajustadores, caldeiros, serralheiros, capoteiros, carpinteiros e seus respectivos auxiliares. Estes profissionais executavam funções tanto preventivas como emergenciais. Seu trabalho era realizado de forma interligada com o pessoal de operação. Apesar de existirem inspeções e reparos preventivos, muitos dos problemas existentes nos equipamentos da indústria podiam ser identificados pelos operadores e seus auxiliares e comunicados à equipe de operação, e esta, a partir daí, realizava seu trabalho.

Por outro lado, como as instalações da Refinaria foram feitas próximas ao mar e a refrigeração dos equipamentos era feita com água salgada, os efeitos da salinidade do ambiente precisavam ser combatidos de forma constante<sup>150</sup>. Ou seja, por essa e outras razões, os operários da manutenção estavam sempre em ação, e trabalhando de forma coordenada com o setor de operação.

Apesar de terem obrigação de conhecer o equipamento tanto quanto os operadores, sua relação com as máquinas se dava de uma forma diversa da de seus colegas de operação. Enquanto os primeiros tinham responsabilidade pelos momentos de normalidade do trabalho, os profissionais de manutenção agiam quando da existência de algum problema. Esses profissionais, tanto pelas necessidades de seu trabalho quanto pela própria condição social e educacional predominante entre eles, aproximaram suas demandas daquelas defendidas pelos técnicos e demais operários de menor qualificação, fortalecendo a criação da identidade dos peões em oposição aos engenheiros.

Além dos setores de operação e manutenção, cabe mencionar ainda a área de segurança industrial, que tinha as prerrogativas de vigilância e combate a acidentes. A vigilância propriamente dita tinha como função proteger o patrimônio, evitando roubos e furtos, e garantir a circulação somente de pessoas autorizadas nas diferentes áreas da refinaria. Já a segurança envolvia ações de brigadas antiincêndio e proteção aos equipamentos. A fusão dessas duas competências em um mesmo setor no organograma de Mataripe talvez tenha acontecido por conta de que a responsabilidade por chefiá-las competisse a uma só pessoa, o militar da reserva, Coronel aviador Edgard Azevedo Moreira. A presença de um militar no comando desse setor e as medidas que envolviam a vigilância de uma indústria estratégica gerou diversas queixas contra as supostas arbitrariedades praticadas pela equipe comandada por Moreira.

---

trezentos e cinquenta e quatro filiados apesar de trabalharem em Mataripe, não tiveram seu setor de trabalho informado na ficha de filiação sindical.

<sup>150</sup> Idem, p. 12-13.

Esse fato, contudo, não foi uma novidade nas jornadas de trabalho das empresas estatais. Na bibliografia sobre o assunto é recorrente a menção à presença de um corpo de guardas com aspectos paramilitares dentro dos ambientes de trabalho. Regina Morel identificou uma força desse tipo responsável por zelar pela disciplina e conter os excessos e as bebedeiras dos operários na “cidade do aço”. A chefia desse corpo de guardas – apelidado de “cabeças de tomate” – era feita também por um militar da reserva, o Coronel Luiz Oliveira Fonseca. A autora demonstra que os homens desse setor são lembrados pelos operários “como figuras extremamente violentas”, mas cujas práticas eram consideradas legítimas, pois a presença de “valentões” – geralmente identificados como nortistas e nordestinos – e as constantes brigas só poderiam ser contidas com ações desse tipo<sup>151</sup>. Já Ramalho afirma que na Fábrica Nacional de Motores, durante os seus primeiros anos de funcionamento, a gestão militarizada do espaço de trabalho foi uma característica marcante. A presença direta de militares, bem como sanções e punições típicas das forças armadas deram à fábrica o aspecto de um quartel, chegando ao extremo durante o Estado Novo de ser instalada uma jaula no pátio central da fábrica para punir exemplarmente os operários acusados de roubo<sup>152</sup>.

Há evidências que demonstram práticas em Mataripe que se aproximavam das existentes em suas congêneres instaladas no Rio de Janeiro. Em outubro de 1950, por exemplo, o auxiliar de topógrafo Anísio Lima escreveu ao jornal *O Momento* contando que os “vigias ou guardas”, chamados pelo missivista de “capangas dos americanos”, agrediram, em parceria com o Sr. Moreira, um operário que havia sido demitido e tinha voltado à refinaria em busca de seu salário<sup>153</sup>. Quatro anos mais tarde, Moreira reapareceu nas páginas do jornal comunista. Dessa vez o chefe de segurança era qualificado como um “verdadeiro carrasco”, homem que “por qualquer pequeno motivo [...] manda[va] demitir um trabalhador”. Moreira era, nas palavras do redator, o “xerife de Mataripe”, alusão característica a seu poder de polícia, e ao mesmo tempo aos supostos desmandos praticados pelo chefe de origem militar<sup>154</sup>.

Mesmo com um certo exagero, característico da imprensa militante, essa observação não deve ser desprezada, pois os guardas e o seu chefe Moreira não foram apontados como agentes da ordem somente pelos articulistas de *O Momento*. Eunápio Costa relata que em uma certa ocasião a Sr<sup>a</sup>. Maria Helena, esposa de um operário, recusou-se a levantar de um lugar

---

<sup>151</sup> MOREL, op. cit., pp. 89-93.

<sup>152</sup> RAMALHO, op. cit., pp. 58-74.

<sup>153</sup> *O Momento*, 28 de outubro de 1950, pp. 02 e 05.

<sup>154</sup> *O Momento*, 27 de outubro de 1954, pp. 02.

no cinema de Mataripe que era reservado a um engenheiro. Para solucionar o impasse foi chamado ao local o “durão Moreira”, mas que dessa vez não conseguiu retirar a senhora do lugar em que havia se acomodado<sup>155</sup>. Tais fatos, mesmo que relatados de forma muito breve, servem como exemplo da forma de ação da vigilância na indústria do petróleo e o seu papel no enquadramento dos trabalhadores às normas estabelecidas pelos gestores da empresa. Parece-nos que a existência de um setor com as funções e práticas descritas acima concorreu para aumentar as tensões e insatisfações dos trabalhadores, sobretudo aqueles que se encontravam na base da hierarquia e que estavam, portanto, mais susceptíveis de se tornarem “alvo” da vigilância da equipe de Moreira.

De qualquer modo, com ou sem excessos da turma de vigilância, tudo aparenta ter ocorrido dentro do esperado para a área de segurança no primeiro ano de operação efetiva de Mataripe. De acordo com o relatório consultado, apesar da dificuldade característica do início de um trabalho até então pouco conhecido, não houve nenhuma anormalidade, nem acidentes ou sequer interrupção no trabalho por questões relacionadas à segurança industrial. A inexistência de acidente com vítimas fatais e o pequeno número de ocorrências com necessidade de afastamento de trabalhadores (somente cinco) também foi mencionada como fator positivo<sup>156</sup>. Em 1952, permaneceu a ausência de acidentes graves, apesar do aumento de acidentes com afastamento, que nesse ano pularam para 13 ocorrências<sup>157</sup>. Além disso, nenhuma questão relacionada à disciplina foi considerada digna de nota pelos redatores<sup>158</sup>. Isso pode representar, por um lado, que os trabalhadores haviam interiorizado as normas e recomendações de disciplina e comportamento ou, por outro lado, se seguirmos os indícios da existência de focos de tensão conforme nos demonstra o jornal *O Momento*, podemos acreditar que havia um certo mal estar em tratar desses assuntos em uma documentação estritamente formal como o relatório.

Por fim, cabe dizer algumas palavras sobre a Divisão de obras. Apesar desse setor não constar na relação feita pelo Relatório de 1951, ele deve ter crescido com o passar do tempo, pois a Refinaria de Mataripe se transformou num verdadeiro “canteiro de obras” em seus

---

<sup>155</sup> COSTA (1990), op. cit., p. 138.

<sup>156</sup> Relatório de funcionamento da Refinaria Nacional de Petróleo do ano de 1951, apresentado pela Comissão de Constituição da Refinaria ao Conselho Nacional de Petróleo.

<sup>157</sup> COSTA (1990), op. cit., p. 220.

<sup>158</sup> Relatório de funcionamento da Refinaria Nacional de Petróleo do ano de 1951, folha 16.



primeiros 11 anos de existência<sup>159</sup>. Como já informamos, logo após o início das atividades decidiu-se pela duplicação da capacidade de refino da usina, mas a obra propriamente dita só veio a ser iniciada dois anos depois, em 1953. Em 1954 foi terminada essa fase de ampliação, quando começaram a operar as unidades 2 e 3. Isso garantiu que a capacidade de refino duplicasse e atingisse a casa de 5000 barris de petróleo por dia<sup>160</sup>.

Mais uma vez, com a garantia do sucesso das atividades da refinaria, foi projetada uma nova ampliação. Era o ano de 1956. Após a finalização do projeto que previa a construção de mais 11 unidades e o aumento da Unidade 1, o que garantiria a Mataripe uma capacidade de refino de 20000 barris de petróleo por dia. Dois novos produtos seriam incluídos na lista de derivados provenientes da refinaria: lubrificantes básicos e parafinas. Era a “Grande Ampliação”, obra que durou até o ano de 1961 e mobilizou, segundo Eunápio Costa, um contingente de cerca de seis mil homens<sup>161</sup>. Eles eram, em sua grande maioria funcionários contratados por firmas terceirizadas, mas trabalhavam juntamente com outros tantos homens pertencentes aos quadros da Petrobrás. Os operários da construção perfizeram nas fichas de filiação ao Sindipetro um total de duzentos e vinte homens, distribuídos entre as funções de pedreiros, carpinteiros, ajudantes e trabalhadores braçais. Considerados os trabalhadores menos qualificados, os “peões brabos” com pouca instrução, e dispostos a confusões, bebedeiras e tumultos, tinham que ser às vezes “disciplinados” pelo pessoal da segurança<sup>162</sup>.

Quando observamos o nível de instrução desses homens que serviam nas obras de Mataripe, podemos ter uma idéia mais precisa das causas do preconceito e da preocupação para com eles:

TABELA 8:

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS TRABALHADORES DA DIVISÃO DE OBRAS

<b>Escolaridade</b>	<b>Quantidade (%)</b>
Analfabeto	7 (3,4)

<sup>159</sup> Expressão usada por Jairo José Farias para descrever Mataripe quando da sua chegada. In: Depoimento do arquiteto e superintendente de Mataripe (1962-1963) Jairo José Farias, e contratado pela empresa em 1957. Entrevistadores: Alex de Souza Ivo e Daniele Santos de Souza. Entrevista realizada em: 19 de junho de 2007.

<sup>160</sup> COSTA (1990), op. cit. p. 147.

<sup>161</sup> Idem, p. 162.

<sup>162</sup> Depoimento de Raimundo Lopes, já citada.

Alfabetizado	10 (4,9)
Primário	186 (91,7)
<b>Total</b>	<b>203 (100)</b>

**Fonte:** Fichas de filiação sindical do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Refinação e Destilação do Petróleo do Estado da Bahia (Sindipetro – Refino).

Além de não encontrarmos nesse setor sequer um operário com o Ginásio e o Ensino Secundário completo, observamos que os analfabetos aí presentes perfaziam um terço do total de Mataripe e os apenas alfabetizados cerca de um sexto. Mesmo assim não há referências a qualquer preocupação com a formação técnica desse pessoal, por parte da Petrobrás e do CNP. As únicas menções à educação desses trabalhadores dizem respeito à sua alfabetização. Certamente a maioria deles estava incluída no grupo chamado de *laborés*, termo usado para designar os trabalhadores menos qualificados da refinaria e dos campos de extração.

É provável que a origem desse nome esteja relacionada ao convívio entre brasileiros e norte-americanos nos primeiros anos da extração e do refino de petróleo na Bahia. Segundo Mário Lima, dirigente sindical no período, o termo nasceu através da forma que os americanos chamavam esses trabalhadores menos qualificados<sup>163</sup>. A expressão inglesa “labor”, usada para caracterizar trabalho ou labuta gerou provavelmente o termo “laborer” para designar exatamente o trabalhador de menor qualificação, que executava trabalhos braçais. Daí para a criação da corruptela *laboré* foi um passo bastante pequeno. A primeira descrição do grupo pode ser encontrada nas páginas de *O Momento*:

De todos os empregados nos campos, ninguém é mais miserável e mais explorado do que os trabalhadores braçais, apelidados de *laboré*. Os piores serviços são entregues a eles. Seu salário não passa de Cr\$ 1,70 por hora. São os párias de Mataripe. Moram em choças e trabalham na sua maior parte na “Coréia do Sul”, região de Mataripe que abastece a Refinaria de água, mas onde as condições de insalubridade são terríveis.<sup>164</sup>

De acordo com a descrição, os *laborés* ocupavam a base da pirâmide hierárquica da indústria do petróleo. Recorrentemente apareceram como aqueles que tinham os seus direitos menos respeitados, além de serem tachados de incompetentes e ignorantes até mesmo por aqueles que diziam defendê-los. O jornal comunista, ao criticar na mesma matéria o

<sup>163</sup> Depoimento do operador chefe e dirigente sindical Mário Soares Lima, lotado na Refinaria de Mataripe e contratado pela empresa em 1958. Entrevistador: Alex de Souza Ivo. Entrevista realizada em: 18 de abril de 2007.

<sup>164</sup> *O Momento*, 24/10/1950, pp. 02 e 05. Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Setor de Periódicos Raros.

despreparo dos chefes brasileiros e dos técnicos americanos, valeu-se dos mesmos adjetivos comumente lançados contra eles. Os técnicos criticados eram para o jornal “tão ignorantes em montagem quanto os ‘laborés’”. Esses homens pouco qualificados apesar de terem sido tão depreciados e de terem sua dignidade e capacidade de trabalho negada por várias pessoas da época, formaram a maior parte da força de trabalho da indústria que existia para garantir a “redenção econômica do país”, e suas principais demandas foram peças-chave no projeto de ascensão e de disputas políticas dos sindicatos dos trabalhadores do petróleo, conforme veremos mais adiante.

### **3.2. A FACE VISÍVEL DAS DIFERENÇAS: MORADIA, ALOJAMENTOS E TRANSPORTE**

A localização da Refinaria de Mataripe, construída às margens da Baía de Todos os Santos, nas proximidades da principal área produtora de petróleo do Recôncavo baiano, o campo de Candeias, distante cerca de 60 km de Salvador, acabou por afetar as relações entre os diferentes estratos de trabalhadores presentes naquele local de trabalho, pois os gestores da refinaria trataram de construir moradias para os funcionários considerados indispensáveis para o funcionamento da usina. É certo que a existência de um sistema diferenciado de moradia e alojamentos, bem como de serviço de transporte acentuou contrastes hierárquicos, e foi considerado por parte significativa dos trabalhadores como mais um elemento a demonstrar a suposta superioridade de um grupo de empregados em relação aos outros.

Conforme vimos no segundo capítulo, Salvador foi, juntamente com as pequenas cidades situadas no Recôncavo baiano, o grande centro fornecedor de mão-de-obra para Mataripe. Ao mesmo tempo, técnicos qualificados vindos de outros estados e até mesmo de outros países participaram do trabalho na refinaria. Com isso, moradia e transporte passaram a fazer parte do leque de preocupações dos profissionais responsáveis pela gestão da usina. Diante da carência de um sistema eficiente de transporte, bem como das péssimas condições das estradas de rodagem que ligavam Salvador à refinaria, a primeira solução ventilada e posta em prática foi a construção de um conjunto residencial, mais tarde batizado de Vila de Mataripe. Lá morariam os profissionais considerados indispensáveis ao funcionamento da refinaria.

Já no relatório de 1949 era apontada pelos construtores de Mataripe a preocupação com a criação de uma estrutura que garantisse condições dos técnicos e operários indispensáveis ao funcionamento da Refinaria se estabelecerem juntamente com suas famílias em seu local de trabalho. No final daquele ano o projeto da construção de uma vila operária começou a ser preparado<sup>165</sup>. No ano seguinte as obras se iniciaram e foram concluídas em 1951. Eram 62 casas ao todo. Delas, 50 eram de modelo pré-fabricado e 12 de alvenaria. Mais tarde, esse número chegou a um total de 162 residências<sup>166</sup>. Junto como elas, foi construída pelo CNP uma estrutura mínima de lazer e serviços. Tratava-se de “1 um barracão adaptado para cinema; 1 barracão adaptado para cantina; 1 posto médico, em construção provisória; 3 barracões diversos para alojamento de pessoal”<sup>167</sup>. Foram sem dúvida medidas adotadas para facilitar a fixação de um pessoal mais qualificado, notadamente de origem urbana, convidado a se instalar em uma região rural, inóspita e com poucas opções de lazer.

Figura 7:

Rua da Vila de Mataripe



**Fonte:** *O observador econômico e Financeiro – A Refinaria de Mataripe*, outubro de 1951, p. 27.

Os dados coletados sobre os filiados ao Sindipetro trazem algumas informações sobre os moradores da Vila. Localizamos ao todo cinquenta e nove associados que moravam na Vila

<sup>165</sup> Conselho Nacional do Petróleo. **Relatório de 1950**, p 60.

<sup>166</sup> COSTA (1990), op. cit., p. 133-134.

<sup>167</sup> Conselho Nacional do Petróleo. **Relatório de 1949.**, pp. 13-14.

de Mataripe, o que perfaz cerca de 36% dos que foram seus moradores. Com base nesses dados, concluímos que existem algumas diferenças entre esses números e os apresentados no capítulo anterior, sobre o quadro geral de associados ao sindicato do refino. No que diz respeito ao local de nascimento, por exemplo, o número de baianos embora continue representando a maioria, cai cerca de 10%, atingindo a quantidade de 82,7%, enquanto os nascidos no Sudeste chegam nessas estatísticas a 5,4%, praticamente o triplo do que fora encontrado no cômputo total dos associados. Os números referentes ao nível de instrução também modificam-se significativamente, pois passa a existir um maior equilíbrio entre os profissionais que haviam cursado somente o ensino primário e os que tinham completado o curso secundário. Os primeiros perfaziam um total de 45,3% e os segundos chegam à cifra de 39,6%. Merece destaque, por fim, a mudança percentual também verificada na cor dos moradores da Vila de Mataripe. Enquanto no número geral de associados, 70,4% foram classificados como pretos e pardos, entre os moradores da vila eles eram 59% e o número de brancos saltou de 29,6% para 40%. Esses dados demonstram o caráter mais seletivo da Vila de Mataripe, que foi menos permeável aos trabalhadores negros e com menor grau de instrução e qualificação.

Um aspecto que chama atenção diz respeito aos setores de trabalho e às funções dos empregados que tiveram acesso às casas da Vila. Foram encontrados trabalhadores dos setores de saúde, operação, manutenção e administração, o que nos leva a crer que esses eram os setores de maior relevância da refinaria e que, portanto, não poderiam parar caso ocorresse algum imprevisto. A diversificação das funções dos moradores (31 ao todo) também sugere que uma das preocupações que levava à construção da Vila dizia respeito à necessidade dos gestores da usina terem à mão sempre que preciso homens chaves de variadas funções. Essa impressão se reforça pelo fato de que nenhum dos moradores exercia funções de baixo prestígio e fácil reposição. Os mais baixos níveis hierárquicos que encontramos, foram os auxiliares de operador e de profissionais de manutenção.

A estratégia de construção de vilas operárias não era nenhuma novidade nas relações de trabalho brasileiras. Essa forma de gestão da mão-de-obra já havia sido aplicada em outras ocasiões e Leite Lopes aponta – em seu estudo sobre os trabalhadores da Companhia de Tecidos Paulista em Pernambuco – que um dos trunfos mais relevantes para a empresa que adotava o sistema de vilas-operárias era exatamente que essa extensão de domínio para o espaço de moradia garantia a disponibilidade dos trabalhadores para qualquer emergência eventual. Morar na Vila trazia consigo “obrigações econômicas e não econômicas geralmente

não explicitadas em contrato”, o que tinha como implicação “uma interferência direta e visível da administração da fábrica sobre a vida social extra-fábrica dos trabalhadores”<sup>168</sup>. Mataripe não fugiu a essa regra. Parece-nos ter sido comum a convocação de trabalhadores em seus momentos de descanso e lazer para atividades emergenciais na fábrica. Um dos episódios relatado por Eunápio Costa revela com bastante riqueza esta faceta.

No caso intitulado “Cadê o fogo?”, o memorialista conta uma brincadeira feita certa vez por um engenheiro chamado Andrade, “que mais tarde viria a ser um dos diretores da Petrobrás”. Ele decidiu, em uma noite em que comandava a unidade 4, “dar um trote no seu auxiliar que morava na vila e estava gozando merecida folga, ao lado da esposa, fazendo só Deus sabe o quê”. Pegou, então, o telefone e disse ao seu subordinado: “desça urgente que tem fogo em sua unidade”. O alvo do trote era um operador-chefe que, de acordo com Eunápio, “dado seu alto grau de responsabilidade, era um daqueles muitos que se sentiam realmente responsáveis pelo bom andamento da sua unidade”, por isso “independente de se tratar ou não de horário de trabalho” ele não titubeou e se deslocou rapidamente à unidade em questão. Chegou esbaforido no local, perguntando onde tinha fogo. Aí o engenheiro puxou-o pelo braço, abriu uma fornalha e disse: “é aí dentro, o fogo!”. O operador chefe, que não teve seu nome revelado, não gostou nem um pouco da brincadeira e “ficou uma arara”, mas saiu sem “desabafar”. Segundo Eunápio, não se sabe se “devido ao engasgo provocado pela raiva ou se porque o chefe... era o chefe”<sup>169</sup>.

Este evento ilustra com muita propriedade várias situações presentes em Mataripe. A primeira delas era o estado de permanente vigília que o trabalhador era submetido, pois mesmo em seus momentos de descanso deveria estar a postos para qualquer chamado em caráter de urgência. Além disso, por ser uma empresa estatal, logo, considerada propriedade de todos os brasileiros, inclusive do operário, a sua responsabilidade era redobrada. Por fim, mais uma vez é reforçada a posição de poder do engenheiro, pois mesmo o operador não tendo gostado nem um pouco da brincadeira, não pôde extravasar sua insatisfação. E quando depois decidiu apresentar uma queixa contra o engenheiro, o processo após muito tempo sem definição “‘sumiu’ misteriosamente, ficando o caso encerrado”.

Um caso como este reforça a tese defendida por Ramalho, segundo o qual uma das principais preocupações e sem dúvida uma relevante medida de dominação das empresas

---

<sup>168</sup> LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. Rio de Janeiro: Marco Zero; Brasília: Editora da Unb, 1988, p. 17.

<sup>169</sup> COSTA (1990), op. cit. p. 52.

estatais de primeira geração sobre os seus trabalhadores foi a adoção de estratégias de gestão que iam além do espaço produtivo. De acordo com o autor, um dos desdobramentos dessas indústrias era que a dominação se estendia “para além do processo de produção, com o controle também da esfera da reprodução social”<sup>170</sup>. Por isso foi bastante comum dentro dessas empresas iniciativas voltadas para a moradia, o lazer e a assistência social aos seus empregados. A vila operária, contudo, conforme demonstra o próprio autor, não foi uma opção unânime.

No caso da Fábrica Nacional de Motores, na sua fase de instalação, identificada como Tempo do Brigadeiro, havia o projeto de construção de uma grande cidade, a “Cidade dos Motores”. O caminho das vilas operárias foi desconsiderado. O modelo de casas individualizadas e um pequeno quintal que geralmente não era cultivado e só servia para acumular “entulhos e trastes velhos” foi descartado a conselho do urbanista Atílio Correia e Lima. A proposta feita era de construção de “apartamentos modernos e confortáveis” para alojar vinte e cinco mil pessoas no mesmo terreno onde normalmente seriam alojadas cinco mil. Eram as modernas concepções urbanísticas que preferiam “grandes parques, com piscinas, jardins, campos de esporte e recreio” em detrimento “do quintalzinho sujo e pequenino”. A idéia, contudo, não vingou. As mudanças políticas ocorridas no Brasil do pós-guerra fizeram com que os planos do brigadeiro fossem abandonados. Somente na segunda fase dessa indústria, com a chegada de operários casados e a partir de uma reorientação das suas necessidades de produção foi que vieram a ser construídas as vilas operárias<sup>171</sup>.

Na Usina de Volta Redonda, a idéia de construção de uma cidade – a Cidade do Aço – também fez parte dos planos de seus construtores. Diferentemente da Fábrica Nacional de Motores, esse projeto foi concretizado. Desde o início pensou-se na construção de vilas operárias. No que diz respeito às casas, aconteceu um fenômeno semelhante ao de Mataripe e é possível até mesmo supor que aquele tenha servido de exemplo para este. Na Cidade do Aço foram construídas moradias “segundo padrões diferenciados, obedecendo à hierarquia da empresa”. Essa foi uma das principais formas de, juntamente com uma outra série de benefícios atrair os trabalhadores mais qualificados e fixá-los em seu local de trabalho<sup>172</sup>.

---

<sup>170</sup> RAMALHO, José Ricardo. “Empresas estatais de primeira geração: formas de gestão e ação sindical”. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva. PESSANHA, Elina Gonçalves de Fontes. **O trabalhador carioca: Estudos sobre os trabalhadores urbanos do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: JC Editora, 1994, pp. 37-38.

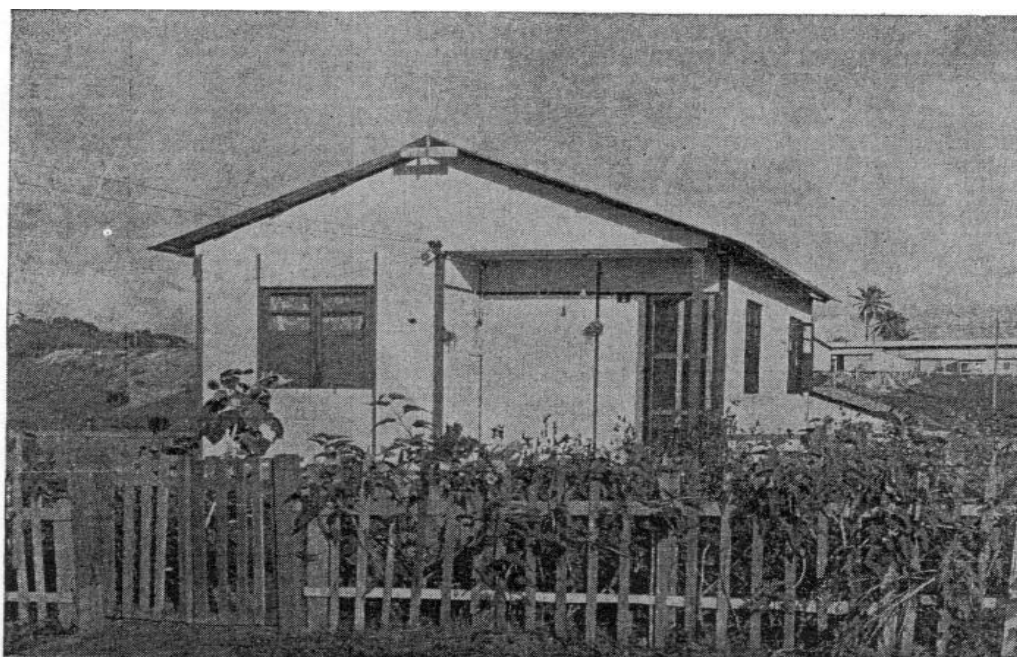
<sup>171</sup> RAMALHO (1989), op. cit., pp. 49-57 e 96-111.

<sup>172</sup> MOREL, op. cit., pp. 57-58

Em iniciativas como a de Mataripe, falavam alto também preocupações com questões da saúde. Por isso mesmo, no relatório de 1951, a Refinaria de Mataripe foi lembrada como uma das grandes realizações do Brasil industrial que se formava e, portanto, “pelos altos objetivos que a justificam [...] a assistência médica e social [...] se constituiu em poderoso elemento de colaboração para o êxito da administração em suas relações com o operariado”. Para isso foi construído imediatamente um ambulatório, mais tarde transformado no Hospital de Mataripe, e já estavam previstas a edificação de um lactário e de uma pequena maternidade, por conta do aumento de moradores que seria proporcionado pela ampliação da vila residencial. Ações dessa ordem se encaixavam perfeitamente no projeto político e no discurso varguista. Era o Estado se esforçando para garantir as condições mínimas para que o trabalhador local contribuísse para o progresso do país.

Figura 8:

Casa da Vila de Mataripe



**Fonte:** *O observador econômico e Financeiro – A Refinaria de Mataripe*, outubro de 1951, p. 28.

A iniciativa de construção de vilas operárias atendia também a demandas de ordem higiênico-sanitárias. As medidas não paravam por aí e mesmo as casas das vilas eram objeto de “fiscalização intensiva do estado de higiene” como forma complementar de prevenção de



males como o tifo e a varíola<sup>173</sup>. Conforme identifica Telma de Barros Correia, uma importante característica dos núcleos fabris era a preocupação com aspectos da assistência médica e da educação, o que permitia “uma ingerência externa direta sobre o corpo e o modo de ser da família operária”<sup>174</sup>.

A estratégia de dominação de Mataripe compreendia, portanto, a interligação das práticas que preveniam problemas tanto da higiene física quanto da “higiene do espírito”. Daí podemos compreender a necessidade da presença dos freis Rufino e Juvêncio, responsáveis pela Capela de Mataripe<sup>175</sup>. Além disso, em julho de 1954, exatamente no início das atividades da Petrobrás, a sua diretoria considerou a “necessidade imperiosa de construção imediata de um grupo escolar que abrigu(asse) a população infantil de Mataripe em idade de instrução primária”, autorizando, então, o seu presidente a estabelecer, juntamente com o Ministro da Educação, os parâmetros para a construção de um prédio escolar para os filhos dos funcionários<sup>176</sup>. Não dispomos de informações mais aprofundadas sobre o papel da capela e da escola no controle educacional e moral dos moradores da Vila de Mataripe, mas a existência de ambas representa uma evidência significativa de que as preocupações dos construtores e gestores da refinaria iam além de aspectos meramente relacionados à distância da unidade fabril dos grandes centros urbanos.

Para José Sérgio Leite Lopes o sistema de fábricas com vilas-operárias apareceu como um instrumento bastante eficaz no controle sobre os operários, também por parte da iniciativa privada. O autor apresenta uma série de motivos que explicam o interesse e a recorrente utilização deste expediente. Ele demonstra que não era somente a moradia que estava em jogo. Tratava-se de um conjunto de acessórios importantes para a reprodução social da força de trabalho, bem como para o conforto dos trabalhadores:

“A água, a lenha, a luz elétrica são geralmente controlados por essas fábricas e podem tornar-se objetos de um preço, objetos de racionamento ou de uma diferenciação entre os operários favorecidos ou não com algum desses recursos, ou objetos de uma pressão a ser exercida nos casos de conflito coletivo, de greve, com a ameaça de suspensão do fornecimento de alguns desses recursos.”<sup>177</sup>

---

<sup>173</sup> Relatório de funcionamento da Refinaria Nacional de Petróleo do ano de 1951, apresentado pela Comissão de Constituição da Refinaria ao Conselho Nacional de Petróleo.

<sup>174</sup> CORREIA, Telma de Barros. **Pedra**: plano e cotidiano operário no Sertão. Campinas: Papirus, 1998, p. 143.

<sup>175</sup> COSTA (1990), op. cit., p. 135.

<sup>176</sup> Resolução 6/54, Petrobrás.

<sup>177</sup> LOPES, José Sérgio Leite. Fábrica com vila-operária: consideração sobre uma forma de servidão burguesa. In: LOPES, José Sérgio Leite (Org.). **Mudança social no Nordeste**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 58.

Mataripe não escapava de muitas dessas características apontadas pelo pesquisador. Eunápio Costa, ao descrever como era a usina em seus primeiros anos, demonstra alguns pontos importantes para a nossa reflexão. O memorialista conta que morar na Vila de Mataripe era um privilégio dos mais graduados, e que estes recebiam “roupas de cama, ovos, verduras, faqueiro completo que era trocado anualmente”; além disso, eles “não pagavam água nem luz”. Ainda dentro do sistema de concessão de “vantagens”, a Refinaria “mantinha uma horta, um estábulo, uma pocilga”. Parte desses benefícios não era somente para os moradores da Vila. “Tíquetes de gás, gasolina, e carne, cujos valores eram simbólicos e descontados nos vencimentos”, também eram estendidos àqueles que não tinham casa na Vila<sup>178</sup>.

Em obra comemorativa dos 50 anos da Refinaria a historiadora Nanci Sento Sé de Assis apresenta um estudo sobre a Vila de Mataripe e suas formas de sociabilidade<sup>179</sup>. A autora enfatiza em seu artigo os pontos de harmonia e concórdia entre os trabalhadores das mais diferentes graduações hierárquicas. Isso acontece, sem dúvida, porque trata-se de obra encomendada pela direção da empresa, logo, os aspectos considerados mais conflituosos naquela experiência e que, portanto, não interessaram à tentativa de construção de uma memória positiva sobre o passado da empresa deviam ser negligenciados por aquele trabalho. Mesmo assim, a pesquisadora apresenta características importantes da Vila de Mataripe e fornece pistas que nos permitem ir além das suas formulações e identificar importantes pontos de tensão que se reproduziam ou que nasciam da concessão de espaços diferenciados e hierarquizados de moradia por parte da empresa.

É ela que demonstra, mesmo que indiretamente, uma lógica segregacionista que se apresentava na separação entre os clubes dos engenheiros e o clube dos operários, que reforçava as oposições de identidades entre peões e engenheiros. Também demonstra a existência de divisões em outros locais de lazer. O cinema de Mataripe, por exemplo, construído ainda nos primeiros anos de existência da Refinaria, tinha lugares diferenciados, definidos de acordo com a posição do expectador na hierarquia da empresa. Além disso, demonstra que existiam ruas, destinadas à moradia de engenheiros e dos técnicos norte-americanos (a Rua dos Gringos) às quais os operários em geral não tinham acesso. Isso era garantido pela presença de guardas, que tinham a responsabilidade de afastar aqueles que insistissem em contrariar as normas.

---

<sup>178</sup> COSTA (1990), op. cit., pp. 134-135.

<sup>179</sup> ASSIS, Nanci Rita Sento Sé de. Vila nova, vida nova. In: MATTOS. op. cit., pp. 126-156.

O operador aposentado Gonçalo dos Santos Melo nos contou alguns detalhes sobre essas ruas específicas: “Inclusive lá em Mataripe, quando eu cheguei, habitavam lá, tinha uma rua só de casas americanas, até o modelo das casas era diferente e eles tinham essas casas lá como morada e trabalhavam na refinaria”. Indagado sobre o clima entre brasileiros e estadunidenses, ele foi categórico em afirmar que:

“Era péssimo! Porque existia o ranço, hoje a gente sabe que excluindo Bush o povo americano não é tão ruim assim. Mas naquela época tinha a idéia de que o americano era imperialista, era tomador da riqueza alheia [...] Então isso a gente tinha na mente do trabalhador, ao ponto daquele pessoal mais exaltado quando vinha à noite da... dos bares, dos clubes quando passava pela rua, passava gritando, fazendo algazarra, xingando: ‘americano, filho da puta, não sei o quê!’<sup>180</sup>”

Podemos inferir nesse comportamento relatado uma espécie de dupla insatisfação do trabalhador local que se materializava em uma única estratégia de enfrentamento, os xingamentos para perturbar o sossego dos “gringos”. Ao mesmo tempo em que existia um discurso aceito por vários setores da sociedade que apresentava os Estados Unidos como interessados em usurpar as riquezas minerais brasileiras e os norte-americanos que trabalhavam em atividades ligadas ao petróleo no Brasil como agentes dos “trustes”, existia também um certo incômodo por parte dos brasileiros diante das possíveis regalias concedidas aos “gringos”, em contraposição a um regime de trabalho mais duro dispensado a eles. Os momentos de farra e bebedeira, onde as doses de álcool no corpo espantavam ou diminuía o medo da represália, serviam para que os trabalhadores extravasassem esse misto de desconfiança, rancor e insatisfação, usando palavras de ordem semelhantes àquelas proferidas pelos membros das campanhas de defesa do petróleo nacional.

Tais separações acentuavam-se ainda mais quando observamos os espaços de moradia dos menos qualificados. Se a maioria deles não tinha acesso à vila, restava, portanto, como estratégia para se instalar próximo ao local de trabalho e evitar a desgastante viagem até Salvador ou às cidades vizinhas, ocupar uma das vagas dos alojamentos. Eram três ao todo: os alojamentos 88, 120 e 200. Seus nomes correspondiam à quantidade de leitos disponíveis. Os relatos sobre as reais condições de vida nesses prédios variam. Enquanto alguns como Eunápio Costa ressaltam o conforto existente, lembrando que o 88 “se dava ao luxo de possuir colchões de mola”, já em 1950<sup>181</sup>, outros, como é o caso de Oliveira Junior, destacam as condições ruins e o espírito de insatisfação daqueles que lá dormiam<sup>182</sup>. Dada a carência de

---

<sup>180</sup> Depoimento de Gonçalo dos Santos Melo, já citado.

<sup>181</sup> COSTA (1990), op. cit., p. 134.

<sup>182</sup> OLIVEIRA. JR., op.cit., p. 50.

dados e as informações conflitantes é difícil, portanto, avaliar a estrutura de acomodação dos alojamentos. Mas uma coisa é certa: eles tornaram-se importantes locais de conagração e discussão entre os trabalhadores. Conversas, cantorias, campeonatos de baralho e dominó entretinham os moradores. Até mesmo a própria idéia de criação de um sindicato que garantisse o cumprimento dos direitos da categoria surgiram nos alojamentos, bem como a cobrança das contribuições sindicais, no período de maior dificuldade de atuação das entidades de classe, era feita escondida, atrás das máquinas, ou à noite, nos alojamentos<sup>183</sup>.

Ou seja, o procedimento dos gestores da empresa – separando alojamentos, refeitórios e clubes de acordo com a função hierárquica – se por um lado tinha a intenção de demarcar possíveis diferenças de tratamento, acabou garantindo aos trabalhadores um espaço privilegiado, pois longe dos olhos dos chefes. Eles tinham maior liberdade para expor suas insatisfações uns aos outros e pensar em alternativas para os seus problemas. Tempos depois, os próprios gestores perceberam essa brecha e tentaram resolver a questão, pelo menos nos refeitórios. Os operários foram impedidos de almoçar ou jantar sem nenhum superior por perto. De acordo com Assis, a diretoria da empresa “fez a distribuição dos grupos de trabalhadores por setores ou seções, acompanhados dos seus respectivos chefes, durante as refeições, o que passou a evitar tumultos”<sup>184</sup>.

Uma outra oportunidade de moradia próxima à refinaria foi arranjada pelos trabalhadores menos graduados. Muitos funcionários, já no início da década de 1950, passaram a residir em um pequeno vilarejo, situado na outra margem do Rio Mataripe, originalmente uma vila de pescadores com “umas cinco casas de moradores antigos, (...) muitos coqueiros e mangue”. Com a instalação da Refinaria os operários menos graduados aproveitaram os terrenos livres e começaram a construir suas residências. Esse local logo foi batizado de Vila Niterói. Esse nome foi dado possivelmente pelos operários vindos do Rio de Janeiro, que ao verem a fisionomia e notado a sua precariedade e inferioridade em relação à Vila de Mataripe fizeram uma associação entre as cidades de Rio de Janeiro e Niterói. Acreditamos que este “batismo” também represente um certo sentimento de superioridade que seria figurativamente representado pela reprodução da idéia de que o Rio de Janeiro era superior a sua vizinha Niterói.

---

<sup>183</sup> Depoimento de Flordivaldo Maciel Dutra, já citado.

<sup>184</sup> ASSIS, op. cit., p. 133.

Segundo Costa, “em pouco tempo Niterói já era uma vila relativamente grande e, como todas as invasões, muito mal estruturada, desordenada”, contando com “casas miseráveis, improvisadas, muitas de ‘sopapo’<sup>185</sup> (estrutura de varas, enchidas com barro aplicado de mão), começavam a surgir numa rapidez incrível, infra-estrutura, que é bom, nenhuma”<sup>186</sup>. Não dispomos de nenhum dado sobre a quantidade de casas existentes na Vila Niterói, portanto, não é possível saber qual o seu peso numérico como local de moradia. As recorrentes menções a ela, contudo, nos levam a crer que se ela não foi numericamente grande, merece destaque pelo menos por conta do seu papel no imaginário dos petroleiros.

Encontramos, porém, vinte e oito moradores da Vila Niterói dentre os filiados do Sindipetro, o que ajuda a iluminar questões relacionadas à diferenciação entre os operários. No indicativo de função desempenhada na empresa, apenas dois deles exerciam funções de destaque dentro do sistema de produção e manutenção: um contramestre e um eletricista. A maioria exercia funções que exigiam uma menor qualificação e que eram, portanto, menos valorizadas. Encontramos na vila seis ajudantes diversos, cinco serventes, um trabalhador braçal, dois vigilantes e um copeiro. Porém são os dados relacionados à instrução os que revelam com muito mais contundência as diferenças entre os moradores da Vila Niterói e os da Vila de Mataripe.

TABELA 9:

GRAU DE INSTRUÇÃO DOS MORADORES DAS VILAS NITERÓI, MATARIPE E DE  
TODOS OS ASSOCIADOS DO SINDIPETRO/REFINO

<b>Nível de instrução</b>	<b>Vila Niterói (%)</b>	<b>Vila Mataripe (%)</b>	<b>Associados do Sindipetro</b>
Analfabetos	1 (4,2%)	0 (0)	26 (1,5%)
Alfabetizados	4 (16,7%)	2 (3,7%)	66 (3,7%)
Primário	16 (66,6%)	24 (45,3%)	1124 (63,3%)
Ginasial	1 (4,2%)	3 (5,7%)	131 (7,3%)
Secundário	2 (8,3%)	21 (39,6%)	388 (21,8%)

<sup>185</sup> Conhecida em várias regiões do Nordeste como casas de pau-a pique.

<sup>186</sup> COSTA (1990), op. cit., pp. 135-136.

Superior	0 (0)	3 (5,7%)	43 (2,4)
<b>Total*</b>	<b>24 (100)</b>	<b>53 (100)</b>	<b>1778 (100)</b>

\* Totais referentes aos associados que tiveram a sua escolaridade declarada na ficha de filiação.

**Fonte:** Fichas de filiação sindical do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Refinação e Destilação do Petróleo do Estado da Bahia (Sindipetro – Refino).

Conforme podemos observar, entre os moradores da Vila Niterói o percentual de pessoas que não passaram da escola primária era superior ao encontrado tanto na Vila de Mataripe quanto no quadro geral dos associados do Sindipetro. Essa baixa taxa de escolaridade associada à posição ocupada no espaço produtivo da refinaria indica que as referências às condições de inferioridade dos seus moradores fazem bastante sentido. Podemos até mesmo afirmar que a Vila de Niterói era um dos locais de moradia dos *laborés*. Por outro lado, quando focamos a cor dos funcionários residentes nas diferentes vilas vemos que a associação perversa entre cor da pele e baixa escolaridade dos indivíduos existente na sociedade baiana era reforçada na Refinaria pelas distinções de moradia. Enquanto pretos e pardos perfaziam juntos na Vila de Mataripe um total de 59%, em Niterói este número subia para 80,8%, ficando acima, inclusive, dos números gerais do quadro de associados, onde o somatório de pretos e pardos atingiu 70,4%.

O contraste entre as diferentes formas de habitação das duas vilas era evidente e não é exagero supor que tanto os moradores de Niterói quanto dos alojamentos tinham como um de seus principais projetos a obtenção de uma casa na Vila de Mataripe. Aliás, tudo indica que a direção da Refinaria percebia isso, e contava com a fidelidade dos moradores da Vila Mataripe em qualquer momento de embate entre direção e trabalhadores. Não por acaso as referidas casas foram usadas como possíveis moedas de troca entre gestores e operários. No final de 1959, quando da liberação da Carta Sindical do Sindipetro/Refino pelo Ministério do Trabalho, diretores de Mataripe procuraram o operador Mário Lima, um dos responsáveis pela criação do sindicato, e lhe ofereceram uma casa na Vila de Mataripe, sugerindo uma troca entre a casa e a adoção de uma linha de ação mais acomodada para a recém-criada instituição de classe<sup>187</sup>.

O poder da empresa sobre a moradia (real ou imaginário) e as diferenças entre os habitantes da Vila e os outros trabalhadores evidenciaram-se em momentos de conflito aberto

<sup>187</sup> Depoimento do operador chefe e dirigente sindical Mário Soares Lima, lotado da Refinaria de Mataripe e contratado em 1958. Entrevistador: Alex de Souza Ivo. Data da entrevista: 11 de julho de 2007.

e tensão. Em novembro de 1960 o Sindipetro/Refino decidiu deflagrar uma greve, buscando, sob o *slogan* “equipara ou aqui pára”, a equiparação salarial dos trabalhadores da Bahia com os trabalhadores da Refinaria de Cubatão. Quando começaram as articulações para a paralisação, surgiu em meio à categoria um forte boato de que os operadores que moravam em Mataripe não participariam do movimento por temerem retaliações por parte da diretoria, inclusive, a perda da moradia. A estratégia adotada pelos dirigentes sindicais para garantir a participação dos colegas no movimento foi mostrar cópias dos contra-cheques dos operários de São Paulo, indicando quanto os trabalhadores de Mataripe iriam ganhar caso o movimento fosse bem sucedido<sup>188</sup>. Os sindicalistas argumentaram também que muito embora a casa fosse propriedade da empresa, o lar pertencia ao trabalhador. Portanto, ninguém poderia entrar nas casas para obrigar os moradores a trabalhar, nem para expulsá-los arbitrariamente do local onde viviam.

Lutando contra a estratégia da empresa de garantir maior fidelidade dos trabalhadores pela concessão de moradia, a campanha do sindicato foi bem sucedida em quebrar a desconfiança que o boato traduzia, e em cimentar uma solidariedade que ultrapassava as fronteiras da Vila. Os moradores de Mataripe não só participaram da greve, como também criaram uma rede de envio de alimentos para os grevistas que permaneceram dentro da refinaria a fim de garantir a paralisação das atividades<sup>189</sup>.

O argumento de que as moradias construídas próximas ao local de trabalho eram importantes porque o sistema de transporte e as próprias estradas eram muito ruins não merece, contudo, ser desprezado. De acordo com Eunápio Costa, os trechos que ligavam Mataripe às regiões mais próximas como Candeias e Água Comprida eram de barro e só vieram a receber asfalto em 1957<sup>190</sup>. Não por acaso, os gestores da indústria do petróleo baiana procuraram amenizar essa questão desde o início das atividades de prospecção e refino do petróleo no Recôncavo. Tentaram, por exemplo, estabelecer um acordo entre CNP, Departamento de Estrada e Rodagem da Bahia e a Refinaria de Mataripe a fim de garantir melhorias nas pistas, que a tornassem “utilizáveis em épocas chuvosas”<sup>191</sup>. O CNP também construiu por conta própria em diversas oportunidades estradas de acesso aos principais campos de extração de Candeias e Itaparica. Em 1954, a direção da Refinaria de Mataripe

---

<sup>188</sup> Idem.

<sup>189</sup> Depoimento de Raimundo Lopes, já citado.

<sup>190</sup> COSTA (1990), op. cit., p. 111-112.

<sup>191</sup> Relatório de funcionamento da Refinaria Nacional de Petróleo do ano de 1951, apresentado pela Comissão de Constituição da Refinaria ao Conselho Nacional de Petróleo.

ponderou que enquanto a estrada entre a usina e Candeias estivesse “sem pavimentação”, ela seria “uma fonte permanente de desgaste para os veículos, de risco pessoal e de perda de tempo na estação chuvosa<sup>192</sup>. Solicitou, então, à Diretoria da Petrobrás a liberação de dez milhões de cruzeiros para as obras de asfaltamento e alargamento da estrada. A diretoria prometeu estudar o assunto, mas a estrada só veio a ficar pronta em 1959.

Os operários que moravam em Salvador e eram obrigados a deslocar-se até Mataripe enfrentavam as peculiaridades do terreno argiloso, típico do Recôncavo Baiano, bem como as curvas e ladeiras dessas estradas. Isso fazia com que as viagens fossem extremamente perigosas. Assim, os transportes marítimo e ferroviário também eram usados, de forma conjugada com o rodoviário. Com isso o meio de locomoção mais convencional nos primeiros anos de funcionamento de Mataripe foi o caminhão<sup>193</sup>. Os trabalhadores “viajavam em pé, protegidos por uma grade” na carroceria de um veículo apelidado de *gaiola*. A única proteção existente era uma lona de proteção para as eventuais chuvas. Candeias era seu ponto final.

O transporte de lá até Salvador era feito pelo *suburbano*, trem que fazia duas viagens entre as cidades, uma no início da manhã e outra no final da tarde. Também era possível fazer o trajeto por via marítima. Pequenas embarcações fizeram até 1959 o trajeto de Mataripe até localidades próximas como Madre de Deus e Bom Jesus dos Pobres. A dificuldade era pujante, e atingia tanto os homens da refinaria quanto os dos campos de extração. Sobre estes, apesar de possuímos menos informações, sabemos que só tinham transporte garantido pela empresa das cidades-sedes até os locais específicos de produção. Aqueles que moravam fora dessas cidades tinham literalmente que se virar para chegar até elas.

Pelas fichas sindicais pode-se ver que era grande o contingente de trabalhadores que não morava perto do trabalho. Dos seis mil quatrocentos e oitenta e cinco filiados cujas fichas informam o local de residência, dois mil quatrocentos e cinquenta e seis (37,9%) moravam em Salvador e enfrentavam, portanto, essas difíceis condições de deslocamento. Os caminhões *gaiola* e a aventura de tentar conseguir uma vaga nos trens que saíam de Candeias eram, no entanto, experiências exclusivas dos operários, o que também demonstra os traços hierárquicos da empresa. Os chefes e engenheiros gozavam de facilidades que se exprimiam não só pela possibilidade de morar na Vila ou no Hotel de Mataripe. As viagens até Salvador eram feitas na “rápida e confortável” lancha INCA. De acordo com Eunápio Costa, o percurso

---

<sup>192</sup> Ata de reunião ordinária da Diretoria Executiva da Petrobrás, 19 de junho de 1954.

<sup>193</sup> COSTA (1990), op. cit., pp. 113-114.



era feito em 25 minutos. As informações do memorialista coincidem com a fala do operador Gonçalo Melo. Este lembrou que o “tratamento diferenciado” era notado antes mesmo de se chegar na refinaria, já no trajeto para lá. O operador conta que quem era menos graduado ia de trem e depois pegava o caminhão, que volta e meia atolava. Os chefes iam de barco, que era mais rápido e seguro, quando não podiam pegar o barco, iam de jipe, que apesar da chance de atolar era mais confortável do que os *gaiolas*.

As inovações no sistema de transportes só começaram a acontecer no final da década de 1950 e início de 1960. Primeiro foi instalada uma linha de ônibus que ligava Mataripe a Salvador, mas que era exclusiva para os estudantes. Somente entre 1961 e 1962, foi disponibilizado um sistema de ônibus para os operários chamado de papa-filas. Tratavam-se de veículos “com carroceria muito grande e cabine separada”<sup>194</sup>. O seu apelido demonstra que a espera para pegar o transporte foi sensivelmente modificada para melhor.

Para que problemas dessa ordem e as sensíveis diferenças de tratamento baseados na hierarquia de trabalho e nos diferentes graus de qualificação não fossem sentidos de forma muito flagrante, a empresa investiu na construção de símbolos e idéias que tornassem tais diferenças justificáveis. O conjunto de trabalhadores precisava se ver como construtor de algo muito mais elevado, pois a honra do empreendimento era maior do que quaisquer questões ou dificuldades de ordem pessoal. Os petroleiros trabalhavam para o crescimento do Brasil, o povo brasileiro era seu patrão, e por isso mesmo o caminho da colaboração entre gestores e trabalhadores deveria ser inevitável.

### **3.3 O PATERNALISMO E O NACIONALISMO: ESTRATÉGIAS “INVISÍVEIS” DE DOMINAÇÃO**

Em famoso e instigante ensaio sobre a sociedade soteropolitana e a sua representação dos conflitos de classe, o sociólogo e economista pernambucano Francisco de Oliveira carrega nas tintas ao criticar as características da chamada “baianidade”. O foco inicial de sua análise é a instalação da indústria petrolífera no Recôncavo. Para ele, as mudanças que poderiam surgir com o início dessas atividades não vieram e a sociedade pesquisada continuou

---

<sup>194</sup> COSTA (1990), op. cit., p. 112.

demonstrando em suas relações de classe elementos tipicamente identificados com o seu passado escravista e com a informalidade. Por conta disso, os conflitos de classe acabaram mascarados por uma certa malemolência do tratamento pessoal e por relações pessoais.

O autor interpreta que o início das relações de trabalho nitidamente capitalistas, impulsionado pelas atividades da Petrobrás, poderiam ter sido um marco nas relações de classe do estado. No entanto, os trabalhadores da estatal, através de seus sindicatos, não assumiram a suposta missão de enfrentamento classista. Os salários que recebiam eram bastante acima da faixa praticada no estado e além disso houve uma série de concessões por parte da empresa que iam além da previdência comum, uma espécie de “superprevidência social”. Além disso, existia o nacionalismo, que impedia os trabalhadores de identificarem a empresa como um inimigo. Com isso, não houve a deflagração da identidade de classe entre os petroleiros. Francisco de Oliveira indica que suas greves eram políticas e tinham como mote o “apoio ao regime populista, contra o Fundo Monetário Internacional, de apoio a outras categorias de trabalhadores, contra a direita”.

Exatamente por isso, os trabalhadores representavam tão somente a empresa. Os conflitos de classe estavam mascarados, as lideranças sindicais cooptadas, o patrão não existia como um burguês e não era reconhecido pelos trabalhadores, por fim o sindicato não representava a classe. Os sindicatos eram, ainda segundo Francisco de Oliveira, meras correias de transmissão. Até mesmo os seus representantes eleitos para cargos parlamentares jamais fizeram “a mínima crítica à empresa do ponto de vista de suas relações com os operários, os empregados, os funcionários”<sup>195</sup>. Em síntese, para o autor, nada da atuação política dos petroleiros pôde ser aproveitado.

Essas formulações pecam por alguns motivos. Primeiro, não há no trabalho de Francisco de Oliveira nenhuma comprovação empírica de suas afirmações. O estudo de Franklin Oliveira Junior, por exemplo, põs por terra várias das afirmações do sociólogo. Além disso, o autor não conseguiu perceber nesse seu ensaio as sutilezas inerentes às relações de trabalho nas empresas estatais, bem como não identificou que o discurso paternalista da empresa trazia consigo brechas que foram exploradas pelos dirigentes sindicais para atender demandas específicas do cotidiano de trabalho da categoria petroleira. Os fatos relacionados à atuação sindical dos petroleiros que serão narrados e discutidos no próximo capítulo ajudarão

---

<sup>195</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 58-63.

a entendermos as falhas na análise de Francisco de Oliveira. Antes, porém, é importante refletirmos sobre as características paternalistas existentes nessas relações de trabalho.

O caminho dessa reflexão não foi dos mais fáceis. Deparamo-nos com diversas dificuldades para conseguir informações sobre a forma como o CNP e mais tarde a Petrobrás formularam um discurso de tom nacionalista e a favor da colaboração entre todos os seus empregados: funcionários de colarinho branco e trabalhadores braçais. A dificuldade de acesso às fontes documentais produzidas pela própria empresa nos impediu de realizar um panorama detalhado sobre o assunto. Identificamos, contudo, nos mais diversos arquivos, alguns fragmentos das formulações nacionalistas e paternalistas produzidas pelos gestores da empresa, que associados aos depoimentos orais podem lançar luzes que facilitarão o entendimento das relações de trabalho na empresa. Vamos a eles.

Em 23 de junho de 1952 os campos de produção de petróleo em Candeias e a Refinaria de Mataripe receberam uma importante visita. Tratava-se de uma comitiva composta por governadores de estados, militares, técnicos e engenheiros do petróleo, do presidente do CNP e do então presidente da república Getúlio Vargas. O chefe máximo da nação vinha conhecer pessoalmente os “grandes feitos” que ora se processavam nas proximidades da cidade de Salvador. Sua visita objetivava, também, fortalecer a campanha em defesa da criação da empresa Petrobrás, que deveria substituir o Conselho na exploração e produção de petróleo.

Em discurso dirigido às autoridades, trabalhadores e populares presentes Vargas lembrou o papel histórico de todas as classes do Recôncavo baiano que, “num movimento nitidamente popular” marcharam “para consolidar a independência nacional”. Segundo o presidente, a libertação do Brasil passava novamente pela Bahia. Só que dessa vez não se tratava da independência política, mas da econômica. O “solo privilegiado” da Bahia se transformaria em “uma fonte perene de engrandecimento do Brasil”<sup>196</sup>. Vargas recorria, ao se dirigir aos operários e populares presentes, a um dos maiores símbolos da luta política local – o 02 de julho de 1823 – data da vitória sobre as tropas portuguesas que insistiam em permanecer no território brasileiro, considerada pelos baianos um marco na formação do Estado Nacional<sup>197</sup>. A Independência do Brasil na Bahia, evento histórico no qual homens e

---

<sup>196</sup> O Observador Econômico e Financeiro, separata especial “A propósito de uma visita”, julho de 1952, p. 16.

<sup>197</sup> Sobre como as comemorações do 02 de julho ganharam, no decorrer do século XIX, um caráter popular ver: KRAAY, Hendrik. Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do dois de julho em Salvador, século XIX. **Afro-Ásia**. Salvador, vol. 1, nº 23, pp. 47-86, 1999.

mulheres, das mais variadas etnias e classes sociais, combateram um inimigo comum em defesa da nação deveria servir de espelho para aqueles que dedicavam-se agora à batalha do petróleo.

Não por acaso o tom colaboracionista já havia emergido na fala que antecedeu o discurso do Presidente da República. O engenheiro Plínio Catanhede, presidente do Conselho Nacional do Petróleo, ressaltou em seu discurso de saudação a Vargas “a satisfação íntima” que sentiam os trabalhadores baianos de “terem sido os pioneiros em uma etapa árdua do nosso desenvolvimento econômico”. Enfatizou também as realizações do presidente que “autorizou a melhoria dos salários dos nossos técnicos de campo” e concedeu aos “trabalhadores e operários do Conselho [...] as garantias da legislação do trabalho”<sup>198</sup>. Apareciam, portanto, com pujança as bandeiras dos direitos sociais e do engrandecimento da nação, que eram os pilares fundamentais do projeto getulista de integração dos trabalhadores ao desenvolvimento industrial do país, e que dentro das empresas estatais ganhavam uma conotação ainda mais forte.

Catanhede falava ao presidente em nome dos trabalhadores. Ressaltava a importância do trabalho dos petroleiros e agradecia ao chefe da Nação pelos benefícios concedidos. Esse era o *script* do projeto do trabalhismo. Uns trabalhavam e agradeciam, outros percebiam necessidades dos trabalhadores, antevendo problemas e convulsões sociais, e concediam dádivas. Era a ideologia da outorga, que pretendia apagar a ação e a capacidade de exposição de demandas da própria classe operária, colocando o Estado como demiurgo das alterações no mundo do trabalho brasileiro<sup>199</sup>. Previa uma forma de relacionamento de mão dupla como o caminho para uma sociedade harmônica. O presidente previa as necessidades dos trabalhadores e assim prevenia as convulsões sociais. Faltava aos trabalhadores fazerem sua parte. Precisavam aceitar os “presentes” e demonstrar gratidão e obediência. Quem assim não agisse, estaria descumprindo “uma obrigação social” e, através de “um ato egoísta”, quebrando um ciclo de reciprocidade<sup>200</sup>.

Exatamente por isso, ações de caráter reivindicativo poderiam ser entendidas como elementos que desagregariam o bom andamento das relações “familiares” construídas pelos dirigentes e que deveriam ser aceitas pelos trabalhadores. Como as necessidades dos

---

<sup>198</sup> Idem, p. 13

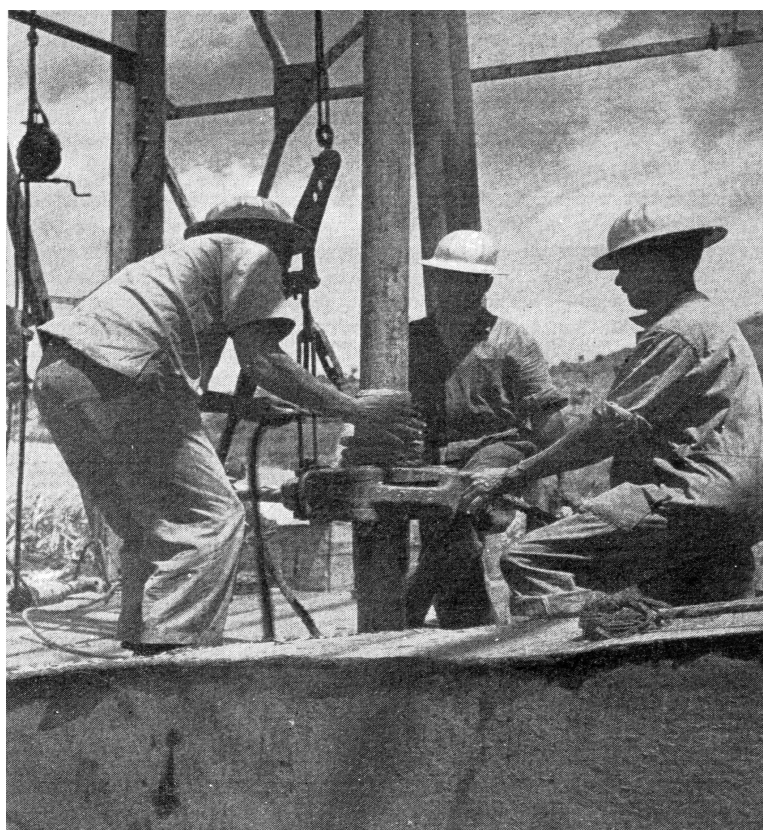
<sup>199</sup> VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 4ª Edição Revista, 1999, pp. 57-62.

<sup>200</sup> GOMES (2003), op. cit., pp. 227-228.

trabalhadores eram atendidas antes mesmo de serem reivindicadas não havia a necessidade de qualquer órgão de representação de classe. Wilton Valença, sondador que mais tarde se tornaria dirigente sindical, conta que os primeiros trabalhadores que se mobilizaram para organizar o sindicato encontraram dificuldades porque chefes de campo colocavam-se contra, sob a justificativa de que sua existência era desnecessária, uma vez que a empresa, que era uma verdadeira família, concedia todos os benefícios antes mesmo que eles fossem reivindicados<sup>201</sup>.

Figura 9:

Trabalhadores da extração de petróleo



**Fonte:** Conselho Nacional do Petróleo – Relatório de 1952.

O aumento salarial e as garantias da legislação trabalhista concedidos pela direção da empresa tinham de ser entendidos pelos operários como uma prova de que a harmonia e a concórdia do ambiente de trabalho não deveriam ser alteradas por sentimentos que serviriam, na verdade, para desagregar a união pela causa maior. A própria dimensão obtida pela questão do petróleo no Brasil ajuda-nos a entender a força destes argumentos. Como vimos no primeiro capítulo, foram muitos os debates acalorados sobre a existência do petróleo no país e

---

<sup>201</sup> Boletim Especial, Stiep 40 anos, 1997, página 4.

sobre a forma de sua exploração. Além disso, estes debates eram coevos à consolidação dos campos de extração do Recôncavo e à construção e ampliações de Mataripe. Volta e meia, falava-se das sabotagens dos trustes, do entreguismo de alguns brasileiros e da necessidade de concentrar forças em torno da defesa dos interesses nacionais.

Essa fase inicial da história do petróleo brasileiro, marcada pela polêmica, ajudou a fortalecer o nacionalismo que permeava as relações de trabalho. Tudo indica que ele era abraçado pelo conjunto dos trabalhadores, mas não de forma homogênea. A percepção e o interesse pelo assunto variavam entre os trabalhadores. O grau de engajamento de cada um poderia ser definido pela posição na escala de produção, e pelo envolvimento com temas da alta política e da política sindical, dentre outros fatores. Aqueles que viveram experiências de trabalho mais duras, que receberam poucas “recompensas”, ou que não tiveram participação efetiva na vida sindical tendem a minimizar a importância do nacionalismo, apesar de reconhecerem sua existência.

Voltando às formas de relacionamento propostas pela indústria do petróleo, merece destaque uma outra evidência documental que aponta a continuidade e, em certa medida, o aumento da preocupação com o paternalismo, após a transferência dessas responsabilidades das mãos do CNP para a Petrobrás. Em uma espécie de termo de compromisso assumido pela primeira diretoria da empresa, em maio de 1954, no qual há uma série de regras que deveriam ser aceitas pela referida diretoria, há uma preocupação nítida em explicitar a relação que deveria existir entre empresa e seus empregados. No ponto referente à face social da empresa, ficava estabelecido que ela deveria se orientar pela doutrina social da Igreja Católica, prevendo uma “justa distribuição dos lucros entre o capital e o trabalho”<sup>202</sup>.

Isso quer dizer que a fim de evitar conflitos deveriam ser garantidos meios de subsistência e ao mesmo tempo compensações financeiras que facilitassem a aceitação por parte dos funcionários do pacto político subjacente às relações de trabalho das empresas estatais. De acordo com a intenção dos gestores da Petrobrás, os trabalhadores deveriam aceitar regras que, na verdade, significavam a exploração da força de trabalho, inerentes às relações fabris de produção. Essa aceitação pode ser entendida pelo que Leite Lopes chamou de “interiorização da dominação”. Ela consiste basicamente na adoção dos símbolos e dos discursos do empregador como forma de justificar a sua própria condição de subalternidade. Em muitos casos, aponta Lopes, esse processo abriu brechas para algo que ele chama de

---

<sup>202</sup> Regras a serem aceitas pela primeira Diretoria da Petrobrás.

“microfísica da resistência”. Tratavam-se de pequenos atos que não questionavam diretamente o poder instituído e que se valem, inclusive, da idéia de subalternidade inerente à relação de dominação para obter vantagens, mas que funcionavam como uma forma de afirmação da capacidade do operário em lidar com situações complicadas<sup>203</sup>.

O tratorista Manoel Santos, ao nos relatar um trabalho extra que fez e os problemas que teve com o seu pagamento, mostra como recorreu ao chefe do campo em que trabalhava para questionar o poder de seu superior imediato:

“Eu sei que eu fiquei lá dez dia. Eu fiquei lá uns dia, dez ou mais dias... dia e noite, dia e noite, dia e noite. O descarado do meu chefe chegou e falou com o apontador dele, lá do setor, Gilberto. Ele disse: ‘É Gilberto, O Manoel, cadê o ponto dele (começa a imitar a voz fanhosa do chefe)?’ Gilberto disse: ‘Seu Pedro, o caso do Manoel tá’... ói eu tava lá noite e dia, noite e dia, noite e dia lá na sonda, viu? E chovendo o que Deus mandava... Aí ele disse: ‘o ponto dele como vai?’ ‘Ele tá com uma falta aqui acho que de oito ou nove ponto, nove dias.’ Todo dia ele ia no escritório saber, quando foi um dia eu não agüentei mais no serviço aí eu falei com Seu Zezinho que era o *puxa*: ‘Seu Zezinho, eu tenho casa, eu não güento aqui, dez dias que eu tô aqui... não posso nem ver meus filhos, meus filho pequeno, saber como é que vão e tal a família em casa.’ Aí ele disse: ‘Eu quero você, eu quero você e tal’... Eu digo: ‘venha cá, se eu morrer o serviço vai parar?’ ‘Não, mas você aí no meio do serviço é outra coisa.’... e era mesmo, viu?... ‘Você no serviço é outra pessoa, é outro caso.’ Eu disse: ‘muito bem!’... aí, ele, quanto eu tô conversando, eu, eu vim aqui, tomei um banho e fui na área. Eu digo, vou lá ver meu ponto, ver como é que tá lá. Gilberto disse: ‘Rapaz, onde é que você tava?’ Aí eu dei uma de doente pra ser visitado, digo: ‘rapaz, eu tava no micareta de Feira de Santana, micareta bom rapaz, mas tava’... ‘Foi mesmo rapaz? Você é doido?’ Eu digo: ‘rapaz, eu não sei o que me deu na cabeça não. Fui pra ver o micareta de Feira de Santana, tinha pra mais de cinco trios... e lá tava adoidado mesmo, eu caí no meio da gandaia.’ Aí ele chegou, seu Pedro: ‘Rapaz, onde você tava (volta a imitar a voz fanhosa e faz isso toda vez que relata a fala do Sr. Pedro)?’ Aí eu disse: ‘rapaz eu já falei com Gilberto onde eu tava Seu Pedro. Eu tava no micareta de Feira de Santana.’ ‘Foi mesmo, rapaz? Micareta é melhor do que trabalhar?’ Eu digo: ‘ó, pra mim é... a gente também deve se, se... divistir um dia, não todo tempo mas um dia só.’ Que quando ele disse: ‘Certo. Ói Gilberto, os dia dele, bota um pé de galinha.’ Sabe o que é pé de galinha? Uma cruzinha no ponto, ali na região era assim, botou uma cruz ali, nem Santo Antonio tirava aquela cruz. O cara morria ali e tinha de cumprir mesmo, mas tinha...

**Entrevistador:** A cruz era o quê? Ponto negativo?

**Manoel Santos:** Era ponto negativo. Ele aqui ó, tinha, tinha... o livro do ponto, tinha aqueles quadro que dava pra cruzinha tal, tinha o que dava... o que ele queria negativo ali, ele botava e nêgo não podia nada. Aí eu cheguei e disse: per aí descarado, doutor Jaime era meu amigo! Chefe de campo era meu amigo. Doutor Jaime era. Cheguei fui lá no escritório: ‘Doutor Jaime, tem um abacaxi aí pro senhor descascar.’ Ele disse: ‘diga aí, macho! O abacaxi tá mole?’ Eu disse: ‘já passou de maduro’... aí eu contei a ele. Ele disse: ‘mas Pedro fez isso com você?’ Eu disse: ‘ele fez e disse que vem aqui no escritório me, me... acabar de me *encalar* aqui mesmo.’ Entra aqui no automóvel, ele tinha um automóvel de chefe e o rapaz era o motorista dele. Chegou lá, ele ia saindo aí o Doutor Jaime entrou: ‘Pedro, eu tou sabendo aqui que Neco queimou uns dias aqui.’ Ele disse: ‘Ah rapaz, esse rapazinho aí foi pra ver

<sup>203</sup> LOPES (1988), op. cit., pp. 74-81.

micareta'... ele era fanho... 'foi pra ver micareta em Feira de Santana.' Eu digo: 'fui mesmo, eu lá tava melhor que aqui. Aqui chuva, mas o micareta lá em Feira de Santana tava bom demais, eu pulei muito, fiz muita farra.' Doutor Jaime chamou ele e disse: 'Ói Pedro, eu quero meu serviço administrado e o chefe daqui sou eu. Onde é que esse rapaz tava?' Ele disse: 'tava na Feira de Santana.' Aí: 'Tá vendo você? Você é chefe dele e não sabe onde ele tava! E eu que não sou chefe dele, eu sei. Ele tava na sonda. E por que você não mandou ver quem é que tava lá trabalhando na sonda?' 'Ah, eu não sabia.' 'Não sabia o quê, Pedro? Você tá falho no serviço.' Ói, ele chegou e falou com Gilberto, Doutor Jaime pra botar umas horas que eu não... ele pensou assim na cabeça aquele boletim cheio de hora... aí eu disse: 'Doutor Jaime, Gilberto colocou essas horas aí, Pedro vai dizer pra não colocar nenhuma. Ói, o senhor não sabe... o senhor não mandou ele apontar essas horas? Eu vou receber duas horas ou três. Eu aposto com o senhor que não recebo mais que três horas, não mais que três.' Ele disse: 'O quê Neco?' Eu disse: 'é.'... na cara dele. Ele disse: 'Você tá me jogando contra Doutor Jaime.' Eu disse: 'não é lhe jogando contra Doutor Jaime não, é que todo mundo faz hora-extra aqui e você manda cortar.' Eu falei logo com Deus que é melhor que falar com os santos, que Deus dá um jeito e os santo é roubo. Aí... doutor Jaime disse: 'Ói, quando você receber o seu contracheque, eu quero ver seu contracheque, eu quero ver quando você receber dinheiro, você vá lá no escritório e me leve esse contracheque seu com essas hora que eu mandei botar aqui. Eu quero ver essas horas não vim, Pedro.' Eu digo: 'não vai vim não, viu! Não vai vim não porque Pedro não vai deixar.' Eu sei que Pedro virou um cascavel, mas rapaz eu não sei que diabo fizeram. Eu sei que botaram hora até a mais do que a que eu fiz, sabe?'"<sup>204</sup>

Segundo o relato, o operário reconheceu o poder do chefe de campo e recorreu a ele para ter o seu problema resolvido, construindo uma história fantasiosa que tinha como objetivo final humilhar o seu desafeto. O "Doutor Jaime" aproveitou a oportunidade para reafirmar sua autoridade e sua benevolência, demonstrando tanto ao operário quanto ao chefe da equipe de tratoristas, o "Seu Pedro", quem realmente mandava. A "epopéia" de Manoel Santos apresenta traços muito semelhantes às "aventuras de Severino", contadas por Lopes. Ambos os casos trazem consigo a marca de uma forma bastante específica de exercício de poder: o paternalismo.

A presença desse tipo de exercício de autoridade em outros casos das empresas estatais de primeira geração já estudadas nos impeliu a realizar uma análise mais detida sobre a possibilidade de entendermos o caso da indústria do petróleo baiano através desse conceito. Para isso, as formulações propostas por Michelle Perrot serão bastante relevantes. De acordo com a autora, quando os trabalhadores franceses, na virada do século XIX para o século XX, se exprimiam acerca dos seus padrões predominava o sentimento hostil, mas sua presença não era exclusiva. O *paternalismo* nas relações de trabalho e a conseqüente diluição das hostilidades também existia e se apresentava como "um dos sistemas mais importantes de relações sociais de trabalho". Ainda segundo Perrot, a caracterização do paternalismo envolve

---

<sup>204</sup> Depoimento de Manoel Ferreira dos Santos, já citado.



a presença física do patrão no local de trabalho, práticas e discursos que ressaltem a existência de uma família, e a adesão dos trabalhadores a esse modo de organização<sup>205</sup>. Essas características do caso francês existiram nas experiências de muitas das unidades fabris criadas pelo Estado brasileiro em meados do século XX. Esse movimento consubstanciou-se, em certa medida, no que Burawoy identificou como uma tendência do capitalismo do século, que ao invés de adotar estratégias de dominação através da coerção preferiu o caminho do consenso<sup>206</sup>.

Conforme já observamos até aqui, a tentativa da Petrobrás de promover a colaboração entre trabalhadores e chefes a fim de fortalecer a defesa nacional pode ser entendida como um aspecto importante para a idéia de família sugerida por Perrot. As menções à união em torno de uma causa e ao bom clima de trabalho são bastante comuns nas falas da primeira geração de trabalhadores. Dentro do projeto Memória dos Trabalhadores da Petrobrás<sup>207</sup>, por exemplo, notamos vários depoimentos que fazem esse caminho, como é o caso do motorista e operador Geraldo Alves Leal. De acordo com ele:

“A convivência era muito boa, todo mundo se entendia, não tinha briga. Você via um alojamento daquele, com mais de 40 funcionários, gente ali dormindo, e não tinha briga, não tinha nada.[...] Na empresa, nunca vi ninguém brigar. Trabalhava muita gente, mas todo mundo era cordeiro, todo mundo acompanhava o ritmo do seu setor e ninguém brigava”<sup>208</sup>.

Notamos aí como um trabalhador interiorizou o discurso construído pela empresa. A existência de conflitos e insatisfações é inegável, mas a sua memória reteve a parcela desse discurso oficial, no qual a colaboração, a harmonia e o orgulho em trabalhar para uma empresa do Brasil falaram muito mais alto do que os problemas com colegas ou chefias<sup>209</sup>. É importante ressaltar que as circunstâncias da coleta do depoimento colaboraram para a emergência dessa visão, pois falar para uma pessoa enviada pela empresa, que tem a intenção

---

<sup>205</sup> PERROT, Michelle. “O olhar do outro: os padrões franceses vistos pelos operários (1880-1914)”. In: **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª Ed., 2006, pp. 82-83.

<sup>206</sup> BURAWOY, Michael. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 1, nº 13, pp. 29-50, 1990.

<sup>207</sup> O projeto Memória dos Trabalhadores da Petrobrás é uma iniciativa da empresa, em colaboração com a Federação Única dos Petroleiros (FUP), iniciado em 2003 como parte das comemorações pelos cinquenta anos da empresa. Consiste na construção de um banco de entrevistas, na reunião de documentos textuais e fotografias fornecidos pelos próprios trabalhadores. O resultado desse trabalho foi a publicação de um livro e construção de uma página na Internet, com parte dos dados encontrados disponibilizados para pesquisa.

<sup>208</sup> Entrevista de Geraldo Leal, concedida à equipe de trabalho do Memória dos Trabalhadores da Petrobrás, disponível em: <http://memoria.petrobras.com.br/internauta/index.jsp>.

<sup>209</sup> Aspecto semelhante nos depoimentos dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional foi identificado em: ALBERTI, Verena. *A construção da grande siderurgia e o orgulho de ser brasileiro: entrevistas com pioneiros e construtores da CSN*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1999.

de registrar uma memória oficial, acaba gerando uma tendência que induz o operário a ressaltar os aspectos positivos da experiência de trabalho relatada. Mesmo assim, a visão apresentada acima é muito significativa para entendermos a aceitação do discurso oficial da empresa por parte dos operários.

Voltando às características apresentadas por Perrot para a existência de um tipo “clássico” de paternalismo, chama atenção aquela que diz respeito à presença do patrão no espaço de trabalho. Ela pressupõe a existência de uma forma de poder personalista, no qual tanto as decisões mais importantes quanto as mais fortuitas são usadas pelo patrão como forma de reafirmar diante dos trabalhadores a sua força e capacidade de liderança. Essa característica certamente é a que mais se afasta do caso da indústria do petróleo baiana.

Diferentemente da Companhia Siderúrgica Nacional e da Fábrica Nacional de Motores, a Refinaria de Mataripe e os campos de extração da Região de Produção da Bahia não tiveram líderes que encarnavam em ações, gestos e discursos o papel de comandante único do processo de industrialização do petróleo. Nem mesmo os superintendentes ou chefes de campo assumiram o papel de únicos comandantes diante dos operários. Essa responsabilidade era dividida entre os chefes de setores, que partilhavam entre si a responsabilidade inerente ao posto. É evidente que isso não impedia que cada chefe, dentro da área que lhe competia, assumisse as vestes de grande líder, responsável paternal pelos cuidados no ambiente de trabalho e dos próprios trabalhadores.

Todavia, essa particularidade estava aliada a um segundo componente – esse sim comum às outras empresas estatais do período – que enriquecia consideravelmente a trama social das relações de trabalho nas indústrias estatais. Falamos da idéia fortemente difundida de que o trabalhador de uma empresa estatal servia ao Brasil. Ramalho afirma que essa característica conseguiu conferir à perspectiva patronal uma legitimidade ainda maior para empreender o processo de dominação capitalista<sup>210</sup>. Essa dominação, consubstanciada no assalariamento através da extração de mais-valia, estaria, na verdade, disfarçada pela idéia da inexistência de um patrão explorador, afinal os petroleiros trabalhavam para o povo brasileiro.

Scaletsky ao analisar as particularidades da experiência de trabalho na Petrobrás, tenta identificar quais os personagens da empresa assumem a função de patrão, e passam a ser

---

<sup>210</sup> RAMALHO (1989), op. cit., p. 17.

assim identificados nas representações dos petroleiros e de suas entidades de classe<sup>211</sup>. Para isso, recorre a Carmen Alveal Contreras, autora que identifica uma bifacialidade nas intervenções estatais no setor produtivo. A primeira face é a pública, na qual os objetivos políticos e macroeconômicos têm papel preponderante. A segunda é a face empresarial que tem marcas microeconômicas e voltadas para o lucro capitalista<sup>212</sup>. A argumentação de Scaletsky demonstra que as gerências da empresa assumiram as prerrogativas patronais. Seu foco de análise está centrado em décadas mais recentes, mas o próprio Scaletsky identifica as origens dessa predominância dos gerentes e engenheiros nos anos iniciais da industrialização do petróleo, ou seja, nas décadas de 1950 e 1960. Nos momentos iniciais da industrialização do petróleo em terras baianas eram exatamente eles que construía sua autoridade com base no discurso de colaboração pautado no nacionalismo e nas práticas punitivas e compensatórias típicas do paternalismo.

O discurso foi entendido pelos trabalhadores, contudo, de uma forma talvez um pouco diferente daquela desejada pelos gestores. O nacionalismo foi, em grande medida, incorporado e se tornou bandeira de luta dos sindicatos que seriam fundados no solo baiano. O que não impediu que as contradições entre discurso e prática fossem reveladas no dia a dia das relações de trabalho, e que os trabalhadores percebessem as já analisadas diferenças existentes entre eles como também as que existiam entre os homens de Mataripe e os de Cubatão. Já a visão paternalista de que os chefes eram protetores dos seus subordinados não foi tão fixada. Os problemas das mais diversas ordens, existentes em um trabalho pioneiro e marcado em muitas oportunidades pelo imprevisto, obrigaram os trabalhadores a identificar os responsáveis pelas dificuldades que experimentavam. Entre os gestores e a empresa, escolheram os primeiros. Pouparam de suas críticas a Petrobrás, entendida como patrimônio do povo brasileiro, direcionando suas insatisfações para os chefes, executores sem legitimidade de uma autoridade que só os verdadeiros patriotas deveriam ter. O tratorista Manoel Santos, ao relatar o recorrente problema da alimentação, emite o seguinte comentário:

“Trabalho, eu sei o que é trabalho rapaz. A gente pra ir trabalhar aí na Petrobrás não é que não tenha comida, não é por não ter alimentação, que a Petrobrás nunca fez de matar ninguém de fome não. É a administração que era ordinária, a gente ia para o campo, de ir hoje num certo serviço, de passar hoje o dia todo e a comida chegar amanhã. Não era pela Petrobrás, tá entendendo? A Petrobrás nunca fez isso não. A

---

<sup>211</sup> SCALETSKY, Eduardo Carnos. **O patrão e o petroleiro**: um passeio pela história do trabalho na Petrobrás. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

<sup>212</sup> Cf: CONTRERAS, Edelmira del Carmen Alveal. **Os desbravadores**: a Petrobrás e a construção do Brasil industrial. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / ANPOCS, 1994, pp. 43-45.

Petrobrás dava punição em quem faz isso com o povo, mas [interrupção]... pois, rapaz, era um negócio sério...

**Entrevistador:** Sim, aí a comida chegava no outro dia...

**Manoel Santos:** Chegava no outro dia e a gente tava tudo cheio de fome ali. Mas não era, ói entenda bem. Não era a Petrobrás que fazia isso, eram os administradores, os funcionários, que era gente ruim mesmo, pronto.”<sup>213</sup>

Fica evidente para nós que o discurso de aceitação da dominação nem sempre foi comprado pelos trabalhadores. O nacionalismo podia ser tanto uma estratégia para camuflar a exploração e manter a força de trabalho controlada quanto uma justificativa para os trabalhadores reivindicarem melhorias de tratamento e de condições de trabalho, afinal o próprio discurso trabalhista propagandeava a importância de se ter uma existência minimamente digna. Mesmo sem a presença dos sindicatos nesse período inicial, os trabalhadores conseguiam identificar seus problemas e buscavam maneiras para superá-los. A organização dos sindicatos foi uma delas. Veremos, a partir de agora, os caminhos da atuação política dos petroleiros através de seus sindicatos. A relação tensa entre a alta política local e nacional e o cotidiano e os problemas do ambiente de trabalho, pontos apresentados nos primeiros capítulos desse trabalho, será a chave para entendermos sua ação nessa conjuntura.

---

<sup>213</sup> Depoimento de Manoel Ferreira Santos, já citado.